



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS – UFSCar
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

ROBISON RAIMUNDO SILVA PEREIRA

MARANHÃO CRISÁLIDA? Práticas discursivas e rede de relações sociais no governo de
José Sarney – 1966/1970

São Carlos - SP
2008

ROBISON RAIMUNDO SILVA PEREIRA
Bolsista do Programa Internacional de Pós-Graduação da Fundação Ford - IFP

MARANHÃO CRISÁLIDA? Práticas discursivas e rede de relações sociais no governo de José Sarney – 1966/1970.

Dissertação apresentada à Universidade Federal de São Carlos, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Marco Antonio Villa

São Carlos - SP
2008

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da
Biblioteca Comunitária da UFSCar**

P436mc

Pereira, Robison Raimundo Silva.

Maranhão Crisálida? Práticas discursivas e rede de relações sociais no governo de José Sarney – 1966/1970 / Robison Raimundo Silva Pereira. - São Carlos: UFSCar, 2008.

156 f.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de São Carlos, 2008.

1. Sarney, José, 1930-. 2. Maranhão (Estado) - história. 3. Desenvolvimento econômico – aspectos sociais. 4. Redes sociais. I. Título.

CDD: 320 (20^a)



BANCA EXAMINADORA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE

Robison Raimundo Silva Pereira

03/04/2008

Prof. Dr. Marco Antonio Villa
Orientador e Presidente
Universidade Federal de São Carlos/UFSCar

Prof. Dr. Jorge Luiz Mattar Villela
Universidade Federal de São Carlos/UFSCar

Prof. Dr. Maria Teresa Miceli Kerbauy
Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" /UNESP

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer a muitos, nesse rito de passagem, mas é impossível tal tributo nesse momento. Com efeito, sintam-se todos os amigos e companheiros contemplados por intermédio das poucas pessoas que citarei nestes pequenos agradecimentos.

Agradeço à Fundação Ford, por meio do Programa Internacional de Bolsas de Pós-Graduação (IFP), e a sua parceira no Brasil, a Fundação Carlos Chagas, pelas condições materiais a mim dispensadas nessa fase acadêmica.

Agradeço à cidade de São Carlos, tão distante física e diversa culturalmente, mas que nos proporcionou grande acolhida e aproximação de relações, sobretudo cultural, por intermédio dos “manos” Adail, Leandro, Gustavo, Kalau’s, Nenê, Gustão, Tião, Nagib, Marcelo, Paulo e as “minas” Natália, Ana ex-ppgcsso, Silvana, Carol, Cris, Sandra, Vivian, Isa, Fabiana entre outras. A “cidade do conhecimento, ciência e tecnologia” tem, também, como maior patrimônio, a diversidade cultural e amizade entres os nativos e seus visitantes.

Sinceros agradecimentos a Meiry Ane e Cecília Amim, pela leitura e revisão do texto, e Eva Rocha, pelo cuidado em normalizar a referida pesquisa.

Agradeço aos colegas de mestrado, aqui representados pela amiga mineira Juliana Batista e o amigo caboverdiano Jovenal Neves Gonçalves, o bolivariano Rafael, o fluminense Tiago e o anjo saocarlense Natália, companheiros de jornada que me proporcionaram o exercício do convívio intelectual e afetivo.

Ao professor doutor Marco Antonio Villa, pesquisador atento e orientador arguto e sensível às questões objetivas que a mim se impuseram, meu muito obrigado.

Agradeço também aos responsáveis pelas relevantes condições imateriais, meu pai Raimundo Pereira Filho (*in memoriam*); minha mãe Alice Silva Pereira, pelo incentivo constante e pela preocupação permanente; aos meus irmãos, representados por Rodson Pereira e seus telefonemas imprescindíveis.

Agradecimento especial a minha família: companheira Silvana Cartágenes e meus filhos, Raoni e Sofia Cartágenes Pereira. E como é difícil amar sem sofrer! E sofrer de longe nem se fala! Mas sofrer faz parte da vida e nos ajuda a crescer. Por isso, é bom pensar a beleza de amar, com a sabedoria do tempo vencendo a distância. Silvana e Raoni estimulam em mim a razão que se faz adulta e Sofia provoca um latente coração que sempre permanece criança.

O Maranhão para mim não é somente inspiração. Ele é uma saudade que não deixa de doer um só dia, porque ele é sonho... é amor demais.”

JOSÉ SARNEY

“Carcará pega, mata e come. [...] {Carcará mais coragem do que homem[...] Lá no sertão é um bicho que avoa (sic.) que nem avião. É um pássaro malvado, tem o bico volteado que nem gavião.[...] {Carcará é malvado, é valentão. É a águia de lá do meu Sertão.}[...]”

JOÃO DO VALE

“Oh São Luís feita de carnes francesas, holandesas e portuguesas. De absurdos indígenas e sangue de escravos. Que desenho sou eu nos teus azulejos. Que dor me é a dor destas palafitas e trapézios. Onde a lama divide com os homens sua sinceridade.”

CUNHA SANTOS

“Se quisermos que tudo continue com está, é preciso que tudo mude.”

LAMPEDUSA

RESUMO

A pesquisa apresenta a importância do discurso do candidato José Sarney ao governo do Maranhão e sua capacidade de mediação com o poder central, as forças sociais locais, a imprensa da época, além de um passado que ele atribui ser glorioso. Essas ações da vida política na sociedade não se referem apenas à ação individual do político, mas também à ação coletiva, em uma clara relação do político com o contexto sócio-histórico mais global. O trabalho possibilita uma visão geral sobre o conceito de desenvolvimento e sobre a aplicação política dessa busca de centralidade da esfera econômica, segundo visão universalizante desse conceito. São apresentadas discussões pertinentes à questão, a partir de sua defasagem conceitual, além de sua insustentável aplicação enquanto política governamental, por meio de discurso tardio no Maranhão. A investigação identifica, ainda, as alianças estabelecidas dentro do governo denominado “Maranhão Novo”, as relações entre público e privado, os sujeitos políticos, econômicos e sociais envolvidos, consubstanciados na prática de grilagens, cuja rede interdependente de relações ocorre em certo momento sócio-histórico. Em seu desenlace tais ações e relações corroboraram sobremaneira com as transformações na economia e na sociedade maranhense. Foram esquecidos, no entanto, os planejadores, e o fato de o desenvolvimento ser viável apenas economicamente, trazendo, assim, em seu bojo, enorme concentração de terras. Essa conseqüente constituição de grandes latifúndios, estes impulsionados pelas políticas do governo central, com o discurso da integração nacional, inaugurou uma nova fase do capitalismo no Estado.

Palavras-chave: José Sarney. Maranhão Novo. Desenvolvimento. Política. Rede de relações.

ABSTRACT

This research shows the speech importance of the candidate to Maranhão government José Sarney and his political ability with the central power, the local social strength, the press and a past time of glory, as he says. These actions of a political life in society do not refer to the politician's individual actions only. They also refer to the collective action in a clear relation of the politician with a global social historic context. This work gives us possibilities of a worldwide vision on a developing concept and policy application in the search of economical environment centrality, according to a general vision of this concept. Relevant arguments about this subject are presented, going from its conceptual difference and its unsustainable application in governmental policy through a long last speech in Maranhão. This investigation identifies the alliances set in a government named "Maranhão Novo", the relations among public and private, political, economical and social individuals involved, joined in the practicing of squatting whose interdependent relations happen in a certain social historic moment. In the end, such actions and relations have confirmed deep changes in economics and maranhense society. Meanwhile planners and the fact that the development is feasible strictly economical, were forgotten, bringing an enormous concentration of lands. This consequent constitution of land owners, motivated by central government policy, with the national integration speech, a new age of capitalism in the state began.

Key-words: José Sarney. Maranhão Novo. Development. Policy. Relations.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 - Resultado das eleições de 1965.....	32
Quadro 2 - Disposição de recursos de governo.....	80
Quadro 3 - Recursos orçamentários para áreas prioritárias do governo.....	81
Quadro 4 - Recursos orçamentários.....	81
Quadro 5 - Evolução da produção agrícola no Maranhão.....	83
Quadro 6 - Percentuais por setor produtivo.....	85
Quadro 7 - Investimento da SUDENE por estado.....	86
Quadro 8 - Carta Cartográfica do estado do Maranhão.....	88
Quadro 9 - Demonstrativo de quantias objeto de financiamento da Polícia Estadual por parte de fazendeiros.....	99 103
Quadro 10 - Maranhão no contexto da região Nordeste.....	113
Figura 1 - Fotos da posse do governador José Sarney.....	138
Figura 2 - Fotos da pobreza estampada no rosto de maranhenses.....	141
Figura 3 - Fotos do discurso de desenvolvimento.....	142
Figura 4 - Fotos as conseqüências da modernidade.....	144
Figura 5 - Matérias jornalística e manchetes jornalísticas, concernente ao “Maranhão Novo”.....	147
Figura 6 - Carta cartográfica.....	152
Figura 7 - Carta de JK para Sarney.....	153
Figura 8 - Os cargos comissionados.....	154

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	10
1 INTRODUÇÃO.....	16
1.1 Aspectos teóricos.....	16
1.2 Quanto aos aspectos metodológicos.....	19
2 CAPÍTULO PRIMEIRO.....	25
2.1 O “Maranhão Novo”: alicerça-se com as bênçãos dos generais do Brasil.....	25
2.2 A palavra como estratégia política.....	33
2.3 Os ardilosos movimentos para a construção política do estadismo.....	44
2.4 O passado como espelho d’água sacralizador de mitos.....	49
3 CAPÍTULO SEGUNDO.....	61
3.1 A (de)formação do discurso de desenvolvimento.....	61
3.2 A implosão do conceito de desenvolvimento.....	65
3.3 A (in)sustentável defesa da universalidade do desenvolvimentismo.....	73
3.4 Planos de governo e questão econômica como centralidade da visão de desenvolvimento tardio em terras do maranhão.....	76
4 CAPÍTULO TERCEIRO.....	89
4.1 Carcará pega, mata e come: rede de relações e estratégias de grilagem em terras devolutas como ação de políticas públicas do "Maranhão Novo".....	89
4.2 Grileiro é um bicho que voa como avião.....	96
4.3 A grilagem é um pássaro malvado, tem o bico volteado como o do gavião.....	102
4.4 A eficácia do discurso para a manutenção de poder está nas estratégias da rede de relações.....	107
4.5 Heranças econômicas, políticas e sociais do “Maranhão Novo”.....	111
5 CONCLUSÃO.....	126
REFERÊNCIAS.....	129
ANEXOS.....	138

APRESENTAÇÃO

Esta investigação focaliza, no Estado do Maranhão, o governo de José Sarney (década de 1960). Segundo a história política do Maranhão, o Estado é dominado, há cerca de 40 anos, por um grupo político conhecido como “Oligarquia Sarney”.¹ Tal bloco político, na concepção de Costa (1997), teria sido originado a partir do rompimento de José Sarney² com o senador Vitorino Freire³, líder do chamado “vitorinismo”, e de sua vitoriosa eleição para governador do Estado, em outubro de 1965.

¹ O conceito “Oligarquia Sarney é uma representação científica. Seu uso, aqui, é sempre em referência a esses agentes científicos. Para o autor, existe, no Maranhão, uma forma de governar, historicamente, que é oligárquica. “Os Sarney” são uma fase desse processo, como foi, também, Vitorino Freire.

² José Sarney - Advogado, nascido na cidade de Pinheiro, estado do Maranhão, em 24 de abril de 1930. Bacharelou-se pela Faculdade de Direito do Maranhão (1953). Ingressou na Academia Maranhense de Letras (1953). Oficial judiciário e diretor da Secretaria do Tribunal de Justiça do Maranhão. Professor da Faculdade de Serviço Social da Universidade Católica do Maranhão (1957). Eleger-se suplente de deputado federal pelo Partido Social Democrático (PSD), assumindo o mandato em 1956 e 1957. Presidente da União Democrática Nacional - UDN/MA (1958-1965). Deputado federal pelas Oposições Coligadas, legenda integrada pela UDN, Partido Democrata Cristão - PDC e Partido Republicano - PR (1959-1966). Vice-líder da UDN na Câmara dos Deputados (1959-1960). Vice-presidente nacional da UDN (1961-1963). Com a extinção dos partidos políticos e a imposição do bipartidarismo pelo AI-2, em 27 de outubro de 1965, ingressou na Arena, partido de sustentação do regime militar. Eleger-se governador do Maranhão (1966-1970). Senador pela Aliança Renovadora Nacional - ARENA/MA (1971-1979). Presidente do Instituto de Pesquisas e Assessoria do Congresso - Ipeac (1971-1983). Tornou-se presidente da Arena em 1979 e, no ano seguinte, com a instalação do pluripartidarismo, do Partido Democrático Social (PDS). Vice-líder da maioria no Senado (1978-1979). Um dos fundadores do Partido Democrático Social - PDS (1979) e senador por essa legenda (1979-1985). Presidente da Comissão Diretora Nacional Provisória do PDS (1980). Presidente nacional do PDS (1980-1984). Em 1980, foi eleito membro da Academia Brasileira de Letras. Em 1984, juntamente com outros dissidentes do PDS, passou a integrar a Frente Liberal, que o lançou como vice-presidente da República na chapa de Tancredo Neves, do PMDB, tendo sido eleito pelo Colégio Eleitoral em janeiro de 1985. Assumiu interinamente a presidência, em 15 de março de 1985, em virtude da doença de Tancredo Neves e, com a morte de Tancredo, em 21 de abril, foi efetivado no cargo. Após o término de seu mandato presidencial, eleger-se duas vezes senador pelo Amapá (1991-), exercendo a presidência dessa casa de 1995 a 1996. Senador desde 2001. Presidente do senado em 2003 e 2004.

³ Vitorino Freire - Pernambucano nascido na Fazenda Laje da Raposa, município de Pedra, Vitorino Freire havia apoiado o Governo Federal durante a Revolução Constitucionalista de 1932 e, com a vitória deste, ganhara em reconhecimento um cargo no Departamento Nacional de Saúde Pública, de onde saiu para exercer a chefia da secretaria-geral do Maranhão - convidado que foi pelo próprio interventor designado para o Estado, o capitão Antonio Martins de Almeida.

No desempenho do cargo, Vitorino cumpre muito bem todas as tarefas que lhe são confiadas, tornando-se ainda responsável pela condução da política estadual, além da organização dos quadros do Partido Social Democrático (PSD), base de apoio de Getúlio Vargas.

Empolgado com os sucessos obtidos na esfera administrativa, Vitorino precipita-se - superestimando seu cacife político, dá um passo em falso que lhe custará muito caro: candidata-se a deputado federal, mas é derrotado. Pior: fica sem espaço político no Estado, sendo com isso obrigado a retornar ao Rio de Janeiro.

Sarney e seus sucessores teriam buscado romper com um discurso e uma prática oligárquica, fundando, como contradiscurso, a idéia do novo, do moderno e do desenvolvimento Sarney (1970 apud GONÇALVES, 2001). Costa (1997) supõe, nas práticas do citado agente político, a existência de uma modernização conservadora,⁴ que, segundo o autor, ocorreu a partir da instauração de uma oligarquia modernizante, o que encerra uma profunda contradição: ao mesmo tempo em que se vale de práticas arcaicas, pressupondo, inclusive, a necessidade do apoio do regime militar, o político enuncia um discurso modernizante e racionalizante das instituições do aparelho estatal.

Emprestando a concepção de Weber (1994), o discurso de Sarney, durante as eleições de 1965 e na posse, em 1966, aparece absolutamente coadunado com a lógica da racionalidade burocrática do Estado. Gonçalves (2001) argumenta que, para José Sarney, a prática patrimonialista fora substituída pela racionalização, o que reafirma a pretensa idéia de que o estado dinástico fora substituído, em suas atribuições e práticas, pelo estado burocrático. Por tudo o que encerram, Bourdieu (1989) concebe que tais práticas discursivas incitam à reflexão de que há uma insinuação, nesse fato, de uma dominação que assume, assim, as características de um poder simbólico, um arbitrário cultural cuja eficácia depende das estratégias discursivas

Contudo, sua estada na Capital Federal foi relativamente curta. Em 1936, com o impeachment de Aquiles Lisboa, que sucedera Martins de Almeida no Governo do Maranhão, Vitorino volta a São Luís e assume a chefia do Executivo, depois de grave período de crise. Mas não chega a ter tempo de saborear o gosto dessa vitória. Em 1937, Getúlio Vargas decreta o Estado Novo, nomeia um interventor para o Maranhão e alija Vitorino do poder. Jamais será perdoado por isso. Com o fim da ditadura Vargas, em 1945, Vitorino retorna uma vez mais ao Estado, assume novamente o comando do PSD e assegura ao então candidato a Presidente da República, general Eurico Gaspar Dutra, vitória consagrada no Maranhão. Com isso, cai nas boas graças do governante eleito, projeta-se nacionalmente, passa a ter influência e poder. De 1945 a 1965 estabelece seu mando de campo - nada acontece no Maranhão sem a sua chancela. Mas não é um líder incontestado. As Oposições Coligadas, grupo formado por políticos de diversos partidos, fazem de tudo para desestabilizá-lo, embora não cheguem a efetivamente abalar seu poder.

⁴ O conceito “modernização conservadora” é encontrado também em Otávio Velho (1976), em referência ao modo como o capitalismo se desenvolveu em solo brasileiro, modernizando as técnicas de produção, mas mantendo intocável a estrutura fundiária fundamentada no latifúndio e na expulsão do trabalhador rural para a zona urbana.

estruturadas pelos agentes dominantes, tornando-se, a partir daí, estruturantes da situação social ao produzir, pelo simples ato da enunciação, a verdade do mundo social.

As políticas implementadas a partir dessa matriz ideológica são traduzidas em obras nos setores de transporte, comunicações e energia, sobretudo na capital (São Luís). A execução de tais obras, acompanhada do discurso modernizante, sugere que elas foram desenhadas com o objetivo de confirmar que o proclamado Maranhão Novo⁵ funcionaria como um novo paradigma político, o qual romperia, definitivamente, com práticas políticas consideradas arcaicas e próprias de uma velha concepção oligárquica, como a metamorfose da lagarta (feia) em borboleta (bonita).

No entanto, é necessária uma reflexão sobre a forma como se completou essa metamorfose. E uma reflexão desses 41 anos de vida política, no Maranhão, leva à indagação de que, em vez de borboleta, o Estado não estaria em um permanente estágio de crisálida, com a passagem do arcaico para o moderno e o desenvolvido incompleto.⁶

Apresentam-se, neste trabalho, brevemente, aspectos relevantes do governo José Sarney, a fim de explicar o objetivo da pesquisa. O período compreendido entre esse governo estadual de José Sarney tem sido motivo de controvérsias, no cenário político e na sociedade, bem como tem sido objeto de estudos, sobretudo, nos últimos 12 anos. Os resultados desse

⁵ “Maranhão Novo” foi o *slogan* político da campanha de José Sarney ao Governo do Estado.

⁶ A partir de 1995, ao adotar o *slogan* de seu governo, “Um novo tempo”, Roseana Sarney atualiza o princípio político inaugurado por seu pai, na década de 1960. Segundo Costa (op. cit.), Roseana definiu como diretriz de seu mandato uma proposta modernizante e começou seu governo desenvolvendo iniciativas de investimento industrial em pólos regionais de desenvolvimento, tomando como modelo os projetos KAO-I e Salangô, implementados nos municípios de Rosário e São Mateus – “KAO-I é um projeto de confecções de roupas masculinas, construído com recursos do Estado brasileiro, executado pelo governo estadual em convênio pouco transparente com empresários chineses, muito mal gerenciado. Já o Projeto Salangô é um projeto de irrigação que custou 78 milhões de reais aos cofres da União, com resultado lamentável: irrigação de arroz em uma área muito alagada, onde não houve produção e os trabalhadores rurais ficaram com dificuldades econômicas ainda maiores” (PEREIRA, 2003). Além dessas iniciativas, verificou-se incremento na área do turismo, cuja visão transversal privilegiaria a cultura popular. E, subjacente a tais iniciativas modernizantes, adotadas pelo governo Roseana, observa-se o cumprimento, de forma rigorosa, dos preceitos neoliberais sugeridos pelo FMI e BIRD. Como exemplo disso, pode-se identificar a privatização de setores estratégicos do Estado, como o de energia elétrica (Centrais Elétricas) e a terceirização da gestão de políticas públicas, sobretudo na zona rural. Além desse aspecto e, à semelhança da visão dos planejadores da década de 1960, adotou-se a política dos subsídios como sinônimo de desenvolvimento, ao sustentar, com incentivos, projetos de monocultura de exportação, como o da soja, no extremo sul do Estado do Maranhão

esforço reflexivo foram plasmados em forma de monografias, dissertações, teses e artigos, publicados em revistas científicas e em periódicos.

A partir do diálogo com essa produção, é possível observar que a chamada oligarquia Sarney é considerada por alguns intelectuais no Estado, que se autodefinem influentes (mormente aqueles que mantêm relação muito próxima com os governantes), a responsável por uma suposta modernização capitalista da economia maranhense. Tais discursos são enunciados em linguagem de glorificação do desenvolvimento com justiça social, a exemplo de Buzar (1998) e Tribuzi (1981), permitindo identificar aquilo que Bourdieu (1989) denomina “consagração da posição no campo social”.

Mesmo que esse discurso aponte para uma pseudo-imparcialidade, é escrito e avalizado tomando, como critério, a capacidade técnica dos agentes do campo intelectual, como verdade que assume a aparência e eficácia do real.⁷ Nesse campo, os intelectuais sublinham uma característica marcante da ação do citado agente político: a defesa da modernidade capitalista da economia, da política, da cultura, entre outras áreas, como sinonímia de desenvolvimento social.

De acordo com o que foi exposto, produziu-se esta dissertação, a fim de analisar as unidades discursivas (FOUCAULT, 2006)⁸ enunciadas, estrategicamente, por agentes, no Maranhão, em um período de sua recente história política: o governo de José Sarney.

Este trabalho enfoca não apenas o âmbito discursivo, mas também aquele relativo aos resultados práticos das estratégias políticas de governo, tratando das conseqüências que tais políticas trouxeram para os setores populares. Além disso, pretende retratar as redes de relações

⁷ Costa (2001, p. 3), em trabalho mais recente, enfatiza que, no governo Roseana, o Maranhão estaria vivendo uma nova fase de enriquecimento e já seria o 4º estado mais rico do Nordeste. Segundo o discurso oficial, o progresso trazido pelas políticas desse governo estaria incrementando, substancialmente, todos os indicadores sociais, ou seja, melhorando as condições de todos, no campo e na cidade.

⁸ Discursos, matérias jornalísticas possivelmente vinculadas a tais agentes e as associadas a seus possíveis opositores e outros documentos (como projetos, programas de governo e outros documentos) que possibilitem apreender se existe uma lógica presidindo o campo discursivo e as ações dos agentes citados, se de fato as estratégias discursivas e as políticas governamentais, na gestão de José Sarney, estão coadunadas com a idéia de desenvolvimento.

estabelecidas pelos agentes políticos, no período, a fim de registrar as estratégias de alianças e as oposições existentes.

Entende-se, a partir da análise da situação social no Estado e dos trabalhos de autores que tratam da questão política e social, no Maranhão, de que forma os resultados práticos dos discursos (e suas respectivas ações) produzidos por agentes políticos se relacionam com o discurso dominante, percebendo-o como paradigma do desenvolvimento no Estado.

Procede-se a uma análise crítica da noção de desenvolvimento, tal como foi formulada pelos agentes políticos, no recorte proposto, enfatizando, sobretudo, a estrutura das unidades discursivas, dada a ênfase posta na passagem de uma situação ruim para outra, caracterizada como melhor.⁹

O objetivo central desta dissertação é, portanto, estabelecer uma análise das práticas discursivas, entendidas por Bourdieu (1989) como “sistemas simbólicos” em sua dualidade de “estruturas-estruturadas e estruturas-estruturantes”, apoiadas na idéia de desenvolvimento e produzidas a partir do governo de José Sarney, na década de 1960.

De acordo com o que foi dito, este trabalho tenta fornecer um retrato do campo político maranhense durante o recorte proposto, em que agentes socialmente interessados em construir representações legítimas sobre o Maranhão contribuem com seus *habitus* e *capitais* para a manutenção de uma situação de dominação. Nesse sentido, tal objetivo põe em causa estratégias de legitimação, alianças e conflitos para configurar situações políticas específicas. Assim, para se legitimar no poder, com quais agentes sociais José Sarney empreendeu alianças?

⁹ Com efeito, segundo este discurso: "O Maranhão, o último dos Estados do Brasil a manter uma estrutura política de métodos primários, de natureza seiscentista, precisa ser contemporâneo de métodos e processos políticos que colocassem os direitos humanos, os postulados democráticos e as liberdades fundamentais como prerrogativas indiscutíveis de seu povo" (SARNEY *apud* GONÇALVES, 2001, p. 135). "Coube-me, pelo destino, suceder esse tempo. Nossa arma, em nome da nossa geração, foi a introdução do debate político do desenvolvimento, as questões sociais, as causas do atraso e a implantação do planejamento" (SARNEY *apud* GONÇALVES, 2001, p. 138).

Com quais empreendeu relações de oposição? Com quais lógicas as suas estratégias políticas estiveram coadunadas? Quais os resultados práticos de tais ações de desenvolvimento para a situação social no Maranhão?

Todas essas perguntas referem-se a uma questão central: existe coerência política adotada por esses agentes, ou seja, qual a uma lógica que preside as alianças políticas, as estratégias discursivas, as políticas públicas implantadas, a natureza do poder político? O campo político, no Maranhão, não estaria se configurando como uma rede interdependente de relações sociais, dando início, de acordo com Elias (1994), a uma “configuração sócio-histórica” específica, na qual agentes investidos de *habitus* e *capitais* específicos contribuem para a estruturação da situação política?

Tomando como referência o quadro político do Maranhão, no período assinalado, pretende-se refletir se, com o advento do Governo Sarney, na década de 1960, houve ruptura na história política do Maranhão. O paradigma do novo pode ser um elemento para justificar a idéia da existência de elementos caracterizadores da família Sarney, como uma oligarquia, no Maranhão contemporâneo, distinta das existentes no passado?

1. INTRODUÇÃO

Parte-se do pressuposto de que o pesquisador não nasce pronto. É necessário, além de disciplina e paciência, que ele goste das inquietações que a descoberta, no ato de investigar, proporciona-lhe, impulsionando-o a aprofundá-la. É preciso também entender os dilemas que se apresentam em questões teóricas e metodológicas, bem como as dificuldades inerentes ao trabalho investigativo.

A dissertação é um bom momento para expor todos esses problemas, sempre diante da perspectiva de superá-los em trabalhos futuros.

Nesta Introdução, são tratados aspectos relacionados a essas questões. Destarte, ao longo do texto, o leitor perceberá melhor como o autor instrumentalizou e articulou teoria e metodologia.

1.1 Aspectos teóricos

Em uma reflexão sobre a categoria desenvolvimento, percebe-se que é usada, estrategicamente, como sinônimo de progresso social ou, como frisa Falcon (1997, p. 76):

Poder e política passam assim ao domínio das representações sociais e de suas conexões com as práticas sociais; coloca-se como prioritária a problemática do simbólico – simbolismo, formas simbólicas, mas sobretudo o poder simbólico, como diz Bourdieu. O estudo do político vai compreender a partir daí não mais apenas a política em seu sentido tradicional, mas, em nível das representações sociais ou coletivas, os imaginários sociais, a memória ou memórias coletivas, as mentalidades, bem como as diversas práticas discursivas associadas ao poder.

Como argumentou Sousa (2003),¹⁰ uma gama de agentes que contribuem para fornecer uma representação legítima sobre o Maranhão ou sobre aspectos desse Estado se move em campos inter-relacionados (do político ao intelectual, passando pelo cultural), nos quais as representações dominantes são produzidas e impostas por agentes ligados a instituições de consagração intelectual dominantes no Estado do Maranhão (universidade, Academia Maranhense de Letras, órgãos estatais).¹¹

Seja com a consagração dos Sarney como intelectuais de renome, como competentes dirigentes (para os quais contribui a mídia impressa e a televisiva), seja com a construção científica da invenção do estadismo e da prática política de perpetuação no poder, tais estratégias discursivas insinuam a existência de relações de apadrinhamento político ou vínculos de parentesco nos cargos de poder, no Maranhão.

Constata-se, em trabalhos como o de Costa (2001), uma ruptura evidente entre a ideologia e a prática. Ao mesmo tempo em que o agente político José Sarney trabalha a perpetuação de sua prática política e de seus seguidores por meio de um sistema de comunicação privado (televisão, rádios AM e FM e jornal impresso), apregoando o discurso da modernidade maranhense, constata-se uma dura realidade: o crescimento da desigualdade e da injustiça social.

Com acuidade, Gonçalves (2001) argumenta que, quanto mais José Sarney busca, com retórica discursiva, a ruptura com práticas sociais inscritas em categorias como: coronelismo, decadência, primitivismo político, patrimonialismo, as quais ele mesmo atribua a

¹⁰ Pela análise de Sousa (2003), que trata de questões da eleição, consagração e manutenção do bumba-meu-boi como símbolo das manifestações culturais maranhenses, no período compreendido entre 1960 e 2000, é como se existissem representações dominantes que teriam contribuído, a partir de uma rede de agentes sociais, para a instituição do fenômeno do bumba-meu-boi, sobrepondo-se a representações submetidas, as quais afirmam a existência de elementos que não haviam sido contemplados.

¹¹ Os discursos desses agentes assumem as características de “discursos de autoridade” (BOURDIEU, 1996), o que lhes confere o “monopólio da representação legítima” (BOURDIEU, 1989), disputando com outros discursos existentes no Estado do Maranhão, a enunciar representações que assumem as características de “saberes submetidos” (FOUCAULT, 1992).

seus adversários, as suas ações político-administrativas se configuraram como a repetição do que ele admitia como mau gerenciamento do negócio público. Segundo Gonçalves (2001, p. 140):

É uma plasticidade que permite a José Sarney restaurar os critérios pessoais quando os havia dispostos como entraves ao designado 'desenvolvimento do Maranhão'. José Sarney, na aparente ruptura com o estado dinástico, reabilita-se como agente desse mesmo estado dinástico no campo de poder político ao construir uma trajetória em que o aparato burocrático e as relações de poder transgridem o estado burocrático, voltando-se, por força das marcas pessoais do agente, a recompor as práticas dinásticas na cena política do Maranhão.

Estudos como esses, de alguma maneira, reafirmam que José Sarney tem participação na vida social e política do Estado, pelo menos intensa nesses últimos 41 anos, seja como estadista com desigualdade social, seja como, no dizer de Fátima Gonçalves (2001), (re)invenção de uma dinastia.

Remetendo ao referencial teórico, verifica-se, no objeto em particular estudado, a pertinência da instrumentalização de conceitos e categorias discutidas por autores clássicos e contemporâneos das ciências sociais, como representações sociais de Durkheim (1970; 1989); configuração sócio-histórica de Elias (1994); sistemas simbólicos e ritual de magia social, de Bourdieu (1989; 1992), respectivamente; verdade e unidades discursivas de Foucault (1972; 2006); patrimonialismo de Buarque (1980); coronelismo de Leal (1975); mandonismo de Pereira de Queiroz (1975); dominação e burocratização, de Weber (1994).

Será analisada, também, a contribuição de autores latinos e maranhenses que empreenderam pesquisas sobre o Maranhão e sobre a noção de desenvolvimento, a exemplo de Almeida (1983), Esteva (2000), Viola (2000), Costa (1997), Gonçalves (2001), Sousa (2003), entre outros.

1.2 Quanto aos aspectos metodológicos.

Não se pode deixar de mencionar a militância política pessoal do autor deste trabalho, no Maranhão, mas isso, longe de ser empecilho à consecução desta pesquisa, instiga a compreendê-la, posto que, como sugere Bloch (2001), o pesquisador não é alheio às paixões; ao menos, ele tem esta. A palavra não se dissimula, carregada de dificuldades, mas também de esperanças; palavra, sobretudo, carregada de benevolência. Até na ação julga-se um pouco demais. Parafraseando Bloch, é cômodo gritar *fora a oligarquia!*. Jamais será compreendido o bastante. A busca por compreensão ocorre a partir de uma reflexão mais arguta. Assim como Foucault entende a genealogia como uma atividade de investigação árdua, que procura os indícios nos fatos desconsiderados, desvalorizados e mesmo apagados pela história “oficial”, realmente esses paradigmas foram se estruturando, qual a consequência prática desses discursos, sobretudo, para os menos favorecidos no Estado do Maranhão. Destarte, a genealogia é uma verdadeira sociologia do *não-dito* em relação ao *dito*. Segundo o autor,

O historiador não deve temer as mesquinhas, pois foi de mesquinhas em mesquinhas, de pequena em pequena coisa, que finalmente as grandes coisas se formaram. À solenidade de origem, é necessário opor, em bom método histórico, a pequenez meticulosa e inconfessável dessas fabricações, dessas invenções (FOUCAULT, 1999, p. 16).

Um dos pressupostos deste trabalho é a noção de que devem ser utilizados todos os procedimentos metodológicos disponíveis, desde que coerentes entre si e úteis à construção do objeto. Logo, esta pesquisa não analisou representações, somente, adotou outros procedimentos que auxiliaram este trabalho de construção. Assim, busca-se uma ruptura estrondosa com o monoteísmo metodológico, o fato de se combinar a análise de práticas discursivas com a análise de rede de poder.

A pesquisa utiliza a metodologia no momento mesmo em que constrói o objeto, não apartando a metodologia da teoria e tentando fazer um trabalho que, segundo Bourdieu (1989, p. 27): “Realiza-se pouco a pouco, por retoques sucessivos, por toda uma série de correções, de emendas, sugeridos por o que se chama o ofício, [...] esse conjunto de princípios práticos que orientam as opções ao mesmo tempo minúsculas e decisivas.”

A metodologia, inicialmente, foi proceder a um trabalho de coleta e análise das informações, por meio de pesquisa em arquivo e bibliotecas públicas e particulares, coletando informações em um acervo em especial: Biblioteca Pública Benedito Leite, Arquivo Público do Estado do Maranhão, Biblioteca do Tribunal Regional Eleitoral e Biblioteca Central da Universidade Federal do Maranhão, nos documentos relacionados ao período proposto (pronunciamentos de agentes políticos em sessões ordinárias, projetos em votação no governo, projetos e programas de governo na gestão). Além da pesquisa desses acervos, foi realizada leitura da produção intelectual atinente ao tema, bem como material secundário como jornais do período, filme e vídeo de programas de partidos políticos.

Destaca-se, aqui, a presteza dos funcionários(as) da Biblioteca Pública Benedito Leite, que, apesar da precariedade dos documentos oficiais – mensagens do governador à Assembléia Legislativa e jornais de época –, em razão da limitação de infra-estrutura, ausência de informatização da Biblioteca e grande fluxo de estudantes e pesquisadores, foram bastante atenciosos.

Já a Biblioteca do Arquivo Público do Estado tem todas as mensagens do governador, como “I Plano de governo do Estado do Maranhão”, vários documentos de intelectuais, como a “Formação econômica do Maranhão”, de Bandeira Tribuzi, vários discursos do governador Sarney, entre outros documentos. No entanto, para ter acesso, foi necessário passar por fases de conquista da confiança da arquivista responsável. Não houve constrangimento em seus atos e

comentários, mas para ela foi muito importante saber do que tratava a pesquisa. Também disse orgulhar-se de estar ali, há mais de 25 anos, conhecendo, segundo ela, as grandes virtudes do presidente José Sarney. Salienta-se que não houve problemas porque a questão ética foi sempre zelada na pesquisa. A narrativa serve mais para ilustrar os problemas que o pesquisador encontrou no acesso aos arquivos brasileiros.

Quanto à Biblioteca do Tribunal Regional Eleitoral, não houve qualquer tipo de problema de relacionamento com a bibliotecária, muito pelo contrário. Mas, alguns relatórios eleitorais da década de 1960 não foram encontrados, em razão de um incêndio ocorrido em seu antigo prédio. Todavia, o que está lá disponibilizado encontra-se muito bem organizado e informatizado.

No arquivo da Assembléia Legislativa do Maranhão, foi impossível trabalhar, tendo em vista as péssimas condições dos documentos e a transferência de seus carcomidos arquivos para outro prédio, ou seja, foi impossível manuseá-los.

O Convento das Mercês, Fundação da Memória Republicana, hoje Fundação José Sarney, tem acervo fabuloso sobre a vida do senador José Sarney, com documentos que datam desde 1952: 220 mil documentos e 37 mil livros, acervo iconográfico com 18 mil fotografias, 1.500 reportagens em filmes de 16 mm, 80 mil textos manuscritos e datilografados, cópias de 70 mil cartas dirigidas pelo povo ao ex-presidente. O acervo museológico conserva 2.500 peças com pinturas, gravuras etc. Todas as informações constam em material de informação gráfico e virtual. No entanto, quando se solicita algum documento, as serventúrias “preferem”, até com certa insistência, encaminhar-nos aos rabiscos da senadora Roseana Sarney quando criança, ou seja, há uma “preservação” exacerbada de documentos que deveriam, pelo menos, aos pesquisadores ser disponibilizados.

Além dessas frentes de trabalho, fez-se uso, de entrevista com trabalhadores rurais, jornalistas e políticos para servir como balizadoras da leitura de documentos oficiais, jornais e literaturas científicas. O que se objetiva é fugir da espontaneidade geradora de obstáculos à construção do conhecimento.

Visa-se ao tratamento de uma situação específica envolvendo segmentos populares, no Estado do Maranhão, através de políticas governamentais de determinado tempo histórico e suas conseqüências. Assim, busca-se a tentativa de compreender a história social, no Maranhão, a partir do próprio conceito de desenvolvimento e buscou-se, ainda, atentar para os aspectos qualitativos de processos de intervenção oficial, bem como o contexto em que estão inseridos os grupos sociais, atingidos ou não por práticas que, no entendimento de seus idealizadores, são de desenvolvimento social.

Como frisa Bachelard (1996, p. 77) “a ordem abstrata é uma ordem provada”. Ela foi construída, não está dada, não está sujeita à ordem achada no âmbito circunscrito às políticas de governo, como ocorre, no caso estudado, em que mobiliza várias instituições e alguns grupos sociais desiguais sob certo número de critérios. E nessa direção, conduziu-se esta investigação.

Como outro recurso metodológico, fez-se uma digressão, na história política do Maranhão, analisando a existência de uma oligarquia e se ela domina a cena política, desde 1966, além das conseqüências dela para o Maranhão, o que significa, em termos socioeconômicos, para os segmentos populares, procurando traçar um quadro de sua política recente, a partir da ótica da história política.

Nessa perspectiva, além de fazer uma análise das práticas discursivas produzidas pelos agentes ligados ao Sarney, procurando entender o que ela representa para o Maranhão,

analisaram-se, também, as distintas verdades¹² existentes, no Estado, para saber em que medida as verdades produzidas pelos agentes ligados ao governo e as verdades produzidas por outros agentes se confrontam.

Aliado à análise dos sucessivos projetos e plano de governo, a intenção será entender as estratégias discursivas emanadas dos representantes do citado governo estadual, com o intuito de perceber a relação entre as práticas sociais dos representantes do governo e as unidades discursivas que legitimam ou impõem a problemática a que as políticas se destinam.

Como forma de reforçar o entendimento de tais sistemas simbólicos, procedeu-se a uma revisão da literatura produzida sobre a história política e econômica do Maranhão, procurando observar como o conceito de desenvolvimento aparece como elemento, a realimentar e sustentar tanto as unidades discursivas quanto as práticas políticas.

A fim de preservar algumas narrativas orais, alguns informantes serão aqui apresentados, simbolicamente, com nomes abreviados e fictícios. Os nomes por extenso, aqui revelados, são documentos públicos, jornais, publicações científicas e entrevistados que quiseram ser identificados.

Este trabalho será dividido em cinco partes. Além desta introdução, possuirá mais três seções, nas quais, primeiramente, será discutida a conexão entre o Golpe de Estado de 64 (poder central) e a ascensão de José Sarney ao poder local. Em seguida, será realizada uma análise crítica do conceito de desenvolvimento como forma de questionar sua viabilidade como unidade discursiva orientadora de práticas e políticas de governo. No Capítulo 3, é proposta uma análise das estratégias discursivas, além de proceder-se à análise de estratégias políticas por dentro do

¹² Segundo o conceito de verdade de Foucault (2006), a análise deve considerar a característica de que os discursos são verdades enunciadas por agentes sociais. Tais discursos estão em um campo de disputas com outras verdades enunciadas por outros agentes. O interessante, portanto, não é demarcar o que seria ideologia de um lado e verdade de outro, mas sim observar como essas verdades conflitantes se estruturam na vida social.

governo Sarney, dando ênfase às relações sociais como artefato de manutenção de poder, em um período distinto que compreende a gestão de José Sarney, na década de 1960 e suas conseqüências. Por fim, será feita uma conclusão.

2. CAPÍTULO PRIMEIRO.

O objetivo, aqui, é apresentar a importância do discurso do candidato José Sarney ao governo do Maranhão e sua capacidade de mediação com o poder central, as forças sociais locais, a imprensa da época, além de um passado que ele atribui ser glorioso. Essas ações da vida política, na sociedade, não se referem apenas à ação individual do político, mas também à ação coletiva, em uma clara relação do político com o contexto sócio-histórico mais global.

2.1 O “Maranhão Novo”: alicerça-se com as bênçãos dos generais do Brasil

Tentando uma conexão entre as motivações para o golpe de 1964 e a ascensão de José Sarney e seus seguidores ao governo do Maranhão, uma questão se sobressai: seria possível questionar como as mudanças institucionais e políticas, no plano nacional, têm afetado a seleção e a reprodução de uma elite local?

A história social e política do Maranhão,¹³ no período do golpe de 1964, não pode ser entendida sem considerar a influência do vitorinismo¹⁴ e do sarneísmo como duas correntes políticas na condução do processo político do Estado e, em suas linhas de ação, voltadas para a

¹³ Os tupinambá expressavam o encontro das águas dos rios Mearim e Pindaré com o mar como “maragno”. Apesar do *senso comum* provocado pelo *senso douto* de que o Maranhão foi fundado pelos franceses, em vez de Luís XIII, teria sido Jerônimo de Albuquerque quem acrescentou, na ata de rendição, após assinatura, a palavra Maranhão: Jerônimo de Albuquerque Maranhão. No dicionário Aurélio, Maranhão é sinônimo de intriga caluniosa ou mexericos.

¹⁴ O *vitorinismo* foi um *coronelismo*, por propender sempre a controlar o poder político por meio do exercício de um *mandonismo* sobre as formas superestruturais do sistema de poder do Estado. De suas formas de ação, excluía-se a propensão para a dominação econômica. Nesse caso (no plano do Estado), essa dominação se processava de forma indireta, ou seja, por meio do apoio que dispensava às suas bases de sustentação, pela concessão de garantias específicas. No plano político propriamente dito – esfera exclusiva do interesse do *vitorinismo* –, sua ação se centrava no controle dos partidos políticos e das sub-lideranças políticas com ele identificadas, que, juntamente com os coronéis do Estado, davam a configuração real do *vitorinismo*, o qual foi, portanto, um *coronelismo* por ter se vinculado, embora indiretamente, à existência de outro elemento que assegura a forma do *coronelismo*: a propriedade privada (CALDEIRA et al., 1978b, p. 60).

manutenção e transformação de alguns dos elementos constitutivos da realidade social do Estado. De acordo com Caldeira (1978b), de um lado, enquanto o vitorinismo¹⁵ significou a manutenção de uma ordem estável da sociedade, por meio de sua estagnação econômica, social, política e cultural típica do coronelismo,¹⁶ do outro, o sarneísmo inclinou-se em oposição ao seu antecessor a se tornar sua antítese, por meio de um discurso de modificação da sociedade do Estado, pela implementação de alguns de seus setores, com vistas a alterar seu perfil, modernizando-a,¹⁷ mas ressalta-se que as práticas políticas são semelhantes às de seu antecessor, forjando um hibridismo político em nova fase da vida política brasileira, ou seja, regime autoritário, controlado pelos militares.

A propósito, salienta-se que o coronel entrou na análise de Vitor Nunes Leal (1975), por ser parte do sistema, mas o que o preocupava era o sistema, a estrutura e a maneira como as relações de poder se desenvolvem na Primeira República, a partir do município (LEAL, 1975, p. 13). Nessa concepção, o coronelismo é um sistema político, uma complexa rede de relações que vai desde o coronel até o presidente da República, envolvendo compromissos recíprocos.

O coronelismo era compromisso entre os poderes privado e público. O compromisso, prossegue o autor, deriva de um longo processo histórico e se enraizava na estrutura social, sobretudo, no período anterior à República, quando o poder público carecia de segurança na idéia de nação que se propunha, além de outros aspectos públicos como saúde, educação e outras atribuições que eram particularizadas pelos setores públicos.

Aceita-se, no entanto, a distinção que José Murilo de Carvalho propõe entre coronelismo e mandonismo. Carvalho (1997) compreende a concepção de Vitor Nunes Leal (1975) e critica, entre outros autores brasileiros, Maria Isaura Pereira de Queiroz (1975) e José de

¹⁵ Para aprofundamento consultar Buzar (1998).

¹⁶ Consultar Leal (1975).

¹⁷ Caldeira (op. cit.b).

Ribamar Caldeira (1978). Para Carvalho (1997), coronelismo é, então, um sistema político nacional, fundamentado em barganhas entre o governo e os coronéis. O governo estadual garante, para baixo, o poder do coronel sobre seus dependentes e seus rivais, sobretudo, cedendo-lhe o controle dos cargos públicos, desde o delegado de polícia até a professora primária. O coronel hipoteca seu apoio ao governo, sobretudo na forma de votos. Para cima, os governadores oferecem seu apoio ao presidente da república, em troca do reconhecimento desse seu domínio no Estado. O coronelismo é a fase de processo mais longa de relacionamento entre fazendeiros e governo. Não existiu, antes dessa fase, e não existe depois dela. Ele morreu, simbolicamente, quando da prisão dos grandes coronéis baianos, em 1930. Foi, definitivamente, enterrado em 1937, depois da implantação do Estado Novo e da derrubada de Flores da Cunha, o último dos grandes caudilhos gaúchos.

Essa visão do coronelismo, continua José Murilo de Carvalho, distingue-o da noção de mandonismo. E este, talvez, seja o conceito que mais se aproxima do de caciquismo, na literatura hispano-americana. Refere-se à existência local de estruturas oligárquicas e personalizadas de poder. O mandão, o potentado, o chefe, ou mesmo o coronel como indivíduo, é aquele que, em função do controle de algum recurso estratégico, em geral a posse da terra, exerce sobre a população um domínio pessoal e arbitrário que a impede de ter livre acesso ao mercado e à sociedade política. O mandonismo não é sistema, é uma característica da política tradicional. Existe, desde o início da colonização, e sobrevive até hoje, em regiões isoladas.

Com efeito, na concepção de Leal, o coronelismo seria um momento particular do mandonismo, exatamente aquele em que os mandões começam a perder força e têm de recorrer ao governo. Mandonismo, segundo Leal, sempre existiu. É uma característica do coronelismo.

Com efeito, concorda-se com Pereira de Queiroz (1975), quando a autora trata apenas do conceito de mandonismo, que parte do núcleo municipal, do poder local. Segundo ela, esse

poder sempre foi a origem de todo o poder político, no Brasil, origem esta que vem desde a colônia, em que o domínio era exercido por alguns mandatários, os quais ainda permeiam as relações políticas pelo interior do país até a República. A origem desse poder local estaria, justamente, na forma como a sociedade se organizou nos primórdios da colonização do Brasil, denominada pela autora “relações de parentelas”. O poder econômico, de suma importância e de inegável necessidade para a manutenção desse fenômeno, não é aplicado por Pereira de Queiroz, como provindo, exclusivamente, da posse de terras. Para além desse fator, o que realmente se tornou determinante foi a posse de fortuna, que poderia ocorrer por outras formas. Domínios de parentelas, análises de composições político-partidárias, rupturas e permanências, vertentes populistas são utilizados como formas de explicar esse fenômeno que persiste, ainda, na vida política nacional.

De acordo com Pereira de Queiroz (1975), esse domínio, nos campos econômico e político, se mantém nas estruturas socioeconômicas do país, nas administrações públicas, nos estabelecimentos comerciais e industriais e na burocracia estatal, em um persistente mandonismo que acompanha toda a nossa história.

Infere-se, por conseguinte, que, o discurso modernizador do governador José Sarney, demonstrado a seguir, estar absolutamente coadunado com práticas políticas, historicamente enraizadas pela política tradicional brasileira, o hibridismo está na combinação de um discurso novo e atitudes políticas próprias da cultura brasileira. Esse fato caracteriza o novo governador como o chefe, o potentado de uma nova geração que assume o poder, com a estruturação de uma rede de relações interdependentes, de acordo com o *habitus* de novos agentes que irão compor a rede, entre os quais estão os velhos coronéis do interior do Estado que transpõem seu apoio, anteriormente, emprestado a Vitorino Freire, ao governador atual, que, entre outras características, era apresentado como o governador da revolução – golpe militar de 1964. Ou seja,

José de Ribamar Caldeiras exorbitou ao definir Vitorino Freire como um coronel atrasado e José Sarney como um líder que romperia com essa tradição.

Será mostrado, aqui, que, no governo de Sarney, de fato havia ilhas de desenvolvimento de acordo com os que assim as concebem, mas que tipo de desenvolvimento? Servindo a que interesses? Quais as ações políticas implantadas para atingir tal desenvolvimento?

Certa vez, depois de terminado o mandato presidencial, José Sarney disse ao jornalista Oliveira Bastos,¹⁸ que, na época do golpe de 64, era tolerado, mas nunca promovido pelos militares. De acordo com Sarney (2001, p.40):

Em 1964 eu estava na UDN, que apoiou o movimento militar que derrubou Jango. Eu não participei nem tive conhecimento da conspiração e do movimento, mas estava no partido do poder. Acontece que o amigo dos militares não era eu, e sim o Vitorino Freire, que era a influência, o prestígio, a força do Vitorino junto aos oficiais que haviam chegado ao generalato aí por volta de 1964. O Vitorino chegou à política levado pelos tenentes amigos de Juracy, de Juarez, etc. Basta traduzir a equação pela qual eu era adversário de um dos maiores amigos de fortes lideranças, para concluir que eu podia até ser tolerado, mas nunca promovido.

O argumento central de José Sarney, nesse documento, é fonte ambígua. Ele fala a verdade e, de alguma forma, é peça de ficção, ou seja, são simulações que falam de verdade ou verdades construídas, a partir de simulações. Além disso, deve-se considerar o lugar e o tempo histórico em que José Sarney concedeu a referida entrevista – discurso memorialista. Com efeito, os militares que operaram o golpe não eram aqueles parceiros de Getúlio Vargas, em 1930, como Juarez Távora. Ademais, os apoiadores de Castelo Branco sabiam do potencial de Sarney como candidato ao governo do Estado, principalmente porque ele tinha capitalizado popularidade após o ano de 1951, apesar de não ter participado, da revolta popular de 1951, denominada “greve de 51”, que não aceitou a eleição fraudulenta de Eugênio Barros para o governo do Estado, apoiado por Vitorino Freire. Tanto que foi resolvido um eventual grande problema para José Sarney: a

¹⁸ Consultar Bastos (2001).

famosa “Universidade da Fraude”, montada por Vitorino Freire, que fora desarmada por Castelo Branco e favoreceu José Sarney.

Por conseguinte, em cumprimento ao art. 2º do Ato Institucional (AI-1), em 11 de abril de 1964, o Congresso Nacional referendou a indicação do Comando Revolucionário, elegendo o marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, presidente da República, tendo, como vice, o deputado Jose Maria Alkmim.

De acordo com Benedito Buzar (1998), a bancada maranhense, no Congresso Nacional, dividiu-se nas eleições presidenciais. Entre os que votaram a favor da indicação do comando revolucionário, estava o deputado José Sarney. Entre os que votaram em branco, estava o deputado Cid Carvalho. No entanto, o senador Vitorino Freire surpreendeu, votando no marechal Eurico Gaspar Dutra. Assim, Vitorino Freire sofreu uma série de desgastes políticos protagonizados pelo presidente Castelo Branco. O mais duro, talvez, tenha sido a intervenção do presidente, na indicação do sucessor do governador Newton Belo, excluindo o deputado Renato Archer, preferido de Belo, por ser opositor ao novo regime.

Após esse episódio, o senador Vitorino Freire fez várias incursões e sugestões de nomes para suceder Newton Belo, como comandante do golpe militar, mas o presidente Castelo Branco não tinha o menor interesse de ver tais sugestões viabilizadas, mesmo porque, graças ao seu empenho pessoal, estava em pleno andamento o projeto de marginalizar o Partido Social Democrático (PSD) (vitorinista) e de arquitetar a eleição do deputado José Sarney para governo do Maranhão. Vitorino foi então preterido.

Entre os objetivos definidos pelo governo Castelo Branco, além da caça aos comunistas, incluía-se o afastamento de alguns coronéis tradicionais do PSD dos centros de decisão política de alguns Estados. Além de excluir Vitorino Freire dos mecanismos de poder, o governo central promoveu, no Maranhão, a revisão do colégio eleitoral para extinguir a

corrupção. Descobriu-se, então, a existência de 206.206 eleitores "fantasmas" dos 497.436 eleitores inscritos, em 1962. Após a revisão, em 1965, o número de eleitores passou para 291.230. Ao lado dessas medidas de ordem política, o governo Castelo Branco iniciou, no Maranhão, a implantação de infra-estrutura econômica e social, sem, todavia, contrariar os interesses dominantes, no Estado.

Como correntes políticas, entretanto, ambas — vitorinistas e sarneístas — possuem um traço comum: não se apresentam claramente definidas, ou seja, apresentam, portanto, os mesmos conteúdos ideológicos da ordem política nacional e suas vinculações com o governo central. Distanciam-se, assim, por serem opositores em relação ao processo da condução da ordem social e política local.

O sarneísmo, como corrente política, constitui-se como uma ala cujos atores políticos com ela identificados se caracterizam por manter um comportamento dentro do seu partido, Aliança Renovadora Nacional (ARENA), em conformidade com as diretrizes estabelecidas por seu líder. Em sua larga maioria, são pessoas pertencentes aos estratos sociais médios do Estado, oriundos da oposição política ao vitorinismo. Ideologicamente, identificam-se com o projeto de modernização da sociedade maranhense, apresentado por José Sarney em sua campanha eleitoral. O sarneísmo, no entanto, é originário do golpe de 1964, e sua existência se vincula à criação da Arena. Entretanto, a Arena do Maranhão não chegou a se confundir com sarneísmo, porque incluía, também, os vitorinistas, opositores dos sarneístas, além dos atores políticos oriundos do Partido Social Progressista (PSP), que não se filiaram a estes últimos. Esse fato demonstra que o sarneísmo, sozinho, é incapaz de compulsar toda a Arena.

Por outro lado, Sarney sempre usou, na política, com muita habilidade, a arte do mimetismo.¹⁹ Por isso, apesar das posições que assumira em defesa das reformas de base e de apoio a Goulart, mais tarde, José Sarney, em entrevista memorialística ao jornalista Oliveira Bastos, que foi chefe de comunicação em seu governo, afirmou: “nunca fui a favor de Jango (2001)”, acabou se transformando em um dos principais nomes políticos do regime militar, mesmo sem ter tido papel na propensão do golpe de estado de 1964.

Na situação que se criou, as facções udenistas foram diluídas, e o partido, de modo geral, foi favorável ao novo regime. Candidato da coligação da União Democrática Nacional (UDN) com o Partido Social Progressista (PSP) e, ostensivamente, apoiado pelo presidente Castelo Branco, Sarney conquistou o governo do Maranhão, em outubro de 1965, recebendo votação inédita, na história do Estado: 121.062 votos, o dobro do segundo colocado, Costa Rodrigues, do PDC, apoiado pelo governador pessedista Newton Belo.

CANDIDATO	COLIGAÇÃO	VOTOS
José Sarney	PSP – UDN – PR	120.810
Costa Rodrigues	PDC – PL	67.971
Renato Archer	PTB – PSD	35.840

Quadro 1 - Resultado das eleições de 1965

Fonte: Diário Oficial do Estado, 20 de outubro de 1966.

¹⁹ Walter Rodrigues, 1995, com alguma atualização do autor. Até mesmo quem vive e acompanha de perto o ex-governador admite sua grande capacidade de servir a dois senhores ao mesmo tempo e de pôr-se em condições de confundir ambos. Quando sobreveio o golpe de 64, por exemplo, ele velejava na ala da progressista UDN, mais conhecida como “Bossa Nova”. Todos os bossanovistas foram cassados, menos ele, que não só escapou à guilhotina como se tornou o invencível candidato do novo regime ao governo do Maranhão. Quatro anos depois, na tarde de 13 dezembro de 1968, o AI-5 o surpreendeu digerindo um maldito banquete oferecido poucas horas antes ao ex-presidente cassado Juscelino Kubitschek, a quem tratara de “meu presidente”. Quase perdeu o mandato, mas quem antecipou a festa gastou à toa: duas ou três cambalhotas depois, lá está ele em uma reunião oficial, saudando o general Costa e Silva em nome dos governadores “revolucionários”, enquanto o “meu presidente” aguardava o exílio na cadeia. Assim foi indo, virou presidente da ARENA, depois presidente do PDS, depois presidente da República, presidente do Senado. Hoje é uma espécie de conselheiro do presidente Luís Inácio Lula da Silva.

A eleição representou, acima de tudo, a primeira derrota política de Vitorino Freire. Seu candidato, Renato Archer, obteve votação inexpressiva: cerca de 1/4 da alcançada por Sarney. Antes do pleito, no entanto, para facilitar a vitória de José Sarney, houve pressão pessoal de Castelo Branco sobre o governador Newton Belo, a princípio feita pelos coronéis João Batista Figueiredo e Dilermando Monteiro, que lhe impuseram o lançamento de outra candidatura e a retirada do apoio a Archer, com quem já estava comprometido. C.J.C.²⁰ informou que o candidato ao governo em 1965, Costa Rodrigues, disse-lhe, em meados de 1970, que eles venceriam, isto é, o Partido Democrata Cristão e Partido Liberal (PDC/PL) a eleição, apesar da revisão eleitoral, porque tinham a máquina nas mãos, e que um elemento definidor da derrota seria o “terrorismo” perpetrado pelos militares, em uma “operação” em que esses militares dirigiram-se a município por município, onde os prefeitos estariam fechados com o candidato do atual governador Newton Bello, devolvendo-os da posição, em razão do que seria uma traição à revolução. Ainda por ocasião das eleições, Sarney fazia uma campanha violenta, sobretudo nos meios de comunicação, contra o governador, acusando-o de desonesto, o que feria as bases de uma relação austera e moderna. Mais tarde, teria obtido, pessoalmente, de Castelo Branco a cassação de Newton Belo por força do Ato Institucional nº. 2 (AI-2), em julho de 1966.

2.2 A palavra como estratégia política

Acho imprescindível. Primeiro, a ação política, 50% ou mais dela é feita pela palavra. A maneira de se massificar as idéias que as palavras têm é através dos instrumentos que se tem. A imprensa é o mais antigo de todos, depois os meios que a gente dispõe hoje. Ninguém pode fazer política, a não ser no anonimato, se não tiver condições de ela ser do conhecimento, ser massificada. É uma obrigação do político, é quase que uma extensão da personalidade. Ninguém pode ter sucesso político se não for capaz de expor suas idéias para que os outros possam comungar delas.²¹

²⁰ Entrevista concedida ao autor em 18 de setembro de 2007.

²¹ Entrevista com José Sarney concedida ao jornalista Paulo César D' Elboux, em 12 de dezembro de 2002.

A interação social não é repleta apenas de objetivações, pois o indivíduo está, constantemente, envolvido por objetos que predeterminam as intenções subjetivas de seus semelhantes. Entretanto, a objetivação é de suma importância, pois remete à significação – à produção humana de sinais. Os sinais, por sua vez, agrupam-se em certo número de sistemas. Assim, há sistemas de sinais gesticulatórios, de movimentos corporais etc. Os sinais e os sistemas de sinais são objetivações no sentido de serem acessíveis, além da expressão de intenções subjetivas. De todos eles, o mais eficiente é a língua. As relações sociais são, sobretudo, a estruturação com a linguagem verbal, e é por meio dela que se pode compreender, de modo mais amplo, as representações sociais, políticas, culturais, entre outras.

E o político José Sarney percebeu a importância desses sistemas de sinais e, sobretudo, a linguagem, como estratégia para suas idéias políticas, desde a sua primeira campanha para deputado estadual, no final dos anos 1950. Como ele próprio diz, 50%, ou mais, dessa sua ação política são feitas da palavra, a qual, também, foi fundamental para sua eleição ao governo do Estado do Maranhão, em 1965.

Tal fato se deve, principalmente, à capacidade de a linguagem verbal expressar, continuamente, a representação da vida social. Qualquer tema significativo que abrange as esferas dessa representação pode ser representado por símbolo, e o instrumento com que se realiza essa representação pode ser chamado de linguagem simbólica. De acordo com Berger & Luckman (2002), nos campos semânticos construídos, a experiência pode ser conservada e acumulada. A acumulação é seletiva, pois os campos semânticos determinam o que será retido e o que será esquecido”, como parte da experiência total do indivíduo e da sociedade. Em virtude dessa acumulação, constitui-se um acervo de conhecimento transmitido de uma geração para outra e utilizável pelo indivíduo, em sua vida, conduzindo-o à sua conservação. Dessa forma, o acervo de conhecimento inclui a localização dos indivíduos no organismo social, determinando as

representações sociais que os membros da sociedade absorverão. Portanto, conforme os autores Beger & Luckman (2002, p. 99):

Os significados objetivados da atividade institucional são concebidos com conhecimento e transmitidos como tais. Uma parte deste conhecimento é julgada para todos, enquanto outra parte só interessa a certos tipos. Toda a transmissão exige alguma espécie de aparelho social. Isto é, alguns tipos são designados como transmissores, outros como receptores do conhecimento tradicional. O caráter particular deste aparelho variará naturalmente de uma sociedade para outra. Haverá também procedimentos para a passagem da tradição dos conhecimentos aos não conhecedores.

Esse acúmulo de conhecimento constitui uma dinâmica motivadora da conduta social do indivíduo, como adiante Bourdieu aprofundará, com o seu capital social e campo. Aqui, por enquanto, são definidas as áreas da sociedade e designadas todas as situações que se localizam nessas áreas. Definem-se os papéis sociais que devem ser desempenhados e controlam-se e predizem-se todas estas condutas – conhecimento, socialmente, objetivado como tal, como um corpo de verdades, universalmente, válidas sobre a realidade, em diversos setores comuns e específicos do organismo social. Da mesma forma, o universo simbólico é construído, também, por meio das objetivações sociais. No entanto, sua capacidade de atribuição de significados excede muito o domínio da vida social, de modo que o indivíduo se localiza, nesse universo, de acordo com o papel social desempenhado.

Para Beger & Luckman, o universo simbólico ordena a história, pois:

Localiza todos os acontecimentos coletivos numa unidade coerente, que inclui o passado, o presente e o futuro. Com relação ao passado, estabelece uma memória que é compartilhada por todos os indivíduos socializados na coletividade. Em relação ao futuro estabelece um quadro de referências comuns para a projeção das ações individuais. Assim, o universo simbólico liga os homens como seus predecessores e seus sucessores numa totalidade dotada de sentido, servindo para transcender a finitude da existência individual e conferindo um significado à morte individual. Todos os membros de uma sociedade podem agora conceber-se como pertencendo a um universo que possui um sentido que existia antes deles terem nascido e continuará a existir depois de morrerem (2000, p. 135).

Com efeito, o universo simbólico cristaliza-se, na sociedade, da mesma forma como ocorre a acumulação de conhecimento, isto é, os universos simbólicos são produtos sociais e culturais que têm sua história influenciando, diretamente, no comportamento dos atores sociais e

em sua maneira de legitimar as representações sociais, desde a crise da racionalidade, no final do século XIX para o início do século XX.

No entanto, para apreender a realidade dos indivíduos, em sociedade, é necessário considerar as diversas atribuições de significados e interpretações dos sistemas de sinais. A investigação dos fundamentos do conhecimento, na sociedade contemporânea, realizada por meio da linguagem, constrói as objetivações dos processos de significados e o mundo intersubjetivo individual e coletivo. A realidade sempre é apresentada com uma dialética que tem como característica principal a objetividade e a subjetividade que os símbolos e a própria linguagem têm dentro do organismo social. Isso se deve ao fato de existir, em sociedade, uma contínua interação e comunicação, em que há compreensão das objetivações e subjetivações da organização social.

A realidade dessa estrutura social aparece com campos infinitos de significados de modo geral, mas limitada quando comparada a outras realidades. Dentro dessa relação, a linguagem aparece como meio de interpretação, comunhão de conhecimento, fornecendo à realidade uma distinção entre os grupos que, juntos, formam a estrutura da sociedade.

Assim, a análise de práticas discursivas permite a tradução das experiências que pertencem ao momento político, social e cultural, e suas diversas relações sociais ordenadas e organizadas, dentro de um campo de apropriações de significados em que se tem a linguagem verbal como principal instrumento de comunicação entre todos os membros do tecido social.

José Sarney, jovem liderança da “elite intelectual” maranhense, “foi uma flor de estufa plantada e cultivada no Palácio dos Leões.²² apenas a criatura (José Sarney) engoliu o criador” (Vitorino Freire), foi representante de uma facção dentro do vitorinismo. O próprio Vitorino Freire narra como Sarney ascende à carreira política:

²² Consultar Corrêa (1993, p. 234).

Seu pai, o desembargador Sarney, mantinha comigo relações pessoais há muitos anos. Nos idos de 1950, desejoso de ver o filho lançar-se na política do Estado, solicitou-me que interferisse junto ao governador Eugênio Barros, no sentido de arranjar uma colocação para o filho, José Ribamar Costa, ou José Sarney, como se assinava, no gabinete do governador.

Fui ao governador e fiz-lhe o pedido, no qual fui imediatamente atendido. Eugênio Barros nomeou Sarney para a sua assessoria. Jovem e inteligente, Sarney soube transformar o cargo que ocupava em verdadeiro trampolim político para sua ascensão dentro do Estado. Eleito deputado, Sarney soube fortalecer-se politicamente. Vaidoso e oportunista, sabia esperar para ver de que lado estava soprando o vento, a fim de assumir posições que lhe fossem mais favoráveis (FREIRE, 1978, pp. 273/274).

Mas não há novidade na campanha para governador? Sim. Novidade, como diz o próprio José Sarney, em discurso memorialístico, foi no período eleitoral, provavelmente, a primeira campanha política, cientificamente, planejada, sob a batuta de Miguel Gustavo, segundo José Sarney, o maior nome da propaganda, do *marketing* político musical brasileiro. Conforme D'Elboux (2004, p. 9), Sarney lhe disse em entrevista: “talvez eu possa dizer que, no Maranhão, pela primeira vez, nós introduzimos uma campanha planejada. [...] Para isso utilizamos também pela primeira vez no Estado a comunicação musical, com jingle”.

De acordo com D'Elboux (2004), a grande novidade, nessa campanha eleitoral, foi a inclusão da plataforma de governo, em forma de músicas, que eram tocadas nos carros de som e nas rádios. Essa novidade foi promovida por Miguel Gustavo, que deu ao disco o nome *Show da Vitória*. Nele, cantavam os maiores nomes da música brasileira da época: Agostinho de Moreira, Elza Soares, Elisete Cardoso, o Palhaço Carequinha. Os locutores das chamadas, pedindo os votos para o candidato José Sarney, eram Cid Moreira e Aracy de Almeida. De acordo com o atual senador Sarney, na referida entrevista a D'Elboux: “o Miguel não fazia música para todo mundo, mas fez para mim que era seu amigo.”

Zezé Gonzaga canta, então, a música que era o carro chefe da campanha:

Meu voto é minha lei,/Governador José Sarney./Quando entrar na cabine,/O eleitor é José Sarney./A vitória de Sarney marcará um quadro novo./Vai o povo pro governo e o governo vem pro povo./Meu voto é minha lei,/Governador José Sarney.

Empolgado com o discurso de Sarney, D'Elboux (2004) afirma que o contraste entre o governador Sarney que se iniciava e os métodos, as pessoas e as expectativas das administrações do passado oligárquico do Estado logo foi batizado "popularmente" de "Maranhão Novo". Para continuar com a comunicação por meio da música, Miguel Gustavo²³ fez nova canção, que Sarney, na entrevista concedida a D'Elboux (2004, p. 13), mencionou: “O Miguel foi um dia ao Maranhão e disse que preparou um hino para o Maranhão (Maranhão Novo). Era um hino empolgante, que era linha melódica que depois utilizou para o hino da Copa de 70 (noventa milhões em ação...). Era a mesma linha melódica.”

Esse hino passou a ser a meta que o governo Sarney precisaria compor de fato um Maranhão Novo. A letra desse hino é, segundo D'Elboux (2004, p. 14);

Novas estradas vêm vindo,/Energia surgindo,/Escolas se abrindo,/criança sorrindo./Novo Maranhão./Boa esperança cantando,/O óleo embarcando,/ Petróleo jorrando./Novo Maranhão.
 Todo o Brasil /Vai ouvir e falar/ Do meu Maranhão./Meu Maranhão /Vai ser grande /Na grande Federação.
 Boa esperança cantando,/O óleo embarcando,/Petróleo jorrando,/Progresso chegando./Novo Maranhão.
 Vê!/É trabalho,/A fé e a lei./Vê!/É o governo José Sarney.
 Por tudo é tá aqui,/Vai abrir um mundo novo,/Maranhão e união./É o povo com o governo,/O governo com o povo.
 Novas estradas vêm vindo,/Energia surgindo,/Escolas se abrindo,/Crianças sorrindo./Novo Maranhão.

É um discurso do novo, em uma clara perspectiva de (re)fundação do Maranhão – “Novo Maranhão ou Maranhão Novo” –, nos marcos de um discurso progressista – “*Novas estradas vêm vindo*.”²⁴ Boa esperança cantado/O óleo embarcando, petróleo jorrando, progresso chegando. Novo Maranhão” (D'Elboux, 2004, p. 14). Para o candidato, tudo é alicerçado no desenvolvimento. É com esse discurso que Sarney vai buscar apoio de vários setores da sociedade e da massa. Começa com uma campanha inovadora sobre todos os sentidos. Viaja o

²³ Miguel Gustavo fez o jingle de João Goulart em 1960, por ocasião da campanha a vice-presidente da República. O “vamos Jangar”.

²⁴ Grifo do autor. As estradas terão prioridade no I Plano de governo de José Sarney, com veremos adiante.

Estado todo, tem jingle, vai cooptar os movimentos sociais, ou seja, quebrar uma série de paradigmas, e inaugurar uma dominação ideológica que faz com que muitos outros agentes, inclusive, opositores à oligarquia, legitimem essa invenção, por exemplo, de um “Maranhão Novo”. Manoel da Conceição (entrevista concedida em março de 2007):

Aí, meu companheiro, eu mesmo, Manoel da Conceição, na época, quando eu era perseguido pela ditadura, já na época, em 65, quando ele foi candidato, eu assumi a campanha dele como dirigente sindical e uma liderança que o Pindaré tinha criado em cima dessa luta dos trabalhadores por melhores condições de trabalho, vida e produção e tudo... e terra, enfim. E fiz a campanha dele por onde eu pude, onde passava... tinha até música, que em... me esqueço, tinha até música que eu cantava lá pra eles combatendo o Mané Pesão. E botamos Sarney lá no céu. (Informação verbal)²⁵

Para o líder camponês Manoel da Conceição, a coligação UDN–PSP, que apoiou a candidatura Sarney ao governo do Maranhão, consolidada na capital, buscou, no interior do Estado, conquistar o voto de trabalhadores(as) rurais. De acordo com Manoel da Conceição:

Não foi pra nós muito difícil entender, e até aceitar, o discurso do Sarney quando ele foi candidato, porque: primeiro, nós tínhamos uma oligarquia que era considerada uma das piores do Maranhão, era o chamado vitorinismo que... tava mais de 20 anos, ele, o manda-chuva, e pessoas que indicava para prefeito, pra governo, deputado [...]. Agora, quando houve o golpe militar de 64, que proibiu os trabalhadores de começarem a lutar pelos seus direitos, aqui no Maranhão, pela defesa da terra e de sua produção... aconteceu o seguinte depois do golpe: Sarney programou a chamada criação do ‘Maranhão Novo’, o Maranhão Novo; anunciou que, se fosse eleito, iria fazer no Maranhão uma verdadeira reforma agrária para os trabalhadores e iria garantir, também, o preço justo da produção do nosso arroz. (Informação verbal)²⁶

É importante salientar, também, o lugar de onde o líder camponês fala hoje. Em 1965, Manoel da Conceição era apenas um líder de trabalhadores rurais, na região do vale do Pindaré, sofrendo com a tirania dos coronéis aliados de Vitorino Freire, sem ligações com qualquer partido político. Hoje, é uma das mais respeitáveis lideranças políticas em oposição ao ex-governador José Sarney. A ressalva é necessária para entender o porquê de não ter sido difícil aceitar o discurso de modernização pelos trabalhadores rurais, ou seja, em várias regiões, a frente oposicionista procurou organizar os adversários do *vitorinismo* e, em particular, os remanescentes

²⁵ Informações de Manoel da Conceição Santos, em entrevista concedida ao autor, em 15/3/2007.

²⁶ Idem

das associações de lavradores e trabalhadores agrícolas e dos sindicatos de produtores autônomos – entidades que haviam sido fechadas e tido seus principais líderes presos, em virtude do golpe militar – e com eles desmontar, no plano local, os esquemas de controle do voto dos “pessedistas”.

Ainda de acordo com Manoel da Conceição:

No discurso que ele fazia pra nós, no interior, nos palanques em cima de caminhão, ele falava e dizia assim: ‘meus irmãos, com o Maranhão Novo vai ter reforma agrária, vai ter preço para a produção, vai ter saúde, garantia pra todo mundo, vai ter estrada, vai ter pontes de igarapé que, no inverno, corta; vou fazer ponte em tudo’. E ainda tem mais uma coisa: muitos companheiros da política, a estudantil, principalmente, diziam que Sarney era um homem que merecia a nossa confiança. Porque ele era conhecido no Brasil como anti-imperialista e antilatifúndio, aí eles acreditaram nessa história, que ele era anti-imperialista e antilatifúndio.

Isto é, percebe-se, na fala do informante, que, mesmo apoiado pelos militares, Sarney utiliza-se de um debate e constrói um discurso semelhante às reformas de base, como, por exemplo, a reforma agrária, percorrendo inúmeros povoados, fazendo contatos e estimulando debates. Os trabalhadores rurais apoiaram a candidatura Sarney. Em comícios, no interior, o candidato prometia a reabertura das agremiações e seu livre funcionamento, caso a coligação oposicionista lograsse êxito. Depreende-se, também, uma inovação em tempos da política: não era só o chefe local que mandava votar. Havia um contato, corpo a corpo, entre candidato e eleitor. Aqui reside a sua força de persuasão. Ou seja, o que faz o jovem político Sarney, senão, falar exatamente o que os homens e mulheres eleitores querem ouvir. Os trabalhadores rurais que haviam participado da campanha, no vale do rio Pindaré, região onde Manoel da Conceição era líder sindical, tentariam reabrir os sindicatos, logo no início do governo Sarney, mas foram desencorajados pelas autoridades municipais e estaduais. Como insistiram, autonomamente, em reabrir as entidades, foram, violentamente, reprimidos pela Polícia Militar, e Manoel da Conceição foi baleado, na perna, refugiado na mata e, depois de preso, adquiriu tétano e teve sua perna amputada.

Quando Sarney soube que Manoel da Conceição havia perdido a perna,²⁷ mandou um enviado à carceragem onde ele estava preso, prometendo-lhe uma perna mecânica, emprego para seus familiares e um carro para locomover-se. Foi então que Manoel da Conceição expressou, como resposta, a seguinte e célebre frase: “minha perna é minha classe, e é com ela que conto todos os dias”. Mais adiante, Manoel foi transferido, como preso, para Fortaleza e, posteriormente, exilado na Suíça. Estava evidenciado a capacidade de uma certa flexibilização nesta prática discursiva, sobretudo, se comparada a performático discurso construído a partir de simulações de campanha política, manipulando com a maestria dos políticos que vêm a importância do tempo da política, apenas, para conquistar votos.

A campanha de José Sarney, também, teve eco fortíssimo nos jornais maranhenses, sobretudo da Capital, aliados à idéia de desenvolvimento e libertação do povo e do próprio Estado. As matérias jornalísticas eram a mais pura expressão dos discursos do candidato.

Havia três caminhos à escolha. O primeiro, já tantas vezes percorrido, não oferecia novas paisagens e o caminho que pretendia condicionar o futuro ao passado; o segundo constituía simples atalho, porque levaria ao mesmo destino. O terceiro, porém, era um caminho novo. Oferecia paisagens novas, rasgaria horizontes mais amplos, levaria a um futuro sem vinculações comprometedoras com o passado. Era o caminho negado ao Maranhão durante muitos anos, mas aberto agora, pelo entusiasmo de um jovem maranhense animado dos mais nobres e puros anseios. Era o caminho de José Sarney. E o povo tomou esse caminho na capital e no interior, aumentando, a cada instante, a responsabilidade do jovem candidato, mas aproximando-o cada vez mais da vitória que virá a três de outubro (Jornal O Imparcial, 1965, pp. 1 e 2).

Observa-se, também, nos matutinos de São Luís, às vésperas das eleições – um dia antes – a campanha política do candidato José Sarney, em editorial assinado pelo próprio pretendente ao mais alto cargo do Palácio dos Leões.

Vamos hoje às urnas para mudar um sistema arcaico, corrompido e que não pode sequer manter-se unido quando forjava-nos nossa firme unidade. Vamos dar início à construção de um Maranhão livre, democrático, próspero e justo que é a grande aspiração de todos nós.

Agradeço a solidariedade calorosa de todos que me deram forças para lutar e reafirmo o compromisso se, eleito, dar todas as minhas energias, toda a minha capacidade de trabalho e todos os dias do meu mandato à construção de um presente melhor e lançar

²⁷ Informações de Manoel da Conceição Santos, em entrevista concedida ao autor, em 15/3/2007.

bases de um futuro que esperamos surgir na grande linha de nossas tradições históricas e das imensas possibilidades de nossa terra, afloradas, este ano, na descoberta do petróleo de Barreirinhas e Primeira Cruz, na construção acelerada da barragem de Boa Esperança. Queremos progresso e mudar para progredir não apenas frases de campanha, mas ideal constante de governo vindo da vontade do povo (José Sarney publicado em Jornal O Imparcial, Jornal Pequeno e Jornal do Dia, em 2 de outubro de 1965).

O agente político José Sarney vai construir, também, relações complexas, aparentemente, contraditórias com essa sociedade. Por isso, Manoel da Conceição foi um dos que o apoiaram – o próprio Neiva Moreira²⁸ acaba apoiando-o, este último, em uma relação de coalizão e clientelismo com a cooptação, no plano de desenvolvimento. Aqui, caracterizam-se as diferenças e sutilezas de José Sarney para outros políticos de oligarquias anteriores. Observa-se o que diz, na época, o sindicalista Manoel da Conceição²⁹:

De fato, ele botou uma grande placa lá no Pindaré, botou aqui perto de São Luís do ‘Maranhão Novo’, uma placa e... dizendo que tinha arranjado 1 milhão e meio de dólar para começar o chamado ‘Maranhão Novo’, tava escrito na placa dele aí, tudo quanto é estrada. Só que isso não saiu da placa, e os trabalhadores da minha região, começamos a nos mobilizar e a cobrar de perto e de cabresto curto as promessas de palanque. E, até que um dia, depois de tanta cobrança, nós resolvemos aqui contratar um médico, já que as promessas de palanque não eram cumpridas.

Com efeito, há uma atualização desse tipo de prática política, notadamente, a partir da fala de Manoel da Conceição. O discurso de Sarney sempre foi, absolutamente, articulado com suas práticas discursivas, por sinal, também violentas, ou seja, pressão dos militares aos coronéis locais para votar em Sarney, o cerco midiático como estratégia de campanha política. Apesar de sofisticadas, essas práticas são violências psicológicas e, também, materializadas no clientelismo e nepotismo, instrumentos fundamentais no patrimonialismo.

Empossado em março de 1966, Sarney encontrou, no PSD e no vitorinismo, uma oposição normal ao novo governo. Entretanto, a extinção dos partidos políticos pelo Ato Institucional nº. 2 (27/10/1965) e a posterior instauração do bipartidarismo diluíram essa

²⁸ Neiva Moreira era uma das principais lideranças da denominada “oposições coligadas” e provável candidato ao governo do Estado, em 1965.

²⁹ O discurso enquadra-se como memorialístico e, também, como narrativa de um camponês.

oposição formal, já que tanto Sarney quanto Vitorino ingressaram no partido do governo, a Aliança Renovadora Nacional (ARENA).

Segundo Caldeira (1978),³⁰ esse fato contribuiu para que Sarney desenvolvesse sua ação política com grande desembaraço, pois Vitorino se manteve afastado do Maranhão, evitando o constrangimento de um confronto com um membro do mesmo partido. O senador voltaria à cena política maranhense, em 1974, quando influenciou a nomeação de, Nunes Freire, ao governo do Maranhão, contra os interesses de José Sarney.

No entanto, mesmo com as condições favoráveis a José Sarney, seus intelectuais aliados, da denominada “Geração de 45”³¹, não deixaram de expressar satisfação com sua eleição e deram continuidade a uma tradição da política maranhense, que é a questiúncula em detrimento das grandes e sérias discussões políticas.

Não esperem de mim que vá falar mal do ex-governador Newton Bello. Nunca fiz oposição póstuma. Mas permitam-me – ao conterrâneo que sempre esteve na trincheira da imprensa – um protesto contra o abandono a que foi relegada a nossa terra, tão imponente em sua tradição cultural, tão bela em sua fisionomia histórica em seu esplendor colonial, tão frágil, como um brinquedo, nas mãos dos governantes irresponsáveis (poeta Lago Burnett para o Jornal do Dia, de 30/1/1966).

Constate-se, no discurso do poeta Lago Burnett, após uma vitória, uma certa arrogância e vingança contra seus opositores e a articulação na ruptura entre o moderno e a tradição, entendidos, aqui, como presente e passado. E tudo parte de um homem das letras, que, como sugere o governador, são pessoas que, sem deixar a poesia, preocupavam-se com o futuro político do Estado do Maranhão.

[...] Com a chuva que amanheceu caindo precisamente no dia da posse do novo governador os opositoristas de hoje serão capazes de argumentar que até trouxe a sua modalidade de bajulação. Como se não fosse para uma benção que a chuva veio agora, como se aquela água do céu não tivesse vindo para o batismo do alegre Maranhão que acaba de nascer [...] (JOSÉ CHAGAS para o Jornal do Dia, 1/2/1966).

³⁰ Consultar: ESTABILIDADE político-social e crise política. Revista Brasileira de Estudos Políticos, Belo Horizonte: UFMG, 1978.

³¹ Consultar Fátima Gonçalves.

Já o poeta José Chagas apela para metáforas da natureza, carregadas de sentido. Aqui, a chuva é utilizada para construir a metáfora da limpeza, da irrigação e da fertilidade, ao mesmo tempo em que a chuva tem sentido de batismo, ou seja, purificação e boas-vindas ao novo governo que nasce. Apesar de mais sofisticado, o discurso de Chagas está eivado de representações condenatórias aos opositores e de glorificação do porvir.

2.3 Os ardilosos movimentos para a construção política do estadismo.

No cotidiano político, Sarney não encontrou grandes obstáculos por parte do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) maranhense – um partido de pouca expressão e dimensões, em decorrência da popularidade do movimento de 1964, no Estado. Dessa forma, iniciou-se o predomínio do sarneísmo,³² a exemplo do que ocorrera, também, na Bahia, onde o MDB apenas engatinhava na condição de partido de oposição. Sua defasagem, na constituição de uma frente democrática contra o regime militar, ocorreu por uma conjunção de fatores, entre os quais avulta o consenso conservador³³ que perfilou a elite baiana à ascensão de Antonio Carlos Magalhães, além da ação carlista³⁴ de infiltrar, no partido oposicionista, uma corrente adesista que lhe tolheu o crescimento e a capacidade de galvanizar a insatisfação das camadas médias urbanas, que cresciam na Bahia, bem como em todo o país.

Durante seu governo, Sarney deteve o controle majoritário da Arena maranhense – dado o afastamento do Maranhão de seu principal opositor – e passou a mostrar-se, por

³² Caldeiras et al. (1978).

³³ O consenso conservador baiano é resultado político de empresários e seus representantes em modernizar o Estado baiano dentro da dinâmica de transformação nacional, cujo “padrinho” era uma liderança consolidada desde a Constituição de 1946, ou seja, Juracy Magalhães (DANTAS NETO, 2006).

³⁴ O termo é emprestado da socióloga Maria Brandão, que o criou (DANTAS NETO, op. cit.).

intermédio da imprensa nacional, como um estadista.³⁵ Desenvolvendo um estilo próprio de governo – popular, dinâmico e modernizador –, recebia, diariamente, em audiências, dezenas de pessoas dos mais variados setores da população e provocou, segundo a revista *Veja* (11/3/1970), uma revolução na administração, chamada "milagre maranhense". Os investimentos duplicaram, aumentando em 2.000% o orçamento do Estado.

Em seu governo, com fartos e exclusivos recursos federais, foi construída a usina hidrelétrica de Boa Esperança, na fronteira sul do Maranhão com o Piauí, pela Companhia Hidrelétrica de Boa Esperança (COHEBE), que passou a fornecer energia a cerca de 40 cidades do interior dos dois Estados e parte do Ceará. Ainda segundo a revista *Veja* (4/2/1976), nos quatro anos da administração Sarney, o Maranhão deu um salto: o Estado pulou de zero para 500 quilômetros de estradas asfaltadas e mais dois mil quilômetros de estradas de terra. Criou-se, além disso, uma rede de telecomunicações cobrindo 85 municípios; elevou-se de um para 54 o número de ginásios estaduais; e ampliaram-se de 100 mil para 450 mil as matrículas escolares. No início de 1970, Sarney inaugurou, com assistência de 100 mil pessoas, a ponte do São Francisco, sobre a foz do rio Anil, ligando a ilha de São Luís, onde fica a parte antiga da capital, às praias. A construção da ponte já era considerada lenda, pois se estendera por vários governos. A construção do porto de Itaqui, a barragem do rio Bacanga e o planejamento da cidade industrial foram outras iniciativas.

No entanto, os moradores de cerca de sete mil palafitas, concentradas, principalmente, no bairro do São Francisco, cederam lugar, forçadamente, depois da construção

³⁵ Até então José Sarney, ex-deputado federal, tinha posição política vacilante e pouca visibilidade no cenário nacional, ao contrário de Antonio Carlos Magalhães, que já não era, no início do regime militar, político obscuro ou, ainda, restrito ao plano regional. Depois do mandato de deputado estadual (1955-1959), exercia seu segundo mandato federal e, mesmo sem integrar o primeiro time da Câmara, era próximo a JK, e a “banda de música” da UDN teve atuação ruidosa e agressiva contra o governo Jango nos seis meses anteriores ao golpe. Relatara uma CPI, presidira outra, coordenara a campanha de Juracy Magalhães pela indicação udenista, em 1960, à Presidência da República e era o presidente da UDN baiana, cargo obtido depois de ter sido o deputado federal mais votado do partido, nas eleições de 1962 (DANTAS NETO et al., 2006, p. 259).

da ponte José Sarney ou, como apelidou ele próprio, ponte da esperança, em alusão à travessia do antigo centro de São Luís ao que ele denominará de moderno e desenvolvido bairro do Renascença, região em que, mais tarde, seria instalado o parque de comunicação da família Sarney (televisão, rádio, jornal e gráfica), a mansão da família, o escritório Lunus de sua filha, entre outros empreendimentos, além de prédios e edifícios elegantes, surgindo bairros nobres, como Renascença e Calhau.

Muitos moradores foram transferidos pelo governo para o outro lado da cidade, perto da área reservada à cidade industrial, o que gerou queixas da população, por ficarem afastados de seus locais de trabalho. Os remanescentes do São Francisco foram confinados em uma área alagada, sem a menor condição sanitária, na Lagoa da Jansen, conhecida como Ilhinha. Era o prenúncio de que o discurso desenvolvimentista de José Sarney guardava agruras ao povo maranhense para além da ambivalência da modernidade, escondendo conflitos agudos, em seu processo de modernização, renovando-se, na década de 1960, como será abordado nos próximos capítulos.

Em meados de 1970, antes do fim do mandato, Sarney deixou o palácio dos Leões para candidatar-se ao Senado, sendo substituído pelo vice Antônio Dino, vinculado à corrente política liderada pelo senador arenista e ex-pessedista Clodomir Millet. Ao deixar o governo, recebeu uma das maiores consagrações populares nas ruas de São Luís. Quarenta e oito horas depois de ter recebido o cargo, Dino rompeu com o antecessor. Iniciaram-se, então, segundo José Ribamar Caldeira, os sinais de oposição entre o sarneísmo e o governo do Estado.

Percebe-se, nesse episódio, de acordo com o *Jornal Pequeno* (24/2/2005), que, em dezembro de 1969, na mensagem de fim de ano à população, Sarney surpreendeu a todos com a categórica declaração de que ficaria no cargo, até o final do mandato. Com isso, de todos os pontos do Estado, chegaram mensagens ao Palácio dos Leões enaltecendo o gesto e o

desprendimento do governador, desistindo de uma eleição, tida como certa, ao Senado da República.

Em 2 de janeiro de 1970, o senador Clodomir Millet o procurou, no Palácio, para saber se era definitiva a sua decisão, tendo em vista complicações que tal atitude provocaria no grupo político a que pertenciam. Sarney não considerou tais apelos. No entanto, no dia 14 de maio, após encontro com o presidente Garrastazu Médici, entregou o cargo ao Dr. Antonio Dino, seu vice, e, somente nessa ocasião, seus correligionários tomaram conhecimento de que estava se afastando do governo para ser candidato, nas eleições de novembro.

As decisões continuavam sendo operadas, a partir das articulações entre o governador e as mediações com o poder central, o que contradiz o argumento do ex-governador José Sarney, no tocante a ser tolerado pelo regime militar.

O ex-governador, na referida entrevista, insinuou, inclusive, que esteve sempre na iminência de ser cassado, em decorrência de seu temperamento radical. De fato, o então governador tinha atitudes radicais, mas contra o senador Vitorino Freire e seus aliados. Na relação com o poder central, os problemas que teve foram decorrentes de sua capacidade camaleônica, sobretudo em 1968, quando, além de receber o ex-presidente Juscelino Kubitschek com um almoço, no Clube Recreativo Jaguarema, entre brindes e discursos inflamados, Sarney chamava JK, considerado um inimigo pelos militares, como “meu presidente”. Isso custaria caro ao governador maranhense. Logo depois do AI-5, como Sarney já havia ido a Brasília, transmitiu o cargo ao vice Antônio Dino.

Foi uma viagem rápida, pois a situação política no país havia se agravado, com o fechamento do Congresso Nacional e a censura à imprensa. No momento³⁶ em que retornou, o vice Antônio Dino promoveu uma reunião com o secretariado, avaliando a situação. Recluso na

³⁶ Consultar Jornal Pequeno (1968).

área residencial do Palácio, com sua esposa Marly e o irmão Evandro Sarney, o governador havia redigido uma carta, renunciando ao cargo. Chamado até a ala residencial, Dino recebeu a carta-renúncia, sendo informado de que Sarney poderia ser preso, e um dos motivos era a célebre homenagem a JK.³⁷ Depois de ler a carta, Antônio Dino dirigiu-se ao governador, orientando-o a não renunciar e, se o fizesse, dizendo que, também, renunciaria.

Com o susto, o governador passou a glorificar o governo militar, tornando-se um dos maiores entusiastas da Revolução, mantendo-se governador, naqueles anos de chumbo. A sintonia que se estabeleceu entre ele e os militares está nesta nota, publicada na imprensa maranhense, no dia 9 de maio de 1970, durante estada, em Brasília, para uma audiência com o presidente Garrastazu Médici:

Vim comunicar ao Exmo. Sr. Presidente da República o meu afastamento do governo do Maranhão no próximo dia 14, para ficar em condições institucionais de disputar uma cadeira no Senado, atendendo ao apelo que não posso recusar, e agradecer a S. Exa. o apoio do governo federal e revolução a grande ajuda que foi dada ao Estado do Maranhão durante o exercício do meu mandato. A minha vocação política me impõe essa decisão para ser coerente com a orientação de renovação que a revolução implantou no meu Estado. A questão sucessória é da absoluta alçada do Exmo. Sr. Presidente, e o meu desejo é que sua excelência indique um nome que possa dar ao Maranhão um dinamismo bem maior do que pude dar [...]. Deixo o governo feliz pelo que pude fazer, prestigiado sempre pelo governo federal (Jornal Pequeno, Jornal O Imparcial, Jornal do Dia, 9/5/1970).

De acordo com o *Jornal Pequeno*, o próprio Sarney ajudou a escolher o novo governador, Pedro Neiva de Santana, seu ex-secretário de Fazenda e, portanto, um sarneísta de origem. Indicado pela Arena, Pedro Neiva foi eleito, indiretamente, pela Assembléia Legislativa, em outubro de 1970. O relacionamento de Sarney com Neiva, entretanto, acabaria por esfriar, no governo Emílio Médici (1969-1974), pois a corrente liderada pelo primeiro não recebeu, nesse governo, o apoio ostensivo que lhe havia sido conferido nos anteriores. Neiva não era desautorizado pelo governo central em seus atos políticos, considerados prejudiciais à corrente

³⁷ De fato, até o ex-presidente JK se preocupava com o efusivo discurso de Sarney, no Clube Jaguarema. Provavelmente, percebendo que o mimetismo não era a melhor atitude política para aquele período. Vide carta de JK para Sarney em 1970 – anexos.

sarneísta. Segundo Caldeira (1978), era difícil para a população discernir entre qual das duas correntes – a de Sarney ou a de Neiva – representaria a Revolução, no Estado, "visto serem ostensivamente manifestas as suas dissensões".

Infere-se, portanto, que, sob tais premissas, o sarneísmo, assim como o carlismo, na Bahia, é tratado, aqui, como instituição da política maranhense e nacional, parte constitutiva e constituinte de uma situação política que, sem se reivindicar singular, é um arranjo, regionalmente, peculiar de elementos presentes, na política brasileira do último meio século e, ao mesmo tempo, a projeção nacional dessa síntese de cultura política regional, realizada em contexto político autoritário e fraca polarização ideológica.

Por outro, com a frágil polarização ideológica, além da fragilidade dos partidos e das instituições do Estado, percebe-se, também, no recuo passadista do discurso de José Sarney e seus seguidores, a arrogância narcísea de um passado remoto tão frágil como o presente.

2.4 O passado como espelho d'água sacralizador de mitos.

Sob a imagem de um passado glorioso, há de projetar-se, ainda mais, um futuro magnífico (José Sarney, em discurso de posse em 31 de janeiro).

A idéia de querer colocar o Maranhão como vanguarda das transformações, no Brasil – a Atenas brasileira, a quarta economia do Brasil, de acordo com Flávio Reis no *Jornal Pequeno*, de 2001– trata-se de um passadismo alienante e bastante generalizado, que, sobretudo, não tem muito a ver com a realidade maranhense, marcada pelo analfabetismo, a pobreza e a violência. Não dizem da barbárie que atravessa a nossa história, tecida no horror cotidiano da miséria radical que nos acompanha. O quadro pintado por uma intelectualidade preocupada com a invenção de mitos e símbolos criou um espelho distorcido, a esconder o Maranhão dele próprio.

O recurso patético ao passado é a busca de uma compensação narcísea para driblar uma realidade e sustentar um discurso que serve, apenas, de retórica para ilustrar atitudes míticas do passado, como espelho para o presente e, caso não se entenda esse discurso e essa prática das elites políticas e intelectuais, assim, também, será no futuro. Alguns pesquisadores já estão contribuindo para essa ruptura. Ousaria falar, aqui, de Maria de Lourdes Lacroix e Flávio Soares,³⁸ entre outros, cujo trabalhos estabelecem uma antropofagia de ideologias, tal como a da propalada decadência do Maranhão, também instrumentalizada por José Sarney, no século XX .

Não por acaso, o governador José Sarney frisa o seguinte, ainda em seu discurso de posse, em 31 de janeiro de 1966:

A alguém poderia parecer que tal herança e tal paisagem serviria de desestímulo a que se propusera recuperar e ampliar numa dimensão de grandeza a imagem que o Maranhão projetou, no passado, para todo o Brasil. Tais destroços administrativos, tão desalentadora realidade econômica e social, não são por certo estimulantes para ninguém, ou não o seriam para quem não tivesse, como nós, a paixão de restaurar a grandeza da terra berço, a determinação de ser fiel à multidão de esperanças desencadeada no coração do Povo em tantos anos de lutas e de sofrimento, de amarguras decepções e indestrutível bravura de milhões de maranhenses.

Ou seja, com o tempo, o discurso passadista não arrefeceu. Há, no entanto, toda uma carga ideológica por trás do discurso, na perspectiva de ter, dessa feita, a legitimidade popular.

O Maranhão sempre foi lugar de grupos sociais menos abastados, entregues à própria sorte, vivendo em grande desigualdade social em relação a uma minoria que sempre viveu com a cabeça, e, às vezes, de corpo e alma, na Europa. A história ficcional da ideologia da singularidade³⁹ de que nossa terra é um paraíso tropical não se adequou mais. De fato, a natureza, no dizer de Cruz (2003), tem lá seus generosos recursos, mas não parecem existir para o povo deles desfrutar como devia. Se, em alguns instantes, houve certa euforia econômica, trazendo benefícios, esses mesmos benefícios passaram ao largo da maioria da população mais enraizada

³⁸ Consultar as obras de Lacroix, “A fundação francesa de São Luís e seus mitos” (2000), e Soares, “Barbárie e simulacro” além de “Jornal de Timon”, de João Francisco Lisboa (1995).

³⁹ Para aprofundamento, consultar Rossini Corrêa (1993).

em terras maranhenses, como indígenas, negros, caboclos, mestiços, os quais, em todo tempo, viveram dificuldades econômicas e sociais.

A euforia e/ou *falsa euforia* da época colonial, como assevera Arruda (1977), o dinamismo da economia maranhense e o avanço significativo da produção algodoeira chamaram a atenção de numerosos estudiosos, que passaram a conferir ao Maranhão uma situação ímpar na constelação das regiões brasileiras, no momento considerado. Tanto que, ao conjunto da economia brasileira outorga-se uma "falsa euforia", e a exceção é concedida ao Maranhão. Essa idéia está presente, no texto de Simonsen, ao referir-se à crise econômica, nos fins do século XVIII. De todos, entretanto, o mais explícito e contundente, em suas afirmações, é Furtado, que utiliza a expressão "falsa euforia". Arruda (1977) assinala que, dos três sistemas principais, o único que conheceu efetiva prosperidade, no último quartel do século, foi o Maranhão, e, ainda, as fases de progresso, como as que o Maranhão conheceu, haviam sido de efeito local, sem chegar a afetar o panorama geral.

Em suma, para o autor, com exceção do Maranhão, todo o restante da economia colonial viveu crises permanentes, que levaram a números desastrosos na economia colonial.

Arruda (op. cit.) não nega o dinamismo da economia maranhense, mas sustenta que a importância conferida ao Maranhão está para além da realidade do conjunto da economia colonial. No dizer do autor, por essas afirmações, tem-se a impressão de que o Maranhão era a primeira economia da colônia. E mais: que teria, mesmo, a possibilidade de se constituir como um pólo irradiador, um centro dinâmico interno, por oposição ao restante da colônia, que estaria em profunda prostração econômica.

Com efeito, se a depreensão de Furtado (1968 apud ARRUDA, 1977) fosse verdadeira, o Maranhão não seria a quarta força na pauta de exportação, e sim a primeira. Ademais, este último não passou por um processo consciente de transição do modo de produção

fundado no escravismo, para o modo de produção capitalista, em sua fração mercantilista, posto que o mundo sofreria influências das transformações estruturais advindas das Revoluções Industriais, Independência dos Estados Unidos, Revolução Francesa, Guerras Napoleônicas, processos vistos por Celso Furtado, apenas, como impactos conjunturais da vida colonial. Esta, também, foi a concepção dos proprietários rurais maranhenses e comerciantes, diante daquele contexto sócio-histórico.

É evidente que a economia maranhense teve alta de exportações no final do século XVIII e início do século XIX (até a década de 1920), sobretudo em razão de sua incorporação no sistema capitalista internacional, com a exportação de algodão e arroz, produzidos, principalmente, na região do Itapecuru e Baixada. No entanto, de acordo com Reis (1992, p. 6):

Nas décadas de 1830 e 1840, a Província tinha dificuldades de mercados para o algodão, já normalizado o suprimento internacional depois das guerras de independência da América do Norte, do período de Napoleão e seus efeitos sobre o mundo colonial. Neste período, surgiram conflitos localizados, lutas de facções municipais, que vão se desdobrando em movimento de insatisfação popular. O maior de todos, a Balaiada, iniciou-se em fins de 1838 e durou cerca de três anos, desenrolando-se principalmente nas regiões do Itapecuru e Parnaíba. Os efeitos do conflito sobre a economia regional prolongaram-se durante a década de 1840, somando aos problemas de mercado, o aumento das dívidas dos proprietários rurais e a necessidade de reconstrução em terras que já tinham a mesma produtividade de meio século atrás. O governo provincial, então, promoveu uma campanha estimulando a produção de cana-de-açúcar e a construção de engenhos como meio de salvação econômica.

Percebe-se, na análise feita por Flávio Reis, que o Maranhão não tem só proprietários abastados de terras. Existiam outras classes sociais, inclusive, insurretas, que Prado Junior denominaria como um dos mais notáveis movimentos do período imperial: a chamada Balaiada dos Anjos (de alcunha "Balaio"), por ser seu ofício a fabricação de balaios. Já, segundo Lisboa (1995 apud SOARES, 2002), havia, no Maranhão, em meados do século XIX, a exuberância de vida política, tumulto, agitação, ardor febril e paixões amotinadas, em uma pequena parte da população. Silêncio, abandono, indiferença, ausência quase absoluta de vida, na outra parte, que

constitui a grande maioria, a qual não absorvia nada do que era preconizado pela elite, tanto que, mesmo com interesses difusos, promoveram a revolta dos balaios.

Ocorre que, ainda segundo Lisboa (1995), não havia verdadeiro antagonismo de idéias e princípios entre os membros dirigentes das elites. Então, inventavam copiando e arremedando os estranhos, com toda a exageração própria de atores locais e mal-ensinados, caracterizando, assim, o real simulacro de tensões políticas, ou seja, a aparência fantasmagórica já oriunda de corpo social, politicamente, morto: nisso é que consiste a vida política; tudo mais é, antes, a ausência dela ou, para melhor dizer, a morte.

A rigor, aquela euforia econômica ou exuberância política favoreceu, apenas, uma classe, que, mandando seus filhos estudar e viver, na Europa, negava os reflexos dessa frágil economia a quem, de fato, a produzia, sabendo que o compromisso da maioria desses filhos, após os estudos, não redundava a favor desses produtores, o que era uma pena, porque o fato de estudarem e viverem fora lhes dava maiores chances de atualização e contextualização dos conhecimentos, bem como visão panorâmica necessária para compreender e interpretar a realidade. Tais estudos lhes davam, também, maiores possibilidades de notoriedade nacional e internacional, onde reside a opção da maioria absoluta desses filhos (da) mãe terra. No Maranhão, ficou apenas o orgulho de uma elite e seus rebentos intelectuais.

Assim, herdaram-se as influências negativas para a economia maranhense, proporcionadas pelas transformações estruturais, no mundo, fenômeno não apreendido por Celso Furtado, nem pelos proprietários rurais maranhenses e seus filhos.

Sobre isso, Reis (1992) assinala que o sistema agro-exportador, no Maranhão, obedeceu a duas fases distintas. A primeira abrange o período da crise do antigo sistema colonial (1808/1820) até a metade do século XIX. As principais questões dessa fase são: a formação de um esquema próprio de financiamento da produção, independente das reinversões de casas

comerciais com sede na Metrópole; e a constituição de um setor empresarial local, concentrado em São Luís, a capital da Província e sede do porto, por onde era escoada a produção. Nesse período, o nascente sistema agro-exportador assentava-se, predominantemente, sobre o algodão.

A segunda fase, ainda de acordo com esse autor, começou em meados do século XIX e estendeu-se até a crise do final do século, quando o sistema foi modificado tanto em sua base produtiva, a grande plantação especializada e o braço escravo, quanto em suas vinculações comerciais, o mercado exterior. Nessa fase, a agro-exportação conheceu os surtos de diversidade do capital mercantil, no setor fabril, basicamente indústria têxtil. Além disso, o setor agrário de exportação assentava-se na produção de algodão e açúcar.

Destacando elementos conjunturais e estruturais da economia e política, Feitosa (1998) sustenta que a economia da colônia, por intermédio de Portugal, articulava-se com a Inglaterra, como fornecedora da matéria-prima algodão, atendendo parte da grande demanda do recém-instalado setor industrial inglês. Isso foi possível, no plano econômico, em virtude da nova divisão internacional do trabalho, que nascia com o advento do modo de produção capitalista e sua subsequente Revolução Industrial. No plano político, a Revolução fora favorecida pelos movimentos de independência das treze antigas colônias inglesas – os futuros Estados Unidos da América – que se libertaram da Inglaterra, em 1776, pelas guerras napoleônicas, a princípio, e pela Guerra de Secessão, nos Estados Unidos da América - EUA, *a posteriori*.

Observando apenas as guerras napoleônicas, depreende-se que, sendo Portugal invadido pela França, a família real portuguesa teve de se *amocambar*⁴⁰ na colônia e, em seguida, aceitar o apoio militar da Inglaterra. Inaugura-se uma relação política e econômica que impulsionou a economia colonial, em especial no Maranhão, gerenciada pelos ingleses, o que corrobora com um incremento econômico e um preço significativo para o Maranhão. Tanto Reis

⁴⁰ O mesmo que se esconder, ocultar-se, em linguagem Banto, da África.

(1992) quanto Feitosa (1998) comungam da idéia de que essas relações comerciais e financeiras diretas com os ingleses metamorfosearam de tal forma o sistema de dominação sobre a colônia que foi substituído o domínio político e militar de Portugal pelo domínio financeiro e econômico dos ingleses, sobretudo, a partir de 1820, quando a corte portuguesa voltou a Portugal.

As transformações surtiram efeitos importantes na economia maranhense. Viveiros (1964, p. 64) sublinha:

As ligações de subordinação econômica e financeira do Brasil se aprofundaram em relação à Inglaterra. No Maranhão as atividades econômicas dos ingleses, dentro de pouco tempo, tornaram-se ricas e poderosas. Entraram no mercado exportador de algodão e no mercado importador de manufaturados, tais como tecidos, louças e ferragens. Estabeleceram o monopólio nas duas pontas da atividade comercial: o da exportação da matéria-prima valiosa para atendimento do parque fabril têxtil da Inglaterra, o algodão; e no abastecimento de manufaturados, também ingleses, à capitania.

Ainda de acordo com Viveiros (1964, p. 64):

Assim garantidos, muniram-se de crédito na praça de Londres e fundaram aqui grandes casas comerciais. Enriqueceram-se no meio social maranhense, mas não se deixaram por ele absorver. Com o seu temperamento frio e egoísta, vivendo para seus interesses mercantis, abstiveram-se de qualquer fusão com os naturais [...] até nas moradias se afastavam da cidade, preferindo tê-las no Caminho Grande, subúrbio pouco habitado então, e onde construíram vivendas, batizadas com nomes do país natal.

Percebe-se, até aqui, portanto, que há dois importantes elementos que corroboram com a decadência dos negócios dos proprietários rurais maranhenses — fazendeiros de algodão, principalmente as lutas sociais na Província, como a Balaiada - e o domínio da economia pelos ingleses, o que provocou uma série de mudanças nas relações comerciais e produtivas. Segundo Feitosa (1998), em nome de uma tentativa de saída para a crise, iniciou-se a constituição de um parque têxtil, de maquinário sugerido pelos ingleses — já obsoleto, nos países da Revolução Industrial —, que, com a entrada, no Maranhão, exigiu mão-de-obra qualificada para seu manuseio e manutenção.

Tratava-se de uma clara transferência invertida de capitais agrícolas — decadente — para capital industrial, ou um total *descompasso* com o que ocorria na economia cafeeira do Sudeste do País.

Para Raimundo Gaioso, Francisco de Paula Ribeiro, Francisco de N. Sra. dos Prazeres, Antonio Bernardino Lago, entre outros patronos clássicos da intelectualidade elitista maranhense e o pensamento político oficial, a crise da economia agro-exportadora tinha outros agentes sociais como responsáveis. Com efeito, esses autores cristalizaram o período compreendido entre 1756 e 1820 como de prosperidade, tempos dourados da economia maranhense, exatamente pelo já exposto, isto é, a entrada dos produtos de exportação — algodão e arroz — no mercado mundial. Foi naturalizada como período de decadência a fase de retorno da família real portuguesa à pátria de origem — 1820 até início do século XX.

Destarte, a origem dessa decadência na economia algodoeira, no discurso desses agentes intelectuais e políticos, residia na perda de competitividade em concorrência no mercado internacional com os Estados Unidos da América; na falta de mão-de-obra; falta de qualificação da mão-de-obra existente; imobilidade da força de trabalho; entre outras. Ou seja, os culpados pelas faltas seriam: os norte-americanos; os trabalhadores livres, que, vivendo em uma província com largas extensões de terras sem proprietários particulares, negavam-se a empregar sua força de trabalho na indústria; os povos indígenas,⁴¹ que, na concepção dessa elite, detinham grandes áreas de terras, inviabilizando-as para a produtividade agrícola.

⁴¹ Existe uma discussão na Antropologia sobre a existência de *estados multinacionais* (KYMLICKA, 1996), comportando minorias nacionais e étnicas. Uma minoria nacional, a partir do conceito de *nação* de Montserrat Guibernau (1997), seria um grupo humano consciente de formar uma comunidade e de partilhar uma cultura comum, ligado a um território claramente demarcado, tendo um passado e um projeto comuns e a exigência do direito de se governar. Desse modo, a nação inclui cinco dimensões: psicológica (consciência de formar um grupo), cultural, territorial, política e histórica. Os povos indígenas no Brasil, desde a década de 1960, têm se constituído em movimento social, com o intuito de garantir a efetivação de direitos em função de reivindicações étnicas. Os indígenas permanecem, assim, como brasileiros com *cidadania diferenciada* (KYMLICKA, op. cit.).

Com acuidade, Mesquita (1987) consubstancia uma posição que rivaliza com o pensamento tradicional da elite maranhense ao desconstruir o que ele mesmo chama de mito, isto é, a idéia de que a decadência da economia algodoeira será justificada pela concorrência norte-americana. Para Mesquita (1987), a perda de mercado, o baixo poder competitivo do algodão maranhense em termos de preço e de qualidade transformam-se, radicalmente, em primeira instância, em um problema de custo de produção, ou seja, um problema relativo ao precário processo de produção local que encarecia, em demasia, a mercadoria e deteriorava a qualidade.

Em segunda instância, ainda de acordo com Mesquita (1987), a perda da competitividade teve origem no processo de circulação ou, de forma geral, no relacionamento do capital agrário com o capital mercantil. Nesse ponto, Mesquita (op. cit. 1987) e Feitosa (1998) estão em sintonia quanto à análise do descompasso da economia maranhense em relação à do Império e à do mundo. Por exemplo, à medida que a cultura de algodão se expandia para o interior, as despesas relativas a transporte encareciam e realizavam-se perdas significativas no movimento do campo para o centro exportador. Por outro lado, o comércio, a presença de despachantes, fiscais, atravessadores etc. eram os responsáveis pela perda de qualidade e pelos acréscimos nos preços.

Dessa forma, a questão central da decadência econômica maranhense, no século XIX, não foi a concorrência norte-americana, mas o processo de produção interna, no Maranhão, que tinha, como resultado, um algodão produzido sem adequada seleção da semente; sem colheita adequada; com técnicas rudimentares; com baixa qualidade; sem estradas adequadas para o escoamento da produção; problemas no descaroçamento da cultura; problemas com o enfardamento do algodão. Resultado? Perda de respeitabilidade no mercado internacional. Desse modo, a saída para essa crise já nasceu morta: o parque têxtil maranhense que se quis implantar teve, também, problemas com um algodão mal conceituado.

Seria razoável explicar a decadência da economia algodoeira pela depressão dos principais índices quantitativos da lavoura: redução da produção; redução da área cultivada com abandono de terra; redução do número de grandes cultivadores; redução da exportação; redução dos rendimentos agrícolas, em geral. Ainda, na realidade conjuntural, a decadência expressou o flagelo qualitativo da cultura do algodão.

Mais tarde, foi evidenciado que esses produtores vislumbravam apenas a produção quantitativa. Destarte, a qualidade dessa cultura caiu, vertiginosamente, perdendo aquilo que era considerado, no mercado internacional, como qualidade, isto é, resistência, alvura, pureza, tamanho das fibras. Com efeito, contrariando a visão dos fazendeiros, dos políticos e dos intelectuais dessa classe social, os fatores que corroboraram para o declínio da economia algodoeira, no Maranhão, foram mais endógenos do que exógenos, mas, como sempre, a concepção para o seu cultivo e a idéia de um processo de industrialização são exôgenas.

Na concepção de Feitosa (1998), o olhar desavisado dos proprietários rurais maranhenses não lhes permitiu observar o quão estavam em descompasso com as transformações, em curso, no Brasil Imperial, ou seja, no Sudeste. No caso da cultura do café, a força de trabalho escrava foi substituída pela força de trabalho assalariada do imigrante. Aqui, tais proprietários se perderam ao desvincularem-se, completamente, do capital inglês. Não atentaram para a disposição das terras, para o uso comum e devolutas do Estado, o que proporcionou um campesinato disperso, isto é, surgiu o campesinato maranhense fundado na agricultura familiar, que se consolidou, exatamente, com o declínio econômico e a descapitalização dos proprietários rurais.

O discurso das elites maranhenses de que entraram em decadência em razão das *faltas*, anteriormente, mencionadas, ganha a forma de modos de pensar a realidade maranhense com características de consenso. Isso foi desvelado, a partir da pesquisa de Alfredo Wagner

Berno de Almeida (1983), intitulada “Ideologia da decadência”, a qual sugere, em sua narrativa, ser a visão da elite sobre o processo de luta de classes, no século XIX, no Maranhão, representada, na concepção dessa mesma elite, com vagabundo quem não se submetia ao trabalho imposto por ela. Essa visão da elite provincial está cristalizada na produção historiográfica regional.

É importante assinalar que esse declínio se engrandece, principalmente, com o advento da abolição da escravatura, quando, então, essas elites (des)compreendidas, ou seja, esquecidas do que se passou no íntimo da história e debruçadas, no passado, em busca de memórias perdidas, estiveram longe de analisar, refletir e considerar a realidade sob uma perspectiva de deliberar decisões políticas e econômicas de acordo com as reais condições históricas. Passaram a viver, então, da elegia das glórias e preferiram o orgulho passadista a adquirir como *habitus*⁴² a instrução, para compreender e interpretar a fantasia dos recém infelizes e dos antigos desvalidos. Não quiseram ou não souberam imaginar e ouvir o que andava nas cabeças e nas bocas dos maranhenses. Não entenderam o contexto social, econômico, político e histórico, para solucionar problemas que tenderiam a se ampliar, como de fato se ampliaram, em todos os níveis.

Não há dúvidas de que é importante o romance histórico ficcional de João Francisco Lisboa sobre a política do Maranhão, em meados do século XIX, principalmente, preocupado, por intermédio da arte – portanto, uma clara representação do real – em ensinar a compreender a verdade. Do discurso de uma propensa realidade, do pensamento clássico das elites maranhenses, seja na economia, seja na política, seja na literatura, aparece, como no dizer de Lisboa (1995, 51),

⁴² Categoria cunhada por Norbert Elias (1994), para explicar que a sociedade interfere no indivíduo, em uma relação de interdependência, de maneira que o adquirido pelo indivíduo – como o conhecimento – pode, também, influenciar a sociedade.

um "vão simulacro". Simulacro este que continuará, no século XX, na visão (re)tardada de desenvolvimento.

3 CAPÍTULO SEGUNDO

De maneira introdutória e com o intuito de proporcionar uma visão geral sobre o conceito de desenvolvimento e sobre a aplicação política dessa busca de centralidade da esfera econômica, segundo visão universalizante desse conceito, são apresentadas, no Capítulo 2, discussões pertinentes à questão, a partir de sua defasagem conceitual, além de sua insustentável aplicação como política governamental, por meio de discurso tardio, no Maranhão.

3.1 A (de)formação do discurso de desenvolvimento.

Ao discutir o conceito de desenvolvimento, a partir de como o Estado concebe, em especial, desenvolvimento econômico e social,⁴³ alvo de inúmeros debates, nas décadas de 1960 e 1970, inicia-se falando de um autor que parece imprescindível. Fala-se de Celso Furtado, que, em inúmeros trabalhos, acredita nos cientistas sociais como capazes de contribuir para o processo de autoconhecimento do país e para sua derivação imediata: a construção do desenvolvimento econômico e social, que ampliaria e distribuiria os frutos do processo econômico e tecnológico.

Segundo esse autor, o desenvolvimento econômico é um meio essencial para o desenvolvimento humano. A luta pelo domínio do mundo externo é o caminho da conquista do homem por ele mesmo. Dessa forma, o desenvolvimento tecnológico e econômico está fortemente ligado à realização das potencialidades integrais do ser humano. Na concepção de Furtado (1968), a formulação e a implantação de um projeto de desenvolvimento nacional são conseqüências naturais dessa possibilidade de realização.

⁴³ Para essa discussão, será considerado como base a o 5º capítulo da Monografia "Desenvolvimento para quem? O caso do Projeto Salangô no município de São Mateus-Ma", deste autor, desenvolvida como trabalho de conclusão do curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão.

Partindo desse princípio, Furtado (1968), que, além de possuir capacidade intelectual enorme, foi, no exercício da profissão, um operador de suas próprias teses, em órgãos públicos de planejamento e administração, admite o planejamento como uma atividade intelectual de pessoas e equipes identificadas com o “bem comum”, colocando à disposição suas elevadas capacidades técnicas em prol do desenvolvimento econômico e social.

Para Furtado (1968, p. 158), “o desenvolvimento é definido como a luta pela racionalidade na política, por meio da superação das mitologias ideológicas”. Significa, assim, distanciamento do idealismo hegeliano, aproximando-se do marxiano, em que os indivíduos são sujeitos de um processo social organizado e agindo como grupos sociais, em uma lógica histórica de superação das contradições. Ao mesmo tempo, Furtado utiliza a categoria coexistência entre classes sociais, o que o afasta, também, de Marx.

São essas noções que fundamentam a concepção furtadiana de Estado como direito na luta pela independência e pela autonomia das nações, na equidade econômica e social, na formulação e implantação de um programa de desenvolvimento econômico, ou seja, um projeto nacional de entendimento entre as classes sociais, expresso em agenda de políticas estatais de desenvolvimento. De acordo com Furtado (1968, p. 153), esta é, também, a base sobre a qual se “assenta a definição de desenvolvimento da América Latina”, ou seja, desenvolvimento a partir das raízes do estado liberal-democrático dos países desenvolvidos.

Já os estados subdesenvolvidos, para o autor, guardam suas especificidades. Como assinala Furtado (1968, pp. 153-161):

O subdesenvolvimento é, portanto, um processo histórico autônomo e não uma etapa pela qual tenham, necessariamente, passado as economias subdesenvolvidas, necessário se torna levar em conta essa peculiaridade. Consideramos o caso típico de uma economia que recebe uma cunha capitalista, sob a forma de atividades produtivas destinadas à exportação. Seja o caso de uma exploração mineira, sob controle de empresa capitalista que organize não somente a produção, mas, também, a comercialização do produto. A intensidade do impacto desse núcleo na velha estrutura dependerá, fundamentalmente, da importância relativa da renda a que ele dê origem e fique à disposição dentro da

coletividade. [...] Sintetizando a análise anterior, o subdesenvolvimento não constitui uma etapa necessária do processo de formação das economias capitalistas modernas. É, em si, uma situação particular, resultante da penetração de empresas capitalistas modernas em estruturas arcaicas. O fenômeno do subdesenvolvimento apresenta-se sob formas variadas e em diferentes estágios. O caso mais simples é o da coexistência de empresas estrangeiras, produtoras de uma mercadoria de exportação, com uma larga faixa de economia de subsistência, coexistência esta que pode perdurar, em equilíbrio estático, por longos períodos.

As especificidades vão desde a administração de uma economia com insuficiência estrutural da demanda, o que as aproxima das teses e políticas do Estado de Bem-Estar, às dificuldades de legitimações em uma sociedade propugnada pelo autor como dual, com profundas diferenças de interesses e um grande passivo social, gerando fortes dificuldades na resolução de conflitos sociais.

Já Lambert (1967) analisa que os estados em via de desenvolvimento são nações desigualmente desenvolvidas, em vez de subdesenvolvidas. A noção de subdesenvolvimento deve ser substituída, imediatamente, pela noção de desenvolvimento desigual da sociedade dualista. Lambert (1967) assinala que a existência da sociedade dualista cria obstáculos ao desenvolvimento e, se há coexistência, em um mesmo quadro nacional, da sociedade arcaica e da sociedade evoluída, do desenvolvimento e do subdesenvolvimento, ela torna a eliminação desses obstáculos mais fácil, porém mais urgente. O autor está falando, exatamente, do Brasil e de suas diferenças regionais, em uma alusão ao que Furtado irá considerar, sem, contudo, sair do *habitus* que moldura essa concepção faseológica do desenvolvimento.

Por outro lado, a visão de Furtado (1968) quanto ao subdesenvolvimento é a que o define como categoria e processo histórico, como uma etapa não necessária do capitalismo, mas etapa esta própria de formulações históricas específicas, relacionadas de forma subsidiária ao sistema colonial. Tais formulações devem ser superadas por meio de uma dialética possibilitadora, em que são atores sociais fundamentais os intelectuais, homens de pensamento

que dispõem de racionalidade mais elevada. Esses homens seriam os responsáveis pela concepção, formulação e implantação de políticas e programas de desenvolvimento.

Para tanto, esses intelectuais, por intermédio do Estado, devem promover, segundo Furtado (1968, p. 119):

O desenvolvimento econômico, apoiando as frações das classes proprietárias não identificadas com os objetivos do desenvolvimento mais amplo de todas as camadas sociais. A compreensão deste papel confere ao Estado uma racionalidade superior que o legitima como condutor/árbitro dos processos sociais.

As questões sobre desenvolvimento e subdesenvolvimento levantadas por Furtado conduzem a alguns questionamentos: é possível a convivência passiva diante de um dualismo de valores entre o *atraso* e o *moderno*, sem que o primeiro não seja resultado do segundo e este último não absorva aquele? Um Estado como o brasileiro poderia ou pode representar, racionalmente, o conjunto da sociedade? Qual o papel, de acordo com a classificação de Esteva (2000), de “indivíduos comuns”, dos “filósofos do povo”. e/ou, na visão gramsciana, de “intelectuais orgânicos” no processo de planejamento de um desenvolvimento alicerçado em questões sociais, econômicas, ecológicas, culturais?

Em entrevista mais recente à *Carta Capital*, Furtado (2001) deixa pistas a respostas para algumas dessas perguntas por ele, anteriormente, elaboradas, notadamente em uma análise reorientada em relação aos anos 1960 e 1970, mas que continua crendo no desenvolvimento como fenômeno universal, mesmo que reafirme o subdesenvolvimento como uma realidade histórica específica. Eis alguns fragmentos dessa entrevista.

Não se trata de apenas reproduzir formas de viver que já se conhece. Trata-se de romper com elas. Isso cria muita dificuldade. Se as elites brasileiras reproduzem a forma de viver dos países ricos, elas evidentemente criam uma situação de exclusão social cada vez maior do Brasil.

No atual processo de globalização, o que se percebe é a necessidade de acabar com os Estados, com os centros de decisão no que respeita à orientação do desenvolvimento. E aí é que está o grande entrave.

Estava indicada a idéia de que toda sociedade produz uma classe social dirigente com visão global dos seus problemas, que era, talvez, um pouco ingênua, era o que correspondia à época.

No entanto, pensa-se que tal tarefa foi magistralmente realizada por Viola ao analisar, criticamente, a categoria desenvolvimento. Viola (2000) defende que a consciência contemporânea de que uma parcela imensa da humanidade admite o desenvolvimento enquanto categoria universal, hoje, enfrenta uma contraface dos muitos que não aceitam essa universalização.

Dentro da mesma linha de análise, Esteva (2000) (des)constrói a história social do conceito de desenvolvimento. Preocupa o autor analisar, mais especificamente, o longo processo de construção e reconhecimento social do desenvolvimento, difundido, mundialmente, a partir de Harry Truman, presidente dos Estados Unidos, na década de 1940.

3.2 A implosão do conceito de desenvolvimento.

Em arguto ensaio, “La crisis del desarrollo y el surgimento de la antropología del desarrollo”, Viola (2000, p. 9) assinala que:

Desde os anos oitenta, há estudos do discurso, das práticas e das conseqüências sociais das instituições de desenvolvimento. Sugere, ainda, que este interesse pode ser explicado, tanto pela própria tendência de uma progressiva especialização interna da disciplina quanto pela crescente participação profissional de antropólogos em ONGs e instituições de desenvolvimento. A tendência e especialização de que fala o autor é evidenciada pela consolidação de campos temáticos relacionados com o desenvolvimento, como a ecologia política, os estudos de gênero e a antropologia da saúde (tradução do autor).

Mas, nota-se que as evidências, de acordo com o autor, têm levado, nas últimas décadas, à revisão da concepção de desenvolvimento e à discussão das diversas perspectivas, tratando de demonstrar que sua carga semântica, seus prejuízos culturais, seus superentendimentos e suas simplificações não têm sido, em absoluto, alheios a inúmeros fracassos, contradições e efeitos perversos por tantos e tantos projetos políticos de desenvolvimento.

Com efeito, Viola (2000, p. 11) adianta que:

Sin embargo, la relación entre ambos fenómenos parece cada vez más insostenible, puesto que evidencia histórica y etnográfica demuestra de forma inapelable que el proceso de modernización aplicado durante los últimos cincuenta años en la práctica totalidad del Ter Mundo, no solamente no ha conseguido eliminar la pobreza y la marginación social, sino que las ha extendido has alcanzar una magnitud sin precedentes.

Acerca do conceito de desenvolvimento, salienta Viola (2000, p. 11):

Pero si el concepto de desarrollo ha llegado a convertirse en una palabra-fetiché, no es porque describa con precisión una categoría coherente de fenómenos socialmente relevantes, sino porque, siendo uno de los conceptos del siglo XX más densamente imbuidos de ideología y de prejuicios, ha venido actuando como un poderoso filtro intelectual de nuestra percepción del mundo contemporáneo. Entre los prejuicios que más ha contribuido a sesgar nuestra concepción del desarrollo, destacaían el economicismo y el eurocentrismo, connotaciones que Rist (1996, p. 21) detecta en la mayoría de las definiciones ofrecidas por diccionarios o por documentos de trabajo de las instituciones especializadas. En referencia al economicismo, resultaría una obviedad referirse a la centralidad que la teoría económica neoclásica ha desempeñado en la configuración de las imágenes dominantes del desarrollo, entre ellas, la identificación del desarrollo con el crecimiento económico y con la difusión a escala planetaria de la economía de mercado.

Os atores chamam a atenção para o comportamento redutor, que insiste em identificar a realidade com um número muito limitado da diversidade mundial, ignorando questões sociais, ecológicas e culturais das várias regiões do planeta. Destarte, essas questões ficam fora das concepções estatísticas de desenvolvimento de quem adota tal perspectiva. O eurocentrismo é outra característica do discurso do desenvolvimento, que, desde as suas origens, vem apresentando como modelo a sociedade ocidental, como parâmetro universal para medir o que é relativo ao atraso e ao progresso dos demais povos do planeta (VIOLA, 2000, pp. 11-20).

Por esses elementos, Viola (2000), mais do que se limitar a um repertório de teorias econômicas e de soluções técnicas, explicita a ideologia do desenvolvimento que constitui e reflete toda uma visão de mundo, na medida em que pressupõe determinada concepção de história da humanidade e das relações entre o homem e a natureza. Ela também propõe, implicitamente, um modelo de sociedade considerado, universalmente, válido.

Ele ilustra essa observação ao dizer que o conteúdo da citada ideologia faz parte do núcleo duro de dogmas sobre os quais se havia construído o discurso do desenvolvimento, cuja emergência se reproduz, ao final da Segunda Guerra Mundial, tendo por base o novo cenário geopolítico, das futuras relações entre as potências do Norte e suas colônias do Sul, ante a necessidade de redefinir a política de desenvolvimento.

Dito isso, a primeira vez que essa concepção foi utilizada para designar o crescimento econômico, como ato fundamental de difusão do desenvolvimento, foi no discurso sobre *Estado da União*, pronunciado pelo presidente norte-americano Harry Truman, em 20 de janeiro de 1949, especialmente em seu quarto ponto, considerado por Viola como uma contribuição decisiva na universalização dessa nova linguagem, explicitando muitos de seus propósitos (TRUMAN, 1949, apud VIOLA, 2000, p. 14) pontua:

Más de la mitad de la población mundial está viviendo em condiciones próximas a miséria. Sua alimentación es inadecuada, son víctimas de la desnutrición. Su vida económica es primitiva y miserable. Su pobreza es un hándicap y una amenaza, tanto para ellos como para las regiones más próspera. Por primera vez en la historia, la humanidad posee el conocimiento y la técnica para aliviar el sufrimiento de esas poblaciones.

Tal afirmativa permitiu a Viola (2000, p. 15-27) analisar, inclusive, o que se segue:

*Resulta fácil identificar em la intervención de Truman muchos de los prejuicios y estereotipo característicos de la retórica desarrollista. Para empezar, su discurso rezuma una fe ilimitada en el progreso, identificado explicitamente con el aumento de la producción y la introducción de tecnologías modernas más eficientes. Por otra parte, el progreso y el atraso no son contemplados como el resultado de la desigual correlación de fuerzas en un juego de suma cero, sino como um proceso difusionista que llevará gradualmente a toda la humanidad a compartir un bienestar material generalizada. Y por último, podemos percibir con toda nitidez el mesianismo etnocéntrico que plantea en términos paternalistas la relación con los países subdesarrollados. Este último rasgo aparece todavía más acentuado en el clásico texto de Walt Rostow (1960) *Las etapas del crecimiento económico* erado como la obra emblemática de la teoría de la modernización.*

Furtado (1968), Bello Filho (1998), Viola (2000), Esteva (2000) e outros autores interpretaram esta obra, “As etapas do crescimento econômico”, como um marco na maneira de pensar o desenvolvimento, ou seja, por meio da hierarquização das sociedades, como se as

sociedades do planeta estivessem situadas em um dos cinco estágios de uma seqüência evolutiva, iniciada nas sociedades tradicionais. Segundo Viola (2000, pp. 15-27):

Rostow, autor daquela obra, identifica estas últimas como um estágio natural do subdesenvolvimento, caracterizado por sua tecnologia primitiva e uma escassez generalizada, o qual culminará em um estágio final de evolução humana, a etapa do consumo de massas (tradução do autor).

Ainda de acordo com Viola (2000), a teoria da modernização tem sido objeto de inúmeras críticas em razão de seu dualismo, que estabelece uma artificiosa dicotomia entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos, o que impede de pensar o mundo em termos de uma estrutura de regiões, com países interdependentes. De acordo com essa visão cristalizada da história, o subdesenvolvimento é um estágio originário e endógeno do desenvolvimento. Furtado (1968 apud BELLO FILHO, 1998, p. 66) chama de “concepção faseológica do desenvolvimento” a teoria de Rostow.

Isso posto, a tendência de alguns autores, inclusive Viola (2000), é de afirmar que, durante a etapa de esplendor da teoria da modernização, as culturas das sociedades tradicionais foram compreendidas como obstáculos fundamentais para o desenvolvimento, tendo em vista que essas culturas eram identificadas como atitudes de fatalismo, imobilismo, obscurantismo e com estruturas sociais obsoletas.

Qualquer manifestação de fora da concepção etnocentrista ocidental não podia ostentar o triunfo de fases subseqüentes na modernização evolutiva de Rostow, ficando presos a uma única via para atingir o desenvolvimento, isto é, adotar arquétipos culturais ocidentais: capitalismo, industrialização, tecnologia avançada, democracia representativa, bem como individualismo e utilitarismo.

Em “Desarrollo”, Esteva (2000, p. 67) considera “um equívoco o fato de aceitarmos, friamente, o desenvolvimento como, naturalmente, universal, tanto do ‘senso comum’, como do ‘senso douto’”. De início, Esteva (2000, p. 67) assinala que “[...] *Desde el cadáver sin enterrar*

del desarrollo, se han empezado a propagar todos los tipos de peste”. Com uma veemência peculiar, Esteva propugna revelar o segredo do desenvolvimento e vê-lo em toda a sua exposição conceitual.

Para tanto, Esteva (2000) vai aprofundar a tese da invenção do subdesenvolvimento, mencionada por Viola (2000), frisando que, no fim da Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos eram uma máquina produtiva formidável e incessante, sem precedentes na história. Estavam, indiscutivelmente, no centro do mundo. Todas as instituições criadas, naqueles anos, reconheciam esse fato. A própria Carta das Nações Unidas era uma espécie de cópia da constituição norte-americana.

Não obstante, era necessário para os norte-americanos consolidar essa hegemonia e torná-la permanente. Para isso, formularam uma campanha política, em nível global, que, claramente, levava sua marca. Ainda segundo Esteva (2000, p. 69), “criaram até mesmo um emblema apropriado para identificar a campanha. E, estrategicamente, optaram, como momento especial para lançar ambos, em 20 de janeiro de 1949, por ocasião da posse do presidente Harry Truman”. Assim, uma nova era seria difundida em todo o mundo – a era do desenvolvimento.

Conforme Truman (1949 apud ESTEVA, 2000, p. 68):

Debemos embarcarnos en un programa completamente nuevo para hacer accesibles los beneficios de nuestro avances científicos y de nuestro progreso industrial, de tal forma que las áreas subdesarrolladas puedan crecer y mejorar. [...] El viejo imperialismo – explotación en provecho foráneo – no tiene lugar en nuestros planes. Lo que tenemos en mente es un programa de desarrollo basado en los conceptos del trato justo democrático.

Esteva (2000) assevera que o subdesenvolvimento começou, assim, em 20 de janeiro de 1949. Naquele dia, ainda segundo o autor, dois bilhões de pessoas passaram a ser subdesenvolvidas.⁴⁴ Em sentido muito real, daquele momento em diante, deixaram de ser o que

⁴⁴ É bom salientar que esses autores não reputam a Truman como o primeiro a usar a expressão subdesenvolvimento. Muitos outros já a haviam utilizado ao longo da história. Ou seja: ela tornou-se, realmente, importante somente

eram antes em toda a sua diversidade e foram transformadas, magicamente, em uma imagem inversa da realidade alheia: uma imagem que as diminui e as envia para o fim da fila. É ela quem passa a definir sua identidade, a de minoria heterogênea e diferente, nos termos de uma maioria homogeneizante e limitada, quer seja no Brasil, quer seja na Índia. Foi, nesse contexto, que a expressão subdesenvolvimento adquiriu virulência colonizadora insuspeitada.

Nessa quadra histórica, pelo menos uma coisa adquiriu grande significado: escapar da condição indigna chamada *subdesenvolvimento*. A questão é que Furtado (2001) tem a percepção do subdesenvolvimento como uma realidade histórica, em que os países subdesenvolvidos acumulam riquezas, mas não se desenvolvem, porque tentam reproduzir hábitos de vida e traços de culturas desenvolvidas. No entanto, como sugere Esteva (2000), autores como Celso Furtado e Jacques Lambert qualificam o desenvolvimento e usam a palavra com advertências e restrições, como se estivessem caminhando em terreno minado. De acordo com Esteva (2000), tem-se a impressão de que não compreendem como seus esforços são contraprodutivos. O terreno minado já explodiu.

Com efeito, para Bello Filho (1997, p. 60), a concepção faseológica do desenvolvimento ou a concepção de sociedade dualista, ou, ainda, de subdesenvolvimento como realidade histórica, *habitus* dos pensadores dos planos de desenvolvimento, já explodiram, principalmente, se for considerado que, para alguém imaginar a possibilidade de escapar de uma situação específica, é preciso, primeiramente, que tenha chegado àquela situação específica. Segundo Esteva (2000, p. 70):

Para que aqueles que constituem os dois terços da população mundial atual possam pensar em desenvolvimento – qualquer tipo de desenvolvimento –, é preciso em primeiro lugar que se vejam como subdesenvolvidas, com o fardo total de conotações que o termo carrega (tradução do autor).

quando o presidente da América do Norte a introduziu como símbolo de sua própria política externa. Para aprofundamento, consultar Viola (2000).

Pergunta-se, então: quem no mundo se autodefine como subdesenvolvido? De acordo com Santos (2001, p. 103): “Não admitir as conotações do termo subdesenvolvimento é, também, um modo de insurreição em relação a essa visão universalizante ou globalizante, com a descoberta de que, a despeito de sermos o que somos, podemos também desejar ser outra coisa.”

É por isso que o senhor J. B. D (julho de 2007) faz a distinção do que é ser pobre de acordo com sua cultura e do que é ser pobre de acordo com a visão exterior desenvolvimentista. Com efeito, Esteva (2000, p. 17) assegura que:

Hoy, para esos dos tercios de la población del planeta, el subdesarrollo es una amenaza que ya se há cumplido, una experiencia vital de subordinación y de extravío inducido, de discriminación y de subyugación. Dada esta condición previa, el simple hecho de asociar la intención, a contradicirla, a esclavizarla.

Essa visão impede que se pense sobre os próprios objetivos, como sugeriu Furtado. No entanto, não se pode pensar um outro desenvolvimento; é necessário sepultá-lo. Santos (2001, p.148) diz:

Pode-se estar certo ao falar de uma Nova paisagem social que resultaria do abandono e da superação do modelo atual e sua substituição por outro, capaz de garantir para o maior número a satisfação das necessidades essenciais a uma nova vida humana digna, relegando a uma posição secundária necessidades fabricadas, impostas por meio da publicidade e do consumo conspicuo.

Isso leva a crer que dois terços da humanidade, se não mergulharam na acepção preconizada e difundida, mundialmente, a partir de Truman, amearão prejuízos causados por um só despotismo, o da frenética civilização do lucro.

É importante ressaltar, ainda, alguns elementos que marcaram a eclosão do conceito de desenvolvimento.

Em um trabalho de maior fôlego, pode-se aprofundar mais essas questões. No entanto, parece imprescindível abordar, neste exercício, uma das que se pensa ser crucial: a centralidade da esfera econômica segundo uma visão universalizante de desenvolvimento.

Para Esteva (2000, p. 77):

El desarrollo – que había sufrido la metamorfosis más radical y grotesca de su historia en manos de Truman – se empobreció aún más en manos de sus primeros promotores, que lo redujeron a crecimiento económico. Para estos hombres, el desarrollo consistía sencillamente en el crecimiento de la renta per cápita en las áreas económicamente subdesarrolladas. Era la meta propuesta por Lewis en 1944 e insinuada por la Carta de Naciones Unidas en 1947.

De acordo com Esteva, que faz lembrar o Brasil da década de 1970, nas palavras do então ministro da Fazenda e Planejamento, Delfim Neto: “crescer o bolo para depois reparti-lo”.

Esteva (2000, p. 78) afirma:

En 1955, el dictamen de Lewis – ‘Primero se tendría que hacer notar que lo que nos interesa es el crecimiento, y no la distribución’ (Lewis, 1955) – reflejaba el muy generalizado énfasis en el crecimiento, que impregnaba todo el campo del pensamiento desarrollista. Paul Baran, con mucho el más influyente de los economistas del desarrollo encuadrables en la izquierda, escribió en 1957 sobre la economía política del crecimiento, y definió em crecimiento o desarrollo como el incremento de la producción per cápita de bienes materiales (Baran, 1957). Walter Rostow, que casuó una honda impresión en el público y en el pensamiento institucional, presentó en 1960 su ‘manifiesto no comunista’, como una descripción de los estadios del crecimiento económico, asumiendo que esta única variable podía caracterizar a toda la sociedad (Rostow, 1960). Naturalmente, tanto Rostow como Baran trataban de mucho más que de un crecimiento económico corto de miras, pero su énfasis reflejaba el espíritu de los tiempos... y el quid de la cuestión.

Portanto, mesmo com as várias *mudanças* ao longo da história do desenvolvimento, inclusive na perspectiva de instituições como a organização das Nações Unidas - ONU, buscando contemplar aspectos sociais, o que houve foi a predominância das essências economicistas.

Historicamente, de acordo com Bello Filho (1997, p. 59):

[...] a preocupação com o desenvolvimento surge do objetivo de manter um poder político instituído, ou do soberano (na Antigüidade) ou do senhor (na Idade Média), o que significa dizer, na sua origem, desenvolvimento era sinônimo de prosperidade econômica, cuja importância residia no fato de ser essencial para a manutenção do estado do campo de poder. Com o advento dos estados nacionais modernos o desenvolvimento passou a ser pensado dentro das fronteiras desses estados, o que reforçou a sua identificação com o conceito de crescimento econômico e sua vinculação às noções de fronteira e soberania (que já o acompanhava desde a origem). Assim, a gênese do conceito de desenvolvimento revela por que até os anos setenta ele foi sempre pensado em função de espaço territorial e da autonomia econômica desse espaço, o que significa dizer que até então ele permaneceu vinculado às noções de economia fechada e processo autônomo de crescimento econômico.

O mérito de Truman foi liberar a esfera econômica das conotações negativas que havia acumulado ao seu redor, por dois séculos, separando desenvolvimento de colonialismo.

Isso em relação à construção social do desenvolvimento, associada a um plano político, extraindo da sociedade e da cultura uma esfera autônoma, a esfera econômica, e instalando-a como eixo da política e da ética.

3.3 A (in)sustentável defesa da universalidade do desenvolvimentismo.

Para Esteva (2000), é possível compreender que a ênfase dada ao crescimento econômico pelos primeiros desenvolvimentistas da era pós-Truman não foi nem um desvio nem uma interpretação errônea da proposta de Truman; ao contrário, foi uma expressão de sua própria essência. No entanto, é justamente a universalidade dessa premissa que não é mais sustentável.

A digressão do autor sugere, como uma construção conceitual, que a economia luta para submeter ao seu controle e subordinar à sua lógica todas as outras formas de interação social, em todas as sociedades que invade. Como um lema político, que alguns adotam como seu, a história econômica é uma história de conquista e dominação. Longe de ser a evolução idílica retratada pelos fundadores da economia como disciplina, a emergência da sociedade econômica é uma história de violência e destruição que, freqüentemente, adotou caráter genocida. Não é sem razão, portanto, que a resistência surgiu por todos os lados.

Nessa circunstância, conforme visto, a centralidade é ocupada pelo mercado, em suas formas mais agressivas, em que o desvalor é a estratégia que transforma. De acordo com Esteva (2000, p. 88):

La devaluación metamorfosea las capacidades en carencias, el común en recursos, los hombres y mujeres en trabajo mercantilizado, la tradición en una carga, la sabiduría en ignorancia, la autonomía en dependencia. Metamorfosea las actividades autónomas de la gente, encarnando deseos, capacidades, y esperanzas – así como las interacciones entre ellos y las de todos con el medio – en una serie de necesidades cuya satisfacción requiere la mediación del mercado.

No mesmo sentido, Santos (2001, p. 147) diz: “Daí a brutal distorção do sentido da vida em todas as suas dimensões, incluindo o trabalho e o lazer, e alcançando a valorização íntima de cada pessoa e a própria constituição do espaço geográfico,”o que se contrapõe, inexoravelmente, ao desvalor como segredo do valor econômico, que só pode ser criado com violência e em um confronto permanente com quem quer que seja que a ele se oponha.

Percebe-se, a partir dos enunciados citados, que há um movimento de reelaboração e de ampliação sobre o discurso de desenvolvimento. Recorrendo a Bakhtin (2003, p. 41), ele explica que:

A palavra constitui o meio no qual se produzem lentas acumulações quantitativas de mudanças que ainda não tiveram tempo de adquirir uma nova qualidade ideológica, que ainda não tiveram tempo de engendrar uma forma ideológica nova e acabada. A palavra é capaz de registrar as fases transitórias mais íntimas, mais efêmeras das mudanças sociais.

A palavra, portanto, reflete e refrata as relações sociais que a sustentam, demonstrando, nesse movimento discursivo, as rupturas e as permanências históricas ecoadas pelos sujeitos em uma dada posição na sociedade, objetivando determinado fim ideológico-social. Lembrando Bakhtin (2003, p. 46), “o signo é vivo e móvel, sendo capaz de evoluir”. Contudo, entende-se que os limites entre o mesmo e o diferente na linguagem, conforme Orlandi (2005, p. 36), não se encontram no discurso de maneira estanque e exata, pois há uma tensão entre os processos parafrásticos e polissêmicos. A paráfrase apresenta-se como uma reformulação do já dito, ou melhor, “em todo dizer há sempre algo que se mantém, isto é, o dizível, a memória” (ORLANDI, 2005, p. 36). Os momentos da paráfrase, no discurso, constituem-se no retorno aos mesmos campos dos dizeres, ressignificando. A polissemia, ao contrário da paráfrase, demonstra que todo dizer carrega a possibilidade do deslocamento, do equívoco, da ruptura.

Orlandi (2005, p. 37) explica que, se a “língua não fosse sujeita à falha e o real da história não fosse passível de ruptura, não haveria transformação, não haveria movimento

possível, nem dos sujeitos nem dos sentidos”. “Do ponto de vista da análise do discurso, a mera repetição já significa diferentemente, pois introduz uma modificação no processo discursivo” (ORLANDI, 2003, p. 119).

Assim, o discurso sobre o desenvolvimento ancora-se, para ter sentido, em um diálogo com outros discursos desenvolvimentistas historicamente formulados, bem como em um movimento de deslocamento e deriva na própria interioridade conceitual do *corpus* discursivo em análise. Bakhtin (2003, p. 297) esclarece que:

Cada enunciado é pleno de ecos e ressonâncias de outros enunciados com os quais está ligado pela identidade da esfera de comunicação discursiva. Cada enunciado deve ser visto antes de tudo como uma resposta aos enunciados precedentes de um determinado campo (aqui concebemos a palavra ‘resposta’ no sentido amplo): ela os rejeita, confirma, completa, baseia-se neles, subentende-os como conhecidos, de certo modo os leva em conta. Porque o enunciado ocupa uma posição definida em uma dada esfera de comunicação, em uma dada questão, em um dado assunto, etc. É impossível alguém definir sua posição sem correlacioná-la com outras posições. Por isso, cada enunciado é pleno de variadas atitudes responsivas a outros enunciados de dada esfera da comunicação discursiva.

O discurso de desenvolvimento comunica-se de maneira histórica com o ideal desenvolvimentista presente, sobretudo nas décadas de 1960 e 1970, no Brasil. A proposta pela necessidade do progresso, ao contrário do atraso, do novo, em vez do passado, tem seu fundamento na ideologia fundada pela modernidade, no início do século XVIII, na Europa. Com o pós-guerra, em 1945, e a instauração da Guerra Fria, formaram-se dois blocos antagônicos no mundo do capital: o capitalismo e o socialismo real.

Nesse contexto, o discurso sobre o lugar dos países pobres é representado pela demarcação entre primeiro-mundo (países avançados do capitalismo), segundo-mundo (países do bloco comunista) e terceiro-mundo (países subdesenvolvidos). Surge, por meio dos países ricos capitalistas, o enunciado: países “em desenvolvimento”, ou seja, todo país subdesenvolvido que aplicar, em sua economia, a lógica mercadológica do capital e se mantiver política, econômica e

ideologicamente fiel aos interesses do bloco capitalista alcançará, por meio de fases, os patamares econômicos e sociais do primeiro mundo.

No entanto, a partir da década de 1970, surgem, no cenário mundial, evidências do desgaste natural e social dessa proposta desenvolvimentista, e, com isso, as políticas em análise trazem, em seu discurso, a proposta alternativa de desenvolvimento. Recorre-se, no momento de crise social e natural ocasionada pelos efeitos do modelo de crescimento econômico dos anos 1950, à proposta de desenvolver, economicamente, um país, de maneira sustentável e equilibrada. O projeto de desenvolvimento, sob o ponto de vista do capital, recorre a um deslocamento político-ideológico que possibilite a continuidade da expansão da riqueza capitalista.

Pergunta: é possível encontrar, no Maranhão, essa centralidade econômica nos planos de desenvolvimento?

3.4 Planos de governo e questão econômica como centralidade da visão de desenvolvimento tardio em terras do Maranhão.

Às vésperas de posse, Sarney, depois de uma seleção cuidadosa e percuciente, anunciou o secretariado e à equipe técnica que iriam ajudá-lo [sic.] a trabalhar pelo progresso do estado: secretário de finanças – Pedro Neiva de Santana; Interior e Justiça – Cícero Neiva; Agricultura – Nivaldo Macieira; Viação e Obras Públicas – Haroldo Tavares; Saúde – José Murad; Educação – Orlando Medeiros; Segurança – José Rodrigues Paiva; Administração – José Maria Cabral Marques; Governo – Alberto Vieira da Silva; Cemar – César Cals; Comandante da Força Pública – Antonio Medeiros; Assessoria Técnica – Joaquim Itapary, Mario Leal, José de Jesus Moraes Rego, Darson Dagoberto Duarte, Mariano Matos, Eliezer Moreira Filho, Carlos Alberto Madeira e João Alberto de Sousa. Era uma equipe heterogênea, composta de figuras tradicionais e respeitadas, emanadas de estratos sociais da classe média e urbana, aliada a técnicos oriundos da Sudene. Mesclando juventude com maturidade e misturando técnicos com profissionais liberais, o governador ensaiava os primeiros passos à formação de um governo não-comprometido com as oligarquias dominantes, mas identificado com os setores sociais que desejavam a modernização e o desenvolvimento (BUZAR, Jornal O Estado do Maranhão, em 31 de janeiro de 1996).

O discurso de Buzar foi pela passagem de 30 anos que José Sarney chegou ao poder.

Em 1966, o governador montou essa equipe de secretários e a equipe técnica, segundo ele, do

mais alto gabarito, para elaborar o plano de governo, que visava a implantação de condições de infra-estrutura e realizar investimentos que possibilitasse o desenvolvimento. Percebe-se que, durante a campanha, não havia um plano de governo. Dessa forma, o autodenominado I Plano de Governo do Maranhão só seria de fato elaborado entre 1968 e 1969, sob a coordenação de Bandeira Tribuzi.

Para entender a elaboração do(s) plano(s) de governo no período recortado, é relevante instrumentalizar duas noções utilizadas por Bourdieu (1992): a de *habitus* e a de *campo*. A primeira, que compreende o “sistema das disposições socialmente constituídas que constituem o princípio gerador e unificador do conjunto das práticas e das ideologias características de um grupo de agentes” (BOURDIEU, 1992, p. 191), ou, ainda, “o sistema de esquemas interiorizados que permitem engendrar todos os pensamentos, percepções e as ações características de uma cultura” (BOURDIEU, 1992, p. 349), permitindo introduzir a subjetividade, no esquema estruturalista de reprodução social. Isso acontece porque o *habitus* é, ao mesmo tempo, subjetivo e social. É subjetivo porque se refere à interiorização de valores, normas e classificações e é social porque os elementos interiorizados fazem parte da estrutura social em reprodução, bem como as instituições da sociedade em que são produzidos, reproduzidos e consagrados.

Essa noção de *habitus* é utilizada por Pierre Bourdieu em conjunto com a de *campo*, a fim de desenvolver uma teoria da prática que não seja nem determinista nem subjetivista. Para o autor, o campo é o espaço estruturado e hierarquizado em que os agentes sociais interagem segundo as posições que ocupam, travando uma luta em torno dos interesses característicos desse espaço. A prática, a ação social, depende, assim, de fatores subjetivos – determinados pelo *habitus* dos agentes – e objetivos – determinados pela estrutura do campo em que ela se desenvolve e pela posição que os agentes ocupam, nesse campo.

De acordo com Bello Filho (1998), a elaboração de plano de governos, enquanto procedimento técnico, acontece no campo intelectual, cuja estrutura a condiciona juntamente com o *habitus* de seus elaboradores. Por outro lado, sendo ela fase de um processo de decisão governamental, está condicionada, também, pelo fato de o campo intelectual ser “determinado em sua estrutura e função pela posição que ocupa no interior do campo de poder” (BOURDIEU, 1992, p. 190).

Desse modo, o desenvolvimento é a temática central do I Plano de Governo do Maranhão e das sucessivas mensagens à Assembléia Legislativa. Analisando-os, são observadas, sempre, três partes: diagnóstico do subdesenvolvimento – Maranhão pobre, atrasado –; os principais eixos – infra-estrutura, educação e agropecuária – e o estabelecimento de programas, com objetivos de metas definidos, visto como ações desenvolvimentistas concretas. Portanto, a superação do subdesenvolvimento é considerada justificativa para a atividade de planejamento, que tem, na elaboração do plano, um de seus momentos.

Parece imprescindível, parafraseando Bello Filho (1998), entender como essa preocupação com o desenvolvimento conduziu a atividade de planejamento à posição privilegiada que passou a ocupar no campo do poder. É necessário, também, não perder de vista que, na mesma época, os economistas eram cada vez mais reconhecidos dentro desse campo como indispensáveis para a manutenção da estabilidade e do crescimento da economia, o que significa dizer que o campo intelectual adquiriu, com eles – mas, cumpre observar, não apenas com eles – posição hierárquica e funcionalmente mais significativa no campo do poder, ao mesmo tempo em que reafirma sua autonomia em relação a ele. No caso em questão, os economistas Bandeira Tribuzi e Joaquim Itapary representam os economistas.

Ao analisar as mensagens anuais do governo e o I Plano de Governo, depreende-se que os elaboradores dialogam com pelo menos um sujeito que, com eles, interage no campo

intelectual: os planejadores do governo anterior, considerados inoperantes em matéria de política desenvolvimentista, e os industrialistas.

A situação não é menos dramática no setor de infra-estrutura, como transporte e energia: a rede rodoviária com extensão de apenas 4.980 km, dos quais somente 514 de construção pelo Estado, contra 21.554 km no nosso vizinho e pobre Estado do Piauí, com 12.098 no Ceará e mais de 30.000 km no Estado de Goiás (discurso de posse de José Sarney, *Jornal Pequeno*, 1966).

Sem dúvida, esse é um dos principais pontos do discurso do governador em sua posse, na Assembléia Legislativa do Maranhão, em 31 de janeiro de 1966. Com efeito, o maior parágrafo, no já editado *Jornal Pequeno*, com o subtítulo “Herança desoladora”, em que o diálogo é de crítica aos governos anteriores, sintetiza as metas de seu autodenominado I Programa de Governo do Maranhão.

Por conseguinte, o I Programa de Governo do Maranhão, ao justificar a eleição do setor infra-estrutura (transporte) como prioridade 1 do governo, expressa:

Louva-se no relativo grau de conhecimento que dispõe sobre a comunidade maranhense e sobre os fenômenos histórico-sociais que aqui se observaram ou vigem, conhecimento esse promanado mais de observações empíricas do que de pesquisas sistemáticas cientificamente conduzidas, e sobre os mesmos elaborar um documento que não tivesse outra pretensão que a de ser um guia, tão fiel e perspicaz quanto possível, da ação oficial no quinquênio 1966/1971 (I PROGRAMA DE GOVERNO DO MARANHÃO, 1969, p. 16).

Ou seja, relativismo científico quer expressar que, dentro da infra-estrutura, o programa evidenciado e destacado como de maior capital social foi o transporte. Isto é, do custo total do I Programa 1966/1971, de Cr\$ 594.870.200,00, foi destacado para a “criação de infra-estrutura” recursos totalizando Cr\$ 335.131.200,00, o que significou: 56,3%, sendo que dessa dotação foram destinados 69,5% dos referidos recursos para transporte. Com efeito, do custo total do Programa, 37,4% foi consignado para transporte, o que significa dizer que a posição dos economistas industrialistas é questionada, mas é com argumentos técnicos, isto é, de igual para igual, diferente da posição em relação aos antecessores.

É importante destacar que as prioridades subseqüentes do Programa Educação e Agropecuária ficaram com 14,4% e 10,4%, respectivamente. Assim, verifica-se que, do valor total do Programa, Cr\$ 594.877.800,00, foi respeitado o seguinte ordenamento de prioridades:

Transporte	37,4%
Educação	14,4%
Agropecuária	10,4%

Quadro 2 - Disposição de recursos de governo

Fonte: Mensagem a Assembléia Legislativa do Maranhão (1969).

A tabela citada bem como todas as outras aqui apresentadas, também são práticas discursivas, que confirmam as intenções iniciais do discurso de campanha, de posse e dos planejadores do Governo José Sarney, em destacar o setor de transporte como prioritário para o período de seu governo. Em clara concepção faseológica do desenvolvimento, primeiro ficou definida a infra-estrutura, combinada com incremento do setor secundário, e, somente em outra etapa, haveria incentivo à industrialização.

É importante salientar, no entanto, que, no início do governo José Sarney, a análise deve ser feita a partir dos destaques orçamentários, posto que a peça orçamentária de 1966 foi elaborada pelo governo anterior, considerando os fatores de disputa política no Estado. Assim, só é possível entender o I Programa, a partir de 1967/1968, em razão da receita disponibilizada pela Sudema,⁴⁵ ou seja, a partir de 1969, aferindo a relação orçamento do Estado e programa de governo.

São apresentadas, a seguir, tabelas do orçamento de 1969, na ordem de Cr\$ 223.217.225,00, e os destaques:

⁴⁵ Leia-se Superintendência de Desenvolvimento do Maranhão.

Transporte	Cr\$ 74.676.000,00
Educação	Cr\$ 24.573.807,00
Agropecuária	Cr\$ 11.211.880,00

Quadro 3 - Recursos orçamentários para áreas prioritárias do governo

Fonte: Mensagem do Governador à Assembléia Legislativa do Estado (MARANHÃO, 1969).

Percebe-se que transporte, educação e agropecuária receberam 33,4%, 11,0% e 5,0% do orçamento, respectivamente.

Já em 1970, o orçamento aprovado foi de Cr\$ 245.694.896,00, tendo os setores de transporte, educação e agropecuária as seguintes dotações:

Transporte	Cr\$ 78.905.000,00
Educação	Cr\$ 29.252.856,00
Agropecuária	Cr\$ 10.905.000,00

Quadro 4 - Recursos orçamentários

Fonte: Mensagem do Governador à Assembléia Legislativa do Estado (MARANHÃO, 1969).

Isto é, os programas de transporte, educação e agropecuária foram dotados, respectivamente, com 32,5%; 12,1%; e 4,1% dos recursos do orçamento do Estado.

Tomando por base o valor estipulado para transporte, no programa de governo 1966/1971, na ordem de Cr\$ 233.000.000,00, mesmo considerando apenas os recursos alocados nos orçamentos de 1969 e 1970, no total de Cr\$ 153.581.000,00, pode-se inferir que houve, por parte do governo do Estado, determinação de executar o citado Programa, garantindo a prioridade eleita em seu discurso. Observa-se que, do valor geral do Programa, nos dois anos enfocados, houve destinação de recursos correspondente a 65,9%.

O programa agropecuário manteve-se na prioridade três, sendo que, da dotação prevista no plano de governo no valor de Cr\$ 62.171.000,00, os orçamentos de 1969 e 1970 destinaram recursos de Cr\$ 22.116.880,00, ou seja, 35,5%. Comparando os recursos alocados nos

orçamentos analisados para os setores de transporte e agropecuária, na mesma linha de raciocínio, admite-se que o segundo setor talvez não tenha recebido a mesma preocupação do primeiro.

O resultado no setor transporte, cuja prioridade foi justificada no I Programa de Governo do Maranhão, quer dizer, “o Maranhão de 1965 era ainda um arquipélago em suas regiões econômicas descontínuas que condicionavam também a desintegração social da economia”. Essa determinação permitiu ao Estado considerável acréscimo no sistema rodoviário, não só com a iniciação das estradas pavimentadas, no Estado, mas também com a construção de estradas não pavimentadas.

Por outro lado, o setor agropecuário, não tendo merecido, no Plano de Governo, destaque especial, parece ter se limitado a certas medidas de técnicas, daí ter o governo, no término de seu mandato, assim se expressado:

A política de desenvolvimento agrário que o governo vem realizando pode ser sintetizada em quatro itens: 1) levantamento das riquezas naturais e estudo da melhor adequação de técnicas e culturas; 2) introdução ou expansão de culturas de melhor rentabilidade e aprimoramento genética dos rebanhos; 3) fornecimento de implementos e sementes a baixo preço aos produtores; e 4) facilitação do acesso à posse da terra e regularização do sistema de comercialização visando beneficiar o produto (mensagem do governador à Assembléia Legislativa, 1970).

De acordo com discursos do próprio governo, entende-se que as modificações evidenciadas nos quadros de produção do principal produto, arroz, não permitem concluir pela interferência da tecnologia, mas tão somente a exploração de maior ou menor área, como fator de produção.

Os dados dos anos 1966, 1967 e 1968 apresentaram aumentos de áreas cultivadas, culminando, em 1968, com 561.384 hectares e 760.175 toneladas de produção. Já em 1969, houve acentuada diminuição de área cultivada e produção, com valores inferiores a 1967. Em 1970, passa a existir um acréscimo em relação a 1969, todavia ainda permanece inferior a 1968.

Por sua vez, a relação unidade de área cultivada/produção se manteve durante o período sem alterações consideráveis. Assim, chegou-se aos seguintes resultados para cada hectare cultivado:

1966	1.141 kg/ha
1967	1.177 kg/ha
1968	1.372 kg/ha
1969	1.312 kg/ha
1970	1.218 kg/ha

Quadro 5 - Evolução da produção agrícola no Maranhão.
Fonte: Mensagem à Assembléia Legislativa (1970).

Analisa-se, pelos dados apontados, que 1968 representou, também, em termos de rentabilidade por unidade cultivada, o ano de maior expressão, sem, no entanto, ser mantida a mesma proporção, nos anos subseqüentes, 1969 e 1970, que apresentaram nova diminuição de produção por hectare. A produção média, no período 1966/1970, foi de 1.244 quilos por hectare.

Percebe-se que houve crescimento da produção, mas o rendimento ou se manteve constante ou foi decrescente, ano a ano, o que leva à admissão de que esse crescimento esteve na dependência direta da combinação dos fatores terra e mão-de-obra. De acordo com José Polary (1981), os fatores que influenciaram foram: primeiro, a incorporação contínua de novas áreas desmatadas e virgens para uma primeira produção agrícola; o segundo, o volume progressivo de trabalhadores chegados do Nordeste incorporados ao progresso, por meio de intensos fluxos migratórios.

Diante das características da expansão da fronteira agrícola estadual, a produção extrativista de babaçu aumentou, via expansão da área de coleta de babaçuais. Esses fatores ensejaram ao Maranhão tornar-se grande exportador de arroz para o Norte, Nordeste e Centro-Sul

(onde compete, favoravelmente, pelos consumidores de baixa renda) e de óleo e torta de babaçu. Portanto, o crescimento agrícola ocorreu, sempre, de forma mais intensa, enquanto esses dois fatores puderem ser conjugados, porque, na medida em que a pecuária (a princípio pequena e semi-intensiva) foi se expandindo, seguindo um processo iniciado, em fins da década de 1960, e fortalecido, mais rapidamente, a partir de 1970, terra e trabalho foram sendo agricolamente desempregados.

Ressalta-se, no entanto, que a estrutura de produção não mudou em relação aos governos anteriores. A tecnologia produtiva continuou a mesma: tradicional, de técnicas rudimentares, responsável pelo baixo ou negativo rendimento.

Para José Polary (1981, p. 23), é insofismável reconhecer que, para a manutenção desse *status*, alguns fatores, altamente restritos, sobressaíram com elevada predominância, entre eles:

[...] a concentração de propriedade se mostrou acentuada em relação a 1970, que, por sua vez, já apresentava índices maiores do que os de 1960. Em 1970, apenas 12% das unidades produtoras agrícolas do Maranhão eram de proprietários, enquanto os demais 88% (arrendatários, posseiros, ocupantes) não tinham titulação [...]

No entanto, esse quadro, a partir de 1969, vai se alterar, significativamente, com o advento do processo de grilagem em terras maranhenses, sobretudo na região de fronteira agrícola, adiante detalhada, pois assegurou que a condição de exportação de produtos agrícolas maranhenses só é possível por causa dos pequenos trabalhadores rurais.

Com efeito, há uma mudança na composição do Produto Interno Bruto do Maranhão. As modificações devem ser observadas, na seguinte estrutura: 1960 (agricultura: 50,02%; Indústria: 9,96%; e Serviços: 40,02%). Já em 1970, a composição foi: Agricultura: 38,30%; Indústria: 8,23%; e Serviços: 53,47%. Ou seja, nota-se, claramente, um incremento evolutivo das atividades terciárias, mormente da função governo. Ao intumescer o setor terciário, percebe-se clara determinação do governo no sentido de criar, no funcionalismo público, uma base fiel de

eleitores e/ou seguidores – clientelismo, experiência comum na vida política do Estado, antes e depois do governo José Sarney.

No período de 1966/1970, esse “crescimento” foi impulsionado por expressiva evolução de transferências da União, as quais foram de tal forma elevadas que, em 1970, chegaram a atingir 53,47% da receita total do Estado.

Setor	1960	1970
Agricultura	50,02%	38,30%
Indústria	9,96%	8,23%
Serviço	40,02%	53,47%
Total	100%	100%

Quadro 6 - Percentuais por setor produtivo.
Fonte: Fundação Getúlio Vargas.

Com uma produção industrial fragilizada, no período de governo de José Sarney, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE contabilizou, aproximadamente, quatro mil operários desempregados. Os pequenos trabalhadores do campo foram, forçadamente, comprimidos em novas áreas de fronteira agrícola, notadamente para além dos limítrofes entre Maranhão e Pará, além do inchaço do setor de serviços. Mesmo o Maranhão tendo crescido em sua renda *per capita* em 22,5%, entre 1960 e 1970, esta se mostra, cada vez mais, afastada da brasileira. Seus índices de participação caíram, seguidamente, de 32%, em 1960, para 24%, em 1970. Reflete-se, também, nas taxas de mortalidade geral e infantil. A primeira cresceu 9,7% por 1.000 habitantes, em 1970, e a segunda corresponde a 82,7 crianças por 1.000 menores de 1 ano, além da alta porcentagem de analfabetos, na força de trabalho, em 1970, na ordem de 67%, enquanto o Nordeste apresentava 54,8%.⁴⁶

⁴⁶ Todos os dados são do IBGE.

Impressionam as seguintes informações da Sudene – sem, referência, aqui, ao período exclusivo do governo José Sarney, mas ao período que compreende a 1959 e 1977 – em que o total de investimento com recursos dessa Instituição, no Estado, representa apenas 2,6% do total aplicado, em toda a região, enquanto a Bahia (48,5%), Pernambuco (17,8%) e o Ceará (11,7%), juntos, foram beneficiados com 78,00% dos recursos. Se forem desagregadas, ainda, essas mesmas informações no nível de setor, será observado que, enquanto o Maranhão aplicava na agropecuária o maior porcentual de recursos (17,4% em todo o período 1959/1977), Bahia, Pernambuco e Ceará se beneficiavam com recursos entre 14% e 16,9%, menores, portanto, que o Maranhão. Mas quanto ao setor industrial, que tem efeitos multiplicadores mais dinâmicos, o Maranhão foi beneficiado simplesmente com 0,3% dos recursos, enquanto a Bahia foi com 54,4%; o Estado de Pernambuco, com 17,8%; e o Ceará, com 11%.

Estados	Todos os setores	Agropecuária	Indústria	Serviços
Maranhão	2,6%	17,4%	0,3%	-
Bahia	48,5%	16,9%	54,4%	6,4%
Pernambuco	17,8%	14,1%	17,8%	50,9%
Ceará	11,7%	16,6%	11,9%	6,4%
Outros	19,4%	35%	16,5%	36,3%
Nordeste	100%	100%	100%	100%

Quadro 7 - Investimento da SUDENE por estado
 Fonte: Sudene *apud* José Polary (1981).

Sucessivos governos maranhenses reclamavam do desequilíbrio intra-regional, o que inevitavelmente levaria o Estado à condição de mais pobre do Nordeste. No entanto, sabe-se que a alocação de recursos é obra de engenharia política, obviamente articulada com o poder de barganha de cada governador. Observa-se que, mesmo após a posse de José Sarney e a campanha de louvação à Sudene no Estado, o Maranhão não saiu da condição econômica e de qualidade de

vida da pior na região. Depreende-se que tal resultado é também decorrente da condição aceita pelos governos, inclusive de José Sarney de que ao Maranhão cabia o papel de produtor agropecuário na região.

Essa condição foi motivo de disputa no campo de saber e poder no governo Sarney. Saiu perdendo a posição industrialista de Bandeira Tribuzi – coordenador da Sudema – e venceu a posição política apoiada pelo governador, que, como já salientado, optou por montar uma infraestrutura para o Estado – analisá-se que antes de um processo de industrialização é necessário a infraestrutura para a empreitada capitalista, destarte a grilagem e venda das terras públicas e agricultáveis do Maranhão.

Com efeito, tais ações corroboraram, sobremaneira, com as profundas transformações na economia e na sociedade maranhense. O discurso era de ocupação racional das terras improdutivas do Estado. Foram esquecidos, no entanto, os planejadores, e o fato de o desenvolvimento ser viável apenas, economicamente, trazendo, assim, em seu bojo, enorme concentração de terras. Essa conseqüente constituição de grandes latifúndios, estes impulsionados pelas políticas do governo central, com o discurso da integração nacional, inaugurou uma nova fase do capitalismo, no Estado. A generosidade da política estadual distribuiu ou vendeu muito barato grandes extensões de terras a super-empresas urbano/rurais, além de subvencionar a instalação das empresas voltadas para a produção pecuária e/ou especulação fundiária.



Carta cartográfica do estado do Maranhão, destacando as BRs criadas durante o governo de José Sarney, buscando priorizar a leitura de articulação da BR 135 \square São Luís/Teresina, com a BR 222 São Luís/Açailândia, conectada a BR 010 \square Belém/Brasília. Ou seja, o Maranhão \square conectado com o eixo Norte/Centro Oeste/Sudeste exatamente pela BR 010.

Mostrase, também, a localização da Fazenda Maguary, no Município de Santa Luzia.

Fonte: CARVALHO, Marcus. Publicitário. São Luís, 2008.

4 CAPÍTULO TERCEIRO

Aqui, busca-se identificar as alianças estabelecidas dentro do governo denominado “Maranhão Novo”, as relações entre público e privado, os sujeitos políticos, econômicos e sociais envolvidos, consubstanciados, na prática de grilagens, cuja rede interdependente de relações ocorre, em certo momento sócio-histórico.

4.1 Carcará pega, mata e come:⁴⁷ rede de relações e estratégias de grilagem em terras devolutas como ação de políticas públicas do "Maranhão Novo"

Como mediador do diálogo aqui proposto, estará o clérigo, no caso o padre Victor Asselin, vinculado à Comissão Pastoral da Terra, no final dos anos 1970, que fez uma pesquisa importantíssima sobre a grilagem, em terras maranhenses, em que indica a incorporação das terras livres do Maranhão ao modelo de propriedade do capitalismo nacional e transnacional, como uma tarefa urgente e prioritária a ser executada pelo Governo – nas esferas municipal, estadual e federal –, a partir da década de 1960, justamente quando José Sarney se tornou governador do Maranhão e ocorreu o Golpe, a partir do qual os militares tomaram o poder.

Baseando-se na publicação, pela Editora Vozes, de um relatório minucioso encerrado em forma do livro: "Grilagem: corrupção e violência em terras do Carajás", resenha-se o período do governo José Sarney, apresentado no livro referido, pretende-se, com a devida permissão,

⁴⁷ Para João do Vale, autor da música “Carcará” (1964), e a ave representa o pássaro malvado que vive muito bem no Nordeste brasileiro e metaforiza o poder dos velhos potentados.

analisar, sociologicamente, a categoria “grilagem”⁴⁸ por dentro de um governo que se auto-define como “Maranhão Novo”.

A renda *per capita* em último lugar da escala nacional: cerca de 1/3 da renda *per capita* média do Brasil.

E, sobretudo, fruto e raiz de tudo isso, o subdesenvolvimento político: a imagem dos calamitosos dias da grilagem oficialmente patrocinada, dos enriquecimentos vertiginosos à sombra do poder, das negociatas oficializadas, das violências policiais, da corrupção e das coações, dos vilipêndios que fizeram o Governo alguma coisa de sombrio. (José Sarney).⁴⁹

Já no final dos anos 1950, o Maranhão começara a sentir os primeiros passos do seu futuro. Aparecia, de maneira notória, seu mais novo protagonista: José Sarney. Mostrava-se jovem, de discurso idealista para os padrões da época, ingressando na política do Estado. A região, hoje conhecida como Corredor Carajás, já era *a pupila dos seus olhos*.

Como assinalado, assumiu a direção do destino do Estado, em janeiro de 1966. Era o *Maranhão Novo*, o *Maranhão Carajás*, no dizer do Padre Vitor Asselin, da Comissão Pastoral da Terra, que já se esboçava. Foi o tempo da criação da infra-estrutura que permitiu a atração dos capitais sulistas e estrangeiros para o Estado. Foi o tempo da construção das estradas que cortaram Maranhão, ligando, em primeiro lugar, a capital, São Luís, com as capitais vizinhas e depois penetrando, nas regiões do Pindaré e de Tocantins.

Ao que se observa, na narrativa de Asselin, seu plano de governo não nasceu das necessidades do Estado e, menos ainda, expressou os anseios do povo trabalhador. Refletiu, apenas, um modo de pensar mais amplo e predeterminado. Já, em 27 de outubro de 1966, entrou em vigor a lei federal de incorporação de 100 quilômetros de cada lado das rodovias federais

⁴⁸ O mito de origem dos substantivos “grilagem” e “grileiro” surgiu a partir de uma prática muito antiga de colocar um papel (contendo um tipo de “comprovação” de propriedade) em uma gaveta com grilos. O papel, após algumas semanas, passava a ter aparência envelhecida, em decorrência dos dejetos dos insetos. Com esse papel envelhecido pela ação dos grilos, o indivíduo visava comprovar a antigüidade de sua ocupação. Nesta pesquisa, mito, em termos gerais, refere-se a uma “narrativa das origens”, auto-explicativa e auto-referenciada.

⁴⁹ Discurso de posse de José Sarney no Governo do Estado do Maranhão, em 31 de janeiro de 1966, nas dependências da Assembléia Legislativa do Maranhão.

construídas, em construção ou planejadas, ao patrimônio da União, como áreas prioritárias para colonização pelo Incra/Sudene. Criou-se, então, em âmbito nacional, a faixa prioritária do desenvolvimento, cortada pelas estradas, vias de penetração dos novos interesses econômicos.

No discurso comemorativo do político José Sarney, essa política nacional encontrou realização, no Maranhão, encaixando medidas estaduais, no propósito federal. Assim, o governador Sarney criou a Reserva Estadual de Terras, pelo Decreto 3.831, de 6 de dezembro de 1968, e seus órgãos, as Delegacias de Terras, no interior do Estado, ligadas à Secretária da Agricultura, dirigida pelo engenheiro agrônomo Lourenço Tavares Vieira da Silva.

As delegacias não tiveram outro objetivo a não ser disciplinar a ocupação e titular as áreas. Pedro Nunes de Oliveira foi nomeado titular da Delegacia de Terras, em Imperatriz, enquanto o advogado Agostinho Noletto Soares se tornava procurador.

Em seguida, o governador Sarney sancionou a lei 2.979 – Lei de Terras do Maranhão – regulamentada pelo Decreto 4.028, de 28 de novembro de 1969. Com a nova lei, facultava-se a venda das terras devolutas, sem licitação, a grupos organizados em sociedade anônima, sem número limitado de sócios, podendo requerer, cada um, até três mil hectares.

Ademais, concomitante à publicação do decreto regulamentando a Lei de Terras, nasceu, também, a Procuradoria Geral do Estado, cogitada para ser o órgão de maior autoridade do Estado sobre matéria fundiária. Seu primeiro titular foi nomeado na ocasião em que o vice-governador Antônio Dino assumiu o governo, no primeiro semestre de 1970.

Para Asselin (1982), com o advento da lei e das Delegacias de Terras, eclodiu, de verdade, a mais crítica problemática fundiária da história do Estado do Maranhão. Diz ele que a instauração das novas medidas foi contemporânea à fraude do inventário de Jacinto da Silva Aguiar, que deu origem à grilagem organizada, no Oeste do Estado. Sabe-se que a Delegacia de Terras, em Imperatriz, por ser órgão competente no que se refere a assuntos fundiários, foi

aliciada pelos *interesses* e sabe-se, também, que seus funcionários Pedro Nunes de Oliveira e Agostinho Noleto Soares, respectivamente, titular e procurador, receberam propinas para não intervir no registro da certidão emanada do inventário fraudado. A mesma coisa aconteceu com José de Ribamar Fiquene, então juiz de Direito de Imperatriz.

A Delegacia de Terras, em 16 de outubro de 1969, avisou aos cartórios de Amarante, Grajaú, Santa Luzia, Santa Inês, Porto Franco, Barra do Corda, Carolina, Balsas e Imperatriz que tomassem os cuidados necessários nos registros imobiliários. Conforme Asselin (1982, p. 130):

Cumprindo ordem superior, pedimos observar máximo cuidado registro imobiliário de terras neste município, especialmente terras marginadas pela rodovia Santa Luzia-Açailândia, objeto reserva do Estado pela Lei 2.979 de julho de 1969. Sabemos que se dirigiu esta cidade Sr. Manuel Abreu grilando terras de Rio Pindaré dentro da reserva estadual, via falsificação documental. Lembramos responsabilidade serventuária conforme Lei Estadual 2.979.

Parecia necessário preservar os interesses do projeto. Já o governador Sarney deixou o Governo do Estado para poder cumprir o tempo necessário de desincompatibilização, pois era candidato a senador. Assumiu, então, o Governo do Estado o vice-governador Antônio Dino.

A Procuradoria Geral foi se organizando e tentou, na administração de Antônio Dino, conter o avanço dos grileiros. No entanto, enquanto não se concretizava essa organização, funcionários continuavam sua cumplicidade com o projeto anterior. Consultado sobre os documentos do fictício Faustino Pereira de Carvalho, o mesmo delegado de terras, em Imperatriz, respondeu, no dia 3 de julho de 1970: "Não temos elementos para refutar a legalidade dos documentos apresentados, uma vez que, de fato, existe o inventário de Maria Alves Lima no Cartório do 2º Ofício desta Comarca".

Ainda segundo Asselin (1982, p. 130), Agostinho Noleto continuou suas transações. Em carta endereçada ao Sindicato Rural de Marília-SP, em 9 de junho de 1970, Noleto ofereceu a venda de 500 mil hectares a grupos que quisessem formar sociedades anônimas, nas seguintes condições:

- a) Preço: Cr\$ 7,70 por hectare.
- b) Modalidade de pagamento: quatro anos de prazo, sendo a primeira prestação após um ano, prazo dado para aprovação dos projetos pela Sudam e Sudene.
- c) Requisito por pessoas: 3 mil hectares, no máximo.
- d) Se, após decorrido um ano, o projeto não tiver sido aprovado pela Sudam, o Estado do Maranhão considerará cancelados os títulos de terras, pois a área é exclusiva para planos dessa natureza.

O Governo Federal, por sua vez, buscando seguir o projeto, de forma mais segura, resolveu, em 9 de julho de 1970, pela lei 1.110, criar o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, que passou a ser a autoridade máxima em matéria fundiária em todas as faixas de terra, ao longo das rodovias federais. De acordo com o relatório do Padre Vitor Asselim (1982), a coisa piorou. Não houve mais reconhecimento de nenhuma posse. Os títulos emitidos, anteriormente, de pequenas propriedades, concedidos pelo governo anterior, foram cancelados. Começou-se a proteger os requerimentos das grandes propriedades e, como prêmio de consolação, deu-se licença de ocupação aos outros. Mas, à medida que se instalava a grande empresa, a licença de ocupação perdia a sua validade.

O Dr. Arthur Bezerra⁵⁰ foi o primeiro executor do Incra, em Imperatriz. Saiu de Fortaleza, sendo seu pai, Airton Bezerra, coordenador do órgão, no Meio Norte. Foi uma atuação mais policial que administrativa. Por suas ligações com o delegado de polícia, mandava prender os posseiros e os atendia, na Delegacia. Quem dava ordens, no Incra, eram Olynto Garcia de Oliveira, Adão Ribeiro e Pedro Ladeira.

Enquanto se esperava a instalação do Incra, em Imperatriz, continuava a Delegacia de terras. Depois, com sua extinção, seus funcionários passaram para o novo órgão.

O procurador geral do Estado, José Ribamar de Araújo, procurou dar um rumo novo à política fundiária. Para esse fim, em 22 de setembro de 1970, instruiu, por meio de ofício, os promotores das comarcas do interior sobre suas responsabilidades e, em um ofício do mesmo dia,

⁵⁰ Vinculado à oligarquia Bezerra, no Estado do Ceará.

solicitou à Secretaria da Agricultura "as providências cabíveis junto aos representantes do Ministério Público [...] no sentido de que, nas ações possessórias, se façam valer do instrumental da lei [...] evitando a grilagem ou a formação de latifúndios".

Uma semana depois – em 29 de setembro de 1970 –, recomendou aos promotores atenção para a questão de apropriação das terras do Estado. Em 30 de outubro, o promotor José Maria Rodrigues, de Imperatriz, fez requerimento, por ofício, à Delegacia de Terras, em resposta às instruções do procurador geral do Estado, do relato de todos os processos referentes às terras, no município. Asselin (1982, p. 131) insurgiu-se contra o pedido:

Tal solicitação se nos apresenta como flagrante interferência e usurpação das funções desta Procuradoria, visto que outra não é nossa função senão a de fiscalizar e fazer cumprir as determinações da Lei de Terras do Estado, a qual reflete a política fundiária do Governo.

Diante de tal reação, o promotor comunicou os feitos ao procurador geral e alertou, seriamente, sobre o que vinha ocorrendo. Segundo Asselin (1982, p. 131):

Os delegados que por ali têm exercido a chefia daquela repartição não procuraram encaminhar convenientemente os trabalhos que lhes são confiados, o que vem contribuindo a que se gerem alguns desentendimentos entre ‘verdadeiros’ e ‘supostos’ requerentes das terras do Estado, onde, por vezes, e com forte influência, surgem algumas pessoas tidas como ‘grileiros’ a incentivar ‘invasões’ de terras legalmente requeridas e com o processamento e andamento retardados, sabendo-se que, frente a tais procedimentos no encaminhamento dos processos de alguns requerentes de terras do Estado, estão surgindo algumas áreas de atrito entre as partes referidas (verdadeiras e supostas), em consequência do que acreditamos que, num futuro não muito distante, desde que não se modifique a atual linha de conduta da Chefia daquela repartição, haveremos de chegar a presenciar consequências lamentáveis.

O assunto foi discutido no âmbito das autoridades estaduais e procuraram-se diretrizes para a política fundiária. Após o encontro entre os titulares interessados, o procurador geral formalizou as conclusões, por escrito, e as encaminhou ao secretário de Agricultura, em 25 de fevereiro de 1971, como afirma Asselin (1982, p. 132):

- a) todos os pedidos de cessão de terras acima de 300 hectares serão remetidos mensalmente à Procuradoria do Estado;
- b) os pedidos de cessão de 50 a 100 hectares serão atendidos imediatamente, desde que individualizados e justificada a necessidade de tal cessão para lavoura;
- c) trancamento de todos os pedidos de cessão de terras que tramitem do DDA – Departamento de Desenvolvimento Agrário/Secretaria da Agricultura – até que o

Estado trace as normas sobre o problema agrário, em vista do resguardo do seu patrimônio.

No dia seguinte, porém, o professor Juvenal Barros Neto, diretor do Departamento de Desenvolvimento Agrário (DDA), oficiou ao tabelião do Cartório do 1º Ofício de Imperatriz, acerca da gleba em nome da "Citronorte", nos seguintes termos – aliás, bastante ambíguos, como destaca Asselin (1982, p. 132):

As terras em apreço, a despeito da presente declaração de consentimento, estão sujeitas a estudos de legalidade por parte do Departamento, ressalvando, como de fato ressalvava, os direitos do Estado do Maranhão sobre o domínio de todas as terras das chamadas fazendas campo Alegre e Frades, das quais se destaca a gleba acima referida, conferindo, no entanto, e desde já, à suplicante, o direito à preferência pela legalização das terras, de acordo com a legislação estadual, cujo processo de aquisição deverá ser de pronto iniciado.

Com esse acontecimento, eclodiu de fato a grilagem de forma mais aguda. Sua atuação aconteceu, posteriormente, pela Lei das Terras do Estado do Maranhão, que manifestava, obviamente, seu propósito de entregar as terras ocupadas pelos nativos maranhenses às empresas, aos fazendeiros de outros Estados e aos estrangeiros, mediante criação de sociedades anônimas.

No entanto, de acordo com Sarney (1966):

De fato, nesta hora de festa e de alegria para o povo maranhense, estamos sepultando um passado embrutecido pela ausência, pelas carências de toda a ordem. Um passado que as instituições foram empobrecidas e deformadas, quando não corrompidas ou viciadas. Um passado que nos encheu de vergonha, de pobreza e de mistificação; um passado que por tudo isso deve ser sepultado para sempre.

Como foi assinalado anteriormente, em astuta atitude política, em 1970, José Sarney renunciou a seu mandato de governador, a fim de cumprir o prazo necessário para candidatar-se ao Senado. Nessa mesma época, efetivou-se também a transferência das terras da região para o domínio federal. Surgiu o Incra, que ali substituiu a Delegacia de Terras, criada fazia tão pouco tempo. Porém, como propaganda eleitoral, poucos dias antes da renúncia do governador José Sarney, sua esposa – Marly Sarney – esteve em Imperatriz para distribuir 600 títulos a pequenos posseiros. Posteriormente, o Incra não os reconheceu, por ser a titulação provisória.

Destaca-se, no entanto, que, no fim de 1969, abriu-se a primeira picada de Acailândia a Santa Luzia, que conferiu o primeiro traçado da estrada, hoje, BR-222.⁵¹ Há, entre os informantes do padre Vitor Asselin, um que diz ter ouvido, naquela época, o então governador José Sarney, mostrando o mapa da região, dizer: “Quero uma estrada, custe o que custar, a Acailândia-Santa Luzia”.

4.2 Grileiro é um bicho que voa como avião.

Com acuidade, o missionário argumenta que a grilagem já existia, no Maranhão. Mesmo, no município de Santa Luzia, o prefeito da época, Clotildes Santos, já estava na função da grilagem, desde quando assumira. Por isso, percebendo a impopularidade do prefeito, por sua condição de grileiro e por ser muito autoritário, como prefeito, o atento governador Sarney encontrou um ex-comerciante e amigo de Lago da Pedra (região central do Maranhão) e apresenta-o como candidato a prefeito. Tratava-se do cearense Carlos, que denunciava, nos comícios, as feras devoradoras das terras e prometia ajuda aos posseiros para delas se livrarem. Quando foi eleito, tornou-se um dos piores, pois começou a grilar logo que assumiu a Prefeitura e não parou, até meados dos anos 1980.

A rede, portanto, aumentará, com mais um chefe do executivo local no “negócio”. Por conseguinte, abriram-se as portas das áreas devolutas, no Maranhão, com práticas de grilo, onde se destacam, também, Wady Sauaia, Arnaldo Braide, Antonio Moura, Antonio Vicente, Antonio Basílio, Assis Pinto, rico usineiro de Santa Inês, além de Deusdeth Rodrigues de Andrade, vereador e comerciante em Santa Luzia, e Olímpio Costa Silva, cabo eleitoral de José Sarney. A organização da grilagem era constituída por homens de dentro da política e da

⁵¹ De acordo com o *Jornal Nacional* – Rede Globo, em 7 de novembro de 2007 –, ainda há pouco, com base em pesquisa nacional sobre as condições das estradas brasileiras, a BR-222 é considerada a pior estrada do Brasil.

economia, isto é, do agricultor mais rico ao governador. Para tanto, aglutinava até adversários da política local, ou seja, o objetivo maior era concentrar a terra em mãos de poucos “confiáveis”, na perspectiva de especulação financeira.

De acordo com sua pesquisa, o autor sugere que os anos 1960 foram encerrados com uma elite local envolvida, totalmente, na grilagem, com uma aliança cada vez mais forte e mais ampla com os poderes constituídos, no Maranhão e no Brasil.

O casamento foi tão harmonioso que, no início dos anos 1970, o então senador José Sarney apresentou a candidatura de José Leite à Prefeitura de Santa Luzia. Esse senhor saíra de Pernambuco e servia como uma espécie de segurança do senador. O indivíduo era irmão de Expedito Leite, que fora gerente da fazenda Maguary, de José Sarney, e grileiro, também, em outros povoados de Santa Luzia. José Leite recebeu os negócios do grilo Maguary das mãos de José Ribeiro Salomão e passou a representar o senador, nesse negócio. Em 1974, em um acidente aéreo, morreu o prefeito José Leite, e José Sarney passou a administrar a fazenda em nome próprio.

Um Relatório do Apoio Jurídico Popular e Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional - Ajup/Fase, publicado em 1986, sob o título “Discriminatória de terras”, revela a engenharia jurídica pela qual foi constituído o grilo Maguary:

José Ribeiro Salomão consegue aforamento (licença de utilização) de uma área de 300 hectares de propriedade da Prefeitura de Santa Luzia. Manda fazer uma medição, e a área cresce para 5 mil hectares. Depois disto, através de escritura pública de promessa de compra e venda promete vender esta terra (já ‘inchada’) para José Ferreira Leite. Pouco depois, José Ferreira desiste de comprar a área e a promessa é anulada. Por esta mágica, a terra volta para José Ribeiro. Só que não é mais um aforamento de 300 hectares, é sim uma propriedade de 5 mil hectares. Esta história é verdadeira, os nomes são verdadeiros, a fazenda se chama Maguary, é situada no município de Santa Luzia no Maranhão, e em seguida foi comprada pelo senador José Sarney (AJUP/FASE, 1986, p. 7).

De acordo com documento do Centro de Pesquisa e Documentação Histórica Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getulio Vargas⁵², Sarney foi convocado pela Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), 1978, que investigava o sistema fundiário. Sarney depôs na CPI, defendendo-se das acusações de Nunes Freire, então governador do Maranhão, que denunciara a situação irregular das terras da fazenda Maguary, pertencente ao senador, e, segundo o *Jornal do Brasil*, exibiu documentos demonstrando não possuir título algum de propriedade de terra, no Maranhão, a não ser a propriedade da família, herdada do sogro, cuja documentação, também, apresentou. Entretanto, segundo dados do recadastramento geral do Incra de 1978, citados por Alfredo Wagner B. de Almeida, a fazenda Maguary, em Santa Luzia, apareceria registrada em nome de José Sarney, com área de 4.253 hectares.

O que levaria um político da estatura de José Sarney a envolver-se em tal questão? Porque na concepção do chefe local é precisa ter influência política, mas também econômica. Esse poder não é construído só pela área do comércio ou da agricultura, já que a indústria inexistente na região, mas precisa da terra, é essencial. Aí, a questão econômica é importante para manter essa influência política local.

Mesmo tendo como eixo principal de sua pesquisa o Grilo Pindaré (região margeada pelo rio Pindaré), atravessada pela ferrovia da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), desde os anos de 1980, ao longo da investigação, Asselin percebeu que havia um deslocamento do foco da grilagem, alargando-se por toda a região da pré-Amazônia maranhense. Não havia dúvidas de que o objetivo dos grileiros era a apropriação de todas as terras ainda não incorporadas ao sistema capitalista de propriedade privada e que, até aquele momento, eram terras da União, usadas por posseiros. Com efeito, o grilo teve um ponto de partida e procuraria se estender, geopoliticamente.

⁵² Ver – DIAS, Sonia e LEMOS, Renato. Dicionário Político do Brasil – José Sarney – CPDOC/FGV.

Com as bênçãos oficiais, por meio de decreto federal, passaram à jurisdição do Inca todas as terras na faixa de 100 km ao longo das rodovias federais, de ambos os lados, e, em nível estadual, com a criação da Companhia Maranhense de Colonização (COMARCO), as terras atingiram, especialmente, Santa Luzia. Dessa forma, toda a área cobiçada passou a ter cobertura oficial para a grilagem. Além da expansão territorial para tal prática, outros atores do Centro e Sul do país entrariam na rede.

Ao decifrar o enigma do Pindaré e sua relação com outros grilos, fundamentando a análise em documentos e depoimentos e confrontando-os, Asselin desvela como era arquitetada a grilagem, na pré-Amazônia maranhense, que acontecia em três etapas.

Em um primeiro momento, iniciou-se, antes dos anos 1960, com a colaboração de Abílio Monteiro da Rocha e do Cartório de Corumbaíba, em Goiás. Nele se manifestaram os interesses paulistas, encabeçados por Orlando Zancaner, ex-deputado, ex-senador e, no final dos anos 1970, ministro do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. O segundo momento se viabilizou, em 1968, pela fraude de um inventário no Cartório do 2º. Ofício de Imperatriz-MA, em torno do fantasma Faustino Pereira de Carvalho. O terceiro momento, por fim, em 1972, realizou-se por intermédio de Almir Alexandrino de Abreu, amigo do então governador Pedro Neiva de Santana, ex-secretário da Fazenda, no governo José Sarney.

De acordo com o autor, os interesses envolvidos em cada uma dessas três etapas não diferiam muito. Tratava-se da busca de meios para a formulação jurídico-legal da grilagem. Assim, explicam-se as múltiplas emissões de escrituras particulares e públicas e seus respectivos registros, visando a levar a crer que a terra não era devoluta, mas de domínio particular, havia mais de 100 anos.

Um ex-funcionário da Secretaria de Agricultura do Maranhão explica ao autor o mecanismo da grilagem que foi usado, no Estado:

Através de documentação forjada [...] segue um sistema chamado na roda de grileiros como triangulação. O crime é feito da seguinte forma: 1. Falsifica-se o documento (em Anápolis-GO ou São José do Rio Preto-SP). Os métodos usados na falsificação são os seguintes: a) procuram nos cartórios antigas folhas de escrituras em branco, sobras de autos inventários, papel almaço não utilizado, etc. De posse do material, enviam estas folhas para os calígrafos previamente contratados. Ex: Jose Ribeiro Quinta, residente em Goiás, pai do ex-presidente do Tribunal de Contas do Estado de Goiás, que foi o autor da maioria das fraudes; b) se o interessado quiser fazer surgir um inventário, retira do Arquivo Morto um ou dois inventários legais e entrega para os calígrafos, que, por sua vez, retiram as folhas de descrição dos bens, folha da partilha, folha de pagamento, etc. e encaixam as fraudulentas, surgindo daí uma cadeia sucessória; c) se o interessado quiser uma escritura particular, entrega aos calígrafos as folhas e daí segue uma seqüência de compra e venda trintenária. De posse dos documentos, o interessado vai a um cartório e pede uma pública forma do documento apresentado. A pública forma não é um documento registrado em cartório. Tira-se então uma certidão *verbo ad verbum* do documento apresentado, vai-se a outro cartório e registra-se no livro de registro de notas; em seguida, tira-se certidão '*verbo ad verbum*' do registro. 2. De posse da documentação, vai-se ao município onde existe a terra a ser grilada e registra-a no cartório de imóveis. Nasce assim mais um grilo.

Na outra ponta da varanda da rede, entrava o Poder Executivo, ou seja, consumada a falsificação, bem como efetivados os registros, passava-se ao cadastramento do Incra, o que era realizado, sem dificuldade.

Naquele período, em Imperatriz, como já dito, já existia a Delegacia de Terras, criada pelo então governador do Estado, José Sarney, com a finalidade de disciplinar a ocupação das terras devolutas. Epaminondas Gonçalves Lima, então tabelião do cartório de Tocantinópolis-GO, revelou que foram dados Cr\$ 10 mil a Pedro Nunes de Oliveira, diretor da Delegacia de Terras, e a Agostinho Noletto, procurador da mesma entidade, para que não impedissem o registro lavrado da falsificação do inventário. O ex-prefeito de Imperatriz, João Meneses, proclamava que tudo isso se realizava com a cobertura do então senador Henrique de La Roque e do governador José Sarney, além do tabelião-substituto João Bandeira Bastos, que confirmou ter colaborado sob promessa de ter cobertura do senador Alexandre Costa e do governador Sarney.

Esses funcionários públicos também tinham apoio dos servidores da Secretaria de Agricultura do Maranhão (SAGRIMA), em Imperatriz e São Luís, que facilitavam a grilagem. Era conhecida a ação de Pedro Nunes de Oliveira, Agostinho Noletto, Alcemir Franco de Sousa e

Raimundo Albuquerque. Eles promoviam derrubadas, abriam posses e especulavam sobre elas, para depois vendê-las aos grileiros interessados. Já existia acordo com a Polícia Militar de Imperatriz, o que a levava a fazer o mesmo.

No governo de Pedro Neiva de Santana, o principal articulador era Almir Alexandrino de Abreu, amigo do governador. Logo no início de 1971, um grupo de grileiros viajou para São Luís para encontrar-se com o governador. Almir acertou a audiência por telefone.

Na conversa com o grupo, Pedro Neiva falou de sua satisfação e interesse em receber empresários de fora e pediu que recomendassem o Maranhão a outros de São Paulo. Lauro Camargo observou, a certa altura, que Almir era íntimo do governador e este, mesmo assim, não acreditava na documentação. Pedro Neiva chegou a dizer: ‘como você arranhou esse grilo Almir?’. Apesar disso, fez um bilhete e encaminhou-os para o secretário da Agricultura Lourenço Vieira da Silva (ASSELIN, 1982, p. 57).

Alguns dias depois, Lourenço Vieira da Silva encaminhou o grupo ao diretor do Departamento de Desenvolvimento Agrário (DDA). Como procurador de Almir, foi designado o senhor José Luis de Oliveira. Na semana seguinte, o advogado chefe do Departamento Jurídico do DDA, Edine Couto Barcelar, deu parecer positivo sobre a validade da documentação, o qual foi referendado pelo então procurador-geral do Estado, José Ribamar Araújo. Onze dias depois da audiência com o governador, José Luis de Oliveira viajava para Imperatriz, comunicando a Almir que toda a documentação estava pronta e que tinha até uma carta do diretor do DDA autorizando Agostinho Noleto, advogado da Delegacia de Terras em Imperatriz, a proceder ao registro e iniciar a mediação. O registro foi feito em Santa Inês.

Participaram, então, o governador Pedro Neiva de Santana, por sua amizade com Almir, e o secretário da agricultura, Lourenço Vieira da Silva.⁵³ É importante lembrar que Lourenço Vieira ocupou o mesmo cargo, no final do governo José Sarney, com indicação de seu irmão — Alberto Tavares, também nomeado juiz federal pelo governador Sarney —, e, dali,

⁵³ Lourenço Vieira da Silva foi secretário de educação do ex-governador José Reinaldo Tavares e atual secretário de educação do atual governador Jackson Lago.

(Lourenço) foi promovido à Superintendência do Incra, enquanto seu chefe de gabinete da Secretaria, Afonso Augusto de Moraes, foi para o gabinete da Presidência do Incra, em Brasília, e, depois, foi nomeado procurador-geral daquela instituição.

4.3 A grilagem é um pássaro malvado, tem o bico volteado como o do gavião.

Em seu discurso de posse, José Sarney (1966, p. 2), assinalou, ainda:

O Governo que ora se institui será solidário com o Poder Legislativo e com o Poder Judiciário, na pesada tarefa de reconstruir os padrões de moralidade e de eficiência da vida pública do Estado do Maranhão. Não será o Executivo, podeis estar certos, o grande criminoso, o grande corrupto na relação entre os Três Poderes. E isso está implícito no juramento que acabo de fazer: o Executivo será o grande solidário, o grande empenhado na harmonia e na pureza dessas relações com o Poder Judiciário e o Poder Legislativo.

A consequência de todo esse quadro real e não performático foi a total ausência de uma burocracia racional dos órgãos que deveriam estar a serviço dos trabalhadores rurais maranhenses e que foram, tantas vezes, apontados como os responsáveis pela situação ruim – tal como os empresários rurais e políticos, do século XIX, classificavam escravos, libertos, índios e camponeses livres como os culpados pela decadência de um fantasioso apogeu econômico. Tais agentes públicos agiram sob o signo de poder do Executivo estadual, constituindo-se um “sistema ou organização ou procedimentos dos grileiros”. Estes últimos são “indivíduos que procuram apossar-se de terras alheias, mediante falsas escrituras de propriedades”.

A partir da definição de Ferreira (2004) e, sobretudo, da descrição de funcionário do próprio Estado, entende-se, de imediato, a ilegalidade, ou melhor, a ação nada democrática ou republicana conhecida como grilagem. No caso de grilos, em áreas devolutas, isso se configura como delito contra a Nação.

A análise ancora-se na narrativa de Asselin (1982, p. 146), quando descreve:

De fato, foi sobejamente demonstrado que eles não passam de instrumento a serviço do poder estabelecido, que contribuem, sem medir esforços, para manter a espoliação. Seus quadros são preenchidos por fiéis executores, que formam os ‘destaques da sociedade’. O judiciário foi castrado, a Polícia corrompida, os cartórios aliciados e assim por diante.

O juiz José de Ribamar Fiquene, de Imperatriz, recebeu, na época, Cr\$ 160 mil para esquecer a questão do Pindaré. Quem pediu o registro em favor de Antonio de Pádua Freitas, o grileiro mais protegido do Pindaré, foi um agente da Polícia Federal. A amizade estreita entre Pedro Ladeira e os funcionários da Delegacia de Terras e do Incra; a amizade dos Bonfim com José Sarney; a amizade do governador João Castelo com Davi Alves Silva, testa-de-ferro do grilo de São João do Caru; a atuação dos delegados PM Luís Moura, Daniel, Severo, Furrupa, e tantos outros, são fatos hoje amplamente conhecidos, que comprovam o que afirmamos.

Impressiona a densidade e a riqueza de detalhes da pesquisa de Asselin. Sob sua posse, um bilhete esclarecedor especificava quantias distribuídas a policiais. No inquérito da Polícia Federal, em 1972, o grileiro José Luís de Oliveira reconheceu que era costume dos fazendeiros financiar a Polícia e confirmou a autenticidade do bilhete.

DINHEIRO	
Capitão	Cr\$ 3.000,00
Sargento Amujacy	Cr\$ 3.000,00
Cabo	CR\$ 200,00
José Bonfim	Cr\$ 400,00
Gasolina	Cr\$ 300,00
13 soldados	Cr\$ 260,00
Sargento Plácido	Cr\$ 100,00
Balas	Cr\$ 474,00
Refeições, cigarros e bebidas	Cr\$ 215,00
TOTAL	Cr\$ 7.949,00

Quadro 8 - Demonstrativo de quantias objeto de financiamento da Polícia Estadual por parte de fazendeiros

Fonte: ASSELIN (1982, p. 147).

O governador José Sarney tem razão. Há, de fato, uma harmonia entre os poderes constituídos e o Estado, mas, analisá-se, também como se faz política, falando política. Ou seja, as relações interpessoais são estruturadas de maneira exitosas. Indivíduos – vistos como empreendedores econômicos e políticos – na organização e no dinamismo das coalizões

elaboradas, aqui, são atingidos seus fins, e a retórica é a do desenvolvimento dos mais necessitados e da busca da erradicação daquilo que os planejadores conceituam como pobreza. È nessa aparente ambivalência que o discurso tem a sua eficácia. Percebe-se, porém, como estão articuladas, nessa rede, as intenções políticas e empresariais, transformando o que é público em um bem particular.

Dessa forma, não é possível analisar essa história política de maneira segmentada. O Maranhão, desse período, está disposto a formar uma rede, articulando, ao mesmo tempo, diversas dimensões da vida social em uma universalidade multifacetada (política, empresários, justiça, criminalidade etc.) e justaposta. Por intermédio de redes de poder como essas, o poder de controle sobre a vida dos cidadãos comuns se desdobra em uma ambigüidade sutil e violenta, extrapolando a pretensa sacralidade dos discursos dos homens de poder e de saber.

Durante a campanha eleitoral de 2006, o grupo que se autodenominava anti-oligarca usou um matutino de São Luís — *Jornal Pequeno* — para atacar o senador José Sarney sobre a venda das terras devolutas do Maranhão, no final da década de 1960. O senador manifestou-se por meio da seguinte carta:

Somente hoje tomei conhecimento da matéria publicada nesse jornal, no dia 12 do corrente, com o título ‘As correntes foram quebradas. Falta cortar os arames’, na qual se afirma: ‘Cerca de 90% das terras propícias à agricultura no Maranhão pertenciam ao Estado quando o governador José Sarney (1966-1971), no penúltimo ano de seu mandato, aprovou a lei n. 2979 que permitia que fosse requerida a posse de áreas de até três mil hectares. Com um detalhe: a lei maranhense, ao contrário de legislações similares do país, possibilitava a criação de ‘consórcios’ em propriedades vizinhas. Estava iniciado assim um dos mais espetaculares casos de grilagem cartorial já testemunhados no país’.

Esta afirmação não é verdadeira. E no desejo, agora, de não deixar sem resposta nenhuma calúnia a meu respeito, venho contestar essa informação que não corresponde aos fatos. A lei n. 2979 foi redigida por um grupo do Banco de Desenvolvimento do Maranhão, presidido por Bandeira Tribuzi, para regularização fundiária daqueles que trabalhavam na terra. As modificações que foram introduzidas nesta lei por outros governos talvez tenham possibilitado distorções. Por elas não sou responsável. Muitos deles estão aí e outros com filhos atuantes e devem defender-se.

NÃO VENDI NENHUMA TERRA DO ESTADO DO MARANHÃO. Durante meu governo doe apenas mil e poucos hectares a uma missão protestante que tinha uma colônia agrícola num lugar chamado ‘Frades’, na rodovia Belém-Brasília. As terras maranhenses foram em grande parte vendidas no Governo Pedro Neiva de Santana, que

adotou um Plano de Ocupação de Terras Devolutas, criando a Companhia Maranhense de Colonização (Comarco), pela lei n. 3230, de 6 de dezembro de 1971, cujo artigo 6º. diz o seguinte:

‘Art. 6º. O capital social inicial da sociedade será de dez milhões de cruzeiros, representado por 4.000.000 (quatro milhões) de hectares das terras contíguas às MA-1 e 74 e dois milhões dos recursos orçamentários transferidos’.

Assim, as terras devolutas do Estado foram incorporadas a uma companhia, a Comarco, que as comercializou, vendendo a grupos econômicos. Nenhum deles – e nunca ninguém me acusou disso – era de pessoas ligadas a mim nem do meu conhecimento. O Governador Pedro Neiva fez uma ampla oferta dessas terras, a nível nacional [sic.], inclusive fazendo conferências e promovendo a vinda de investidores, para exploração da cobertura vegetal, como se verifica desta notícia publicada em *O Estado do Maranhão* sobre a memória de 50 anos atrás:

‘Neiva mostra hoje em São Paulo potencial de riqueza do Maranhão’. ‘O Maranhão possui no mercado um estoque de terras públicas de cerca de 100. 000 mil quilômetros quadrados, que inclusive tem valiosíssima cobertura florestal, de calculadamente 60 metros cúbicos de madeiras industrializáveis por hectare’. Portanto, a bem da verdade e exercendo meu direito constitucional de resposta peço a publicação desta carta.

Quero ainda acrescentar que não estou atacando nem condenando os atos do ex-governador Pedro Neiva de Santana, um homem honrado e de grande espírito público. Estou apenas restabelecendo a verdade dizendo que foi no seu período que se optou por esse tipo de ocupação das terras do Estado, através de sua venda. Aquela época, cinquenta anos atrás, talvez tenha sido para ele a melhor solução. Não estou a condená-lo, mas restabelecendo a verdade dos fatos.

Se me perguntarem, hoje, se esse modelo foi o melhor, sou o primeiro a dizer que não e, também, condeno o desmatamento e transformação para a pecuária de muitas áreas que poderiam ser destinadas à agricultura e à conservação ambiental. As terras do Maranhão foram objeto também de grande grilagem, com a expulsão de posseiros, lavradores, plantadores de arroz que perderam suas áreas, estas sim, por manobras cartoriais.

No mais, deixo de me manifestar sobre as ofensas pessoais da matéria por mim desmentida, porque fazem parte da orientação do jornal sobre minha pessoa, tão injusta e não verdadeira (JOSÉ SARNEY, 18 de novembro de 2006).

Infere-se, na manifestação do senador José Sarney, a transferência de responsabilidade sobre a integra das terras devolutas no Maranhão. O senador age com toda a sua capacidade mimética para admitir a grilagem no Estado, mas não como um ato de sua administração. Frisa que, agora, quase 40 anos depois, a política não foi a mais acertada.

Percebe-se, no entanto, por tudo que o que foi pesquisado que a Sudene elaborou um plano de colonização para o Maranhão, sob coordenação de Celso Furtado. O Maranhão tem uma faixa de terras que serviria para que trabalhadores rurais das áreas áridas do Nordeste pudessem ali trabalhar e morar, terras férteis e propícias à pequena produção agrícola.

Com efeito, a Lei de Terras de iniciativa do governador José Sarney instituiu valor mercantil às terras maranhenses, ou seja, essas áreas, que eram destinadas à colonização pela

Sudene, foram entregues a empresários médios e grandes nacionais e internacionais, dando origem a imensas áreas, a princípio adquiridas para a agropecuária, mas que, na prática, transformaram-se em grandes latifúndios e solos propícios a intensos conflitos agrários, o que caracterizou o Maranhão como um dos recordistas em derramamento de sangue e morte durante décadas.

A despeito do discurso desenvolvimentista e sua aplicação prática, os impactos e as conseqüências são extremamente danosos para os grupos sociais da “periferia”, sobretudo na zona rural maranhense, cujo desequilíbrio e desigualdade são a contradição própria do escopo capitalista transnacional, que influenciou o nacional-desenvolvimentismo das décadas de 60 e 70, onde ao Maranhão coube a relação de subserviência ao modelo global. A um Estado periférico cabia ceder a essa lógica de subordinação.

No entanto, dentro dessa concepção expansionista, o governador José Sarney coordenou, com auxílios de uma emergente classe média, um planejamento estratégico para o Maranhão, bastante exitoso, abrindo o Estado para a relação mercadológica nacional e transnacional, com o que tinha em abundância, isto é, terras, usadas como capital dentro desta lógica dominante de produção. A lei de terras e a criação da SUDEMA têm papel fundamental dentro dessa lógica.

Como já analisado anteriormente, o governador Pedro Neiva de Santana deu continuidade ao projeto de desenvolvimento iniciado por José Sarney, inclusive com o mesmo time (secretário, técnicos, etc.).

Ademais, amizades entre a elite maranhense sempre foram muito comuns e não causam estranhamento a ninguém, mas servem para lembrar que, inevitavelmente, assuntos de foro público e de interesse político eram discutidos e, muitas vezes, decididos em âmbito privado. Analisa-se, a partir daí, que essa rede era histórica e diversificada, e não una. A proposta foi

identificar as alianças por dentro e entre os poderes públicos e particulares, ou seja, aqui os carcarás têm mais coragem do que o bicho.

4.4 A eficácia do discurso para a manutenção de poder está nas estratégias da rede de relações.

No conceito de configuração sócio-histórica de Elias (1994) está contida a noção de rede, segundo a qual qualquer grupo de pessoas constitui uma rede de relações em que cada um é interdependente; uma pessoa não está desvinculada a outra. Dito de outra forma, trata-se de uma rede interdependente de relações em que as pessoas configuram um dado momento histórico. Não foi um agente isolado o único responsável, mas a rede de relações da qual ele faz parte.

A questão do desenvolvimento agrário e agrícola, no governo de José Sarney, tem configuração sócio-histórica e é datada. Ela só passou a existir, tal como se conhece, hoje, porque um grupo de pessoas, cada qual em sua posição, interagiu: Governo Federal sugerindo desenvolvimento regional;⁵⁴ Maranhão como tendo função de produção agrícola para o Nordeste; José Sarney simulando adesão ao projeto, mas entregando as terras públicas, por meio da Lei de Terras, ao capital nacional e estrangeiro, que nomeou Lourenço Tavares Vieira da Silva, executor de sua engenharia, como secretário da Agricultura; Pedro Nunes de Oliveira, nomeado delegado de Terras da região de Imperatriz; Agostinho Noleto, indicado procurador, viabilizando os interesses de Sarney; o juiz José de Ribamar Fiquene, emperrando processos fundiários e facilitando a vida dos grileiros; a Polícia, por intermédio dos delegados PM Furrupa e Luís

⁵⁴ Quando Sarney foi governador do Maranhão, é relevante lembrar, o Brasil vivia o regime militar, cuja ideologia procurava combinar o que eles entendiam por desenvolvimento e segurança, o que pressupunha a colonização de terras consideradas devolutas para a consolidação de empreendimentos econômicos e a ocupação efetiva do território nacional.

Moura, sendo a polícia corrompida e favorecendo um esquema com grileiros que fraudavam as cadeias dominiais das terras, inclusive da União.

A questão da terra, no Maranhão – como produto de um discurso, existente com toda a sua ideologia, mascarando a histórica luta do homem do campo para viver e trabalhar em terras maranhenses – é produto de uma configuração sócio-histórica que se iniciou na década de 1960, com os incentivos do Regime Militar para o desenvolvimento regional, com toda a carga ideológica de o Maranhão dividir-se em dois momentos: antes e depois dos anos 1960.

Bourdieu (1989) considera os discursos que são proferidos em uma organização social como sistemas simbólicos, os quais possuem dualidade intrínseca: são estruturas-estruturadas e estruturas-estruturantes. Está contida, nessa noção, uma perspectiva relacional desse autor, acerca de estrutura. Tendo herdado muito do estruturalismo francês, Bourdieu (1992) reconhece o peso que possui a estrutura na determinação do comportamento dos agentes. Essa determinação já estava muito presente nas idéias de outro francês muito conhecido na Sociologia e na Antropologia, Durkheim (1970), que preconiza a noção de representação social, um produto da sociedade, na medida em que esta última fornece os elementos a partir dos quais os indivíduos entendem o mundo à sua volta. Em Durkheim (1970), o universo está contido na sociedade, porque a sociedade produz representações, a partir das quais os homens estabelecem uma ordem de entendimento a este mundo. Ao ordená-lo, a sociedade cria o universo. Essa estrutura, para muitos autores, seria capaz de explicar o comportamento dos agentes, em detrimento do pensamento dos agentes individuais.

No entanto, Bourdieu (1992) estabelece uma ruptura com a dicotomia entre estrutura e agência ao adotar a perspectiva fenomenológica e hermenêutica, criticando, inclusive, a Lingüística, que previa um sistema de linguagem preexistente ao conhecimento dos agentes e dos sentimentos e atitudes deles com relação a ela. Bourdieu (1992), sobre isso, vai focar que o

indivíduo fala uma língua que lhe é preexistente, mas as condições em que ele fala não dependem, apenas, da estrutura, mas também dos fins visados por esse mesmo agente, no ato de falar. As palavras que utiliza e o tom de sua voz estarão direcionados tanto pela posição social que ocupa, razão de seu direito de falar, como por aquilo a que Weber (1994) chamou de ação racional direcionada a fins, subjetivamente, visados (agência). Daí a junção entre estrutura e agência.

As representações sociais, para Bourdieu (1992), sofisticando o que diz Durkheim, são sim estruturas, mas não são somente estruturadas. Elas não são somente produto, também produzem coisas. O universo está, sim, contido na sociedade, mas ele só está contido nela porque um grupo de agentes o colocou lá, o fez tal como a sociedade o entende. Essas pessoas são detentoras de um capital (social, político, cultural, econômico). Somente elas têm o poder para dizer como o universo é. Existem outras que dizem que ele é de outra forma, mas seu capital é menor, ou não dispõem do capital necessário para que sua representação domine o grupo que acolhe o que eles dizem.

O que isso quer dizer: no campo social existe oposição e existem alianças, conflitos e jogos de interesses. Dito de outra maneira, Foucault (2006) defende que cada grupo produz a sua verdade, e a verdade que seria admitida para todo o conjunto da sociedade depende da posição ocupada pelo grupo ou pelo agente que a enuncia. Melhor dizendo, a representação que estrutura o mundo social é aquela dominante em uma dada formação social.

Na política e na mídia do Maranhão, quem seria a representação dominante? Tudo indica que seria aquela enunciada pelos agentes ligados aos Sarney. E isso por uma série de motivos que se pretende continuar analisando, em trabalhos posteriores. Mas ela é, também, estruturada. As pessoas que dizem como o universo é têm incorporado, em seus seres, o *habitus*

que lhes foi inculcado, anteriormente, bem como a posição que ocupam, nos respectivos campos em que atuam.

Assim, quem diz como deve ser a política agrícola no Maranhão? Seria um líder sindical? Ao que parece, não. Ao que parece, são os engenheiros agrônomos, como Lourenço Vieira da Silva, na década de 1960; economistas como Bandeira Tribuzi, que coordenava a Sudema, na mesma época. Quem diz quem deve ser preso? Seria o padre Vitor Asselin? São os sociólogos? Não, é o juiz José de Ribamar Fiquene. Quem diz que os Sarney fazem bem ao Maranhão? São todos esses intelectuais vinculados a preocupações sociais, no Maranhão? Não, é um sistema de comunicação, a serviço dos interesses dessa rede; foi o Presidente Castelo Branco; é o escritor Benedito Buzar; são os poetas José Chagas e José Burnet; é o ex-jornalista e ex-presidente do Tribunal de Justiça, Milson Coutinho;⁵⁵ foi o ex-ministro Alexandre Costa; foi o senador Antônio Carlos Magalhães; é sua bancada de deputados, na Assembléia Legislativa; são os próximos, ou por afinidade de parentesco ou por apadrinhamento político ou, ainda, os intelectuais vaidosos, loucos para serem usados, mesmo sabendo que são objetos descartáveis.

É como se fosse um círculo: a representação dominante é uma estrutura-estruturante porque performatiza o mundo e a sociedade, mas, antes dela o performatizar, a sociedade já tinha estruturado a posição dos agentes que teriam o poder de dizer o que é e o que não é, e daqueles que não têm esse poder de nomear e de arbitrar e de dizer as coisas. Portanto, o desafio não é apenas destruir o indivíduo Sarney ou a família Sarney, é preciso uma ruptura com a rede de relações social, política, econômica e marginal que se arquitetou e, sobretudo, com essa cultura

⁵⁵ Consultar Programa PMDB – “Homenagem a José Sarney”, de 31 de maio de 2004. O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, na época, disse o seguinte: “Foi o governo que começou, eu diria do marco zero. Em razão dos padrões políticos e administrativos para trás. Eu sei o que era isto dos anos 50, e passou a ser não mais isto, mas este no governo dele. Porque houve mudança de mentalidade. Eu talvez tinha sido dos mais ferrenhos jovens jornalistas de oposição ao Dr. José Sarney, batia todo dia no *Jornal Pequeno* e assinava embaixo. E nunca recebi de parte dele, depois que nos aproximamos, naturalmente, nenhuma vírgula de ressentimento ou de pergunta ‘por que isso?’ ou ‘por que aquilo?’. O Dr. Sarney é maior do que ele mesmo”.

política patrimonialista, corrupta e despótica que se instalou, no Brasil e, em especial, no Maranhão.

Predominou, no Maranhão, entre 1966 e 1970, e predomina até os dias atuais um sistema oligárquico de poder; mas não tomemos para entender apenas o sentido clássico do conceito, isto é, governo de família ou governo de poucos. É evidente que há líder de maior expressão local, nacional e internacional, mas a configuração dessa relação parece mais próxima do que já foi dito, uma organização que, de acordo com seus interesses, age no limbo entre o legal e o ilícito para exercer o patrimonialismo.

Em outros aspectos, as práticas políticas e as políticas públicas, no Maranhão, possuem circularidade sócio-histórica, não de ruptura com sistemas de dominação. O que há é um discurso novo, de acordo com a conjuntura. Ou seja, no fundo vivem mudando de fala, mas não saem do mesmo lugar, ou melhor, onde a tensão entre tese e antítese gera o continuísmo surrupador do desejo, dos sonhos e, por vezes, até da alma do indivíduo desavisado que corrobora com esse continuísmo. E é isso que os mantém no poder, por exatos 41 anos.

4.5 Heranças econômicas, políticas e sociais do “Maranhão Novo”.

Portanto, destaca-se que houve, no governo José Sarney, crescimento econômico, em alguns setores do Estado, e foram grandes as contradições sociais geradas e/ou ampliadas com tal política, já narradas aqui. Ocorre que essa aparente ambivalência não é consequência apenas da modernidade capitalista, fundamentada na racionalidade burocrática, como quer dizer José Sarney, em seus discursos. Aqui, como recomenda Borges (2005), há preferência, na burguesia maranhense, pelas atividades na burocracia do Estado, suplementadas pela organização de

investimentos especulativos, como a compra e venda, os aluguéis de imóveis e os depósitos financeiros.

Ademais, como já mencionado, desde o século XIX, a natureza da economia é de fragilidade. É uma economia reflexiva, isto é, age a partir de reflexos e sempre de fora para dentro. A economia maranhense é, historicamente, frágil, mesmo em seus momentos de apogeu.

O proclamado desenvolvimento anunciado por Sarney, em seu governo, foi base de um incremento na infra-estrutura do estado (estradas e energia). Como assinalado, o PIB maranhense cresceu, é verdade, como também, ainda que reduzidamente, cresceram o Nordeste e o país. Mas, no caso do Maranhão, o incremento da economia foi muito modesto, tanto que permanece, nesses 41 anos, como um dos Estados de menor participação na composição do PIB nacional.

Ainda tomando como base a reflexão de Borges (2005), não bastasse isso, o próprio crescimento do PIB deve ser relativizado em função do modelo de crescimento adotado, tendo, por base, o período de (1966/1970), qual seja, infra-estrutura, agropecuária e uma indústria inexistente. No entanto, o setor primário, assistiu-se, no período, ao desmonte da pequena, mas pujante, produção familiar, enquanto houve incentivo à grilagem e à venda das terras devolutas do Estado para o cultivo de pastagem. O setor secundário, também, apresenta baixo dinamismo, sendo que, mesmo em pleno século XXI, é de apenas 29,25% o grau de industrialização, relacionado, diga-se de passagem, a uma siderurgia básica e de baixo valor agregado. Evidências e conseqüências dessa situação podem ser observadas na comparação do quadro socioeconômico do Maranhão com os demais oito Estados da região Nordeste, atualizado, mantendo-se na mesma posição em quase 40 anos.

INDICADORES	ANO	POSIÇÃO DO MARANHÃO
Área	-	2°
População	2000	4°
PIB	2000	6°
PIB <i>per capita</i>	2000	9°
IDH (Índice de Desenvolvimento Humano)	1991	9°
ICV (Índice de Condição de Vida)	1991	9°
Índice de Menor Concentração de Renda	1999	3°
Incidência de Pobreza*	1999	6°
Porcentagem de pobres*	1999	9°
Renda familiar <i>per capita</i> *	1999	9°
Renda média dos pobres*	1999	7°
Número de pessoas abaixo da linha de incidência de pobreza*	1999	8°

Quadro 9 - Maranhão no contexto da região Nordeste

Fonte: Governo do Estado do Maranhão/Gerência de Planejamento e Gestão (Plano Plurianual, 2004/2007, p. 25, *apud* BORGES, 2005, p. 86).

Enquanto é o Estado com a maior porcentagem de pobres no Nordeste, foi assim, durante o governo José Sarney, e continua assim, até hoje. A família Sarney possui uma riqueza avaliada, hoje, em R\$ 125 milhões de reais. E não seria esta oriunda dos antigos latifúndios, como sugeriu Pereira Queiroz (1975), mas, oficialmente, vem de parque gráfico e dos outros meios de comunicação sob o controle da família, após, exatamente, a ascensão de José Sarney ao governo do Estado, em 31 de janeiro de 1966, até então, um jovem político pobre.

A deputada estadual Helena Barros Heluy,⁵⁶ do PT, em pronunciamento, na Assembléia Legislativa do Maranhão, afirma, mostrando que tinha, em mãos, uma cópia de carta:

A propósito, eis como se referia, em setembro de 1965, um grande empresário maranhense ao seu colega e amigo Edson Queiroz, no Ceará, em carta amarelada pelo tempo.

⁵⁶ Pronunciamento feito na Assembléia Legislativa do Maranhão, em 20 de fevereiro de 2002.

Dizia, então, o missivista a Edson Queiroz — tenho a carta em minhas mãos, uma xerox antiga -: ‘estou mandando aí o meu filho ... para pleitear junto ao amigo ajuda para a candidatura, José Sarney, já a esta altura tranqüilamente eleito, segundo prognóstico geral, com larga maioria. É natural que este pedido é feito tendo em vista os seus interesses atuais neste Estado e outros que poderão advir, em outros setores, e para os quais você terá, indubitavelmente, a melhor acolhida por parte do já governador José Sarney...’. Para você ter uma idéia do estado de pobreza do nosso candidato, basta dizer que a sua declaração de bens foi a seguinte:

Patrimônio	Cr\$ 13.000,000
Menos dívidas	Cr\$ 9.000,000
Saldo positivo	Cr\$ 4.000,000’.

A deputada continua: “assim mesmo já incluindo nesse patrimônio parte de uma herança com que foi beneficiado por morte recente do seu sogro Dr. Carlos Macieira”.

A explicação pode estar no fato de que o agente político, com poder de mando, até a metade do século XX, Vitorino Freire, não investiu em negócios. Queria autoridade, posição de elevado poder. As relações de troca de favores usadas, na esfera pública, como se fosse um negócio particular, depois dos anos 1960, têm aspecto mais monetário e mais particular do que naquela época. Talvez, por isso, Vitorino Freire tenha morrido com dificuldades financeiras.

No campo da política, com acuidade, Reis (1992) analisa as estruturas oligárquicas no Maranhão, observando diferenças em relação ao cenário nacional. Para ele, o setor que representava o centro da acumulação não era o de proprietários rurais, e sim o de grandes comerciantes, que comandavam um sistema econômico sustentado pela combinação de atividades agrárias e urbanas. Ou seja, a constituição da oligarquia do Estado era fruto de determinado tipo de mediação política, em um contexto em que a utilização privada do poder público, o patrimonialismo, era característica que remontava à ocupação colonial.

Distinguindo-se dos grupos econômicos, os líderes da representação política fortaleceram a posição do Estado, como terceiro elemento na discussão das orientações a serem adotadas. Em vez de uma situação em que existiria o controle monótono dos proprietários rurais sobre a economia e a política, encontra-se uma situação de divisão de setores econômicos, com a

supremacia de um empresariado urbano e a organização de uma estrutura política em que as relações entre Estado e partidos dependem menos da vontade dos proprietários rurais que dos interesses próprios da oligarquia política.

Refletiu-se sobre a relevância desse quadro pintado por Reis (1992), dada a instabilidade da oligarquia, no Maranhão, sujeita a processos variados de acomodações e acordos pessoais, decorrentes, seja do acirramento da disputa pelas posições de mando, seja pelas ressonâncias que as modificações, no plano do governo central, podem causar nas situações estaduais.

A vinculação genética com o governo central propiciou que, por meio dele, fossem resolvidos muitos dos impasses das disputas intra-oligárquicas. O poder central para se estabelecer, no processo de construção do Estado, favoreceu a gestação de um setor político a ele vinculado, mas não propriamente subordinado. A história política do Maranhão, entre a afirmação do Império e a crise da Primeira República, não foi determinada a partir da disputa entre famílias, nem a oligarquia política foi o prolongamento dos interesses do poder central. A oligarquia, constituída por meio de requisitos políticos, viveu da mediação de interesses, de acesso aos benefícios do poder, guardando, no âmbito de atuação próprio, que não acha explicação nem no domínio do localismo privatista, nem no do estatismo.

As oligarquias, no Maranhão, desde a primeira República, vivem em razão do faccionismo, adesivismo e continuísmo, ou seja, no interior da oligarquia, sempre houve fricções e cisões entre lideranças. Mesmo em 1950, quando, descontente por não ter uma indicação de Vitorino Freire, Saturnino Belo saiu do núcleo central da facção vitorinista. Esse fato proporcionou o aproveitamento das oposições. As oligarquias vislumbraram, em *Satu Belo*, a possibilidade de, finalmente, alcançarem o Governo Estadual. Dessa forma, o pano de fundo dos acontecimentos seria o padrão clássico da política maranhense, ou seja, as disputas intra-

oligárquicas pelo controle do aparelho estatal para a consecução de seus objetivos públicos e/ou privados.⁵⁷

Desse modo, na passagem do vitorinismo para o sarneísmo, observa-se a mesma estrutura da política oligárquica, no Maranhão, isto é, a fricção entre grupos de interesse por dentro da mesma oligarquia, sendo a mediação com o poder central instrumento importantíssimo para essa passagem. Ademais, o que há de diferente, como já se frisou, são as práticas discursivas, uma mais conservadora e outra mais híbrida/conservadorismo e ilhas de modernização. No entanto, tais ilhas favoreceram muito mais os integrantes do “novo” grupo do que a maioria da sociedade maranhense. E o favorecimento ocorre dentro da velha fórmula oligárquica, isto é, apropriação de recursos públicos, satisfazendo interesses particulares.

Ainda no aspecto político, discorda-se, em parte, da interpretação de Borges (2005, p. 87):

No âmbito estrito do poder político, o grupo Sarney tem sido melhor sucedido do que na administração de política públicas, sendo vitorioso nas urnas por tempo quase duas vezes maior ao do oligarca anterior, Vitorino Freire. As razões para tanto residem: no acesso quase monopolizado aos cargos e recursos públicos, especialmente aqueles oriundos do governo federal; acesso privilegiado aos altos escalões do poder judiciário e aos integrantes do poder legislativo; controle e uso sistemático de meios de comunicação de massas; e no êxito performático relacionado à estratégia de criação de uma identidade simbólica da família Sarney com as tradições e marcas identitárias do Maranhão e de seu povo.

É preciso estabelecer um cotejo histórico quando se fala dos expoentes das denominadas duas últimas oligarquias, Vitorino Freire e José Sarney, respectivamente. O primeiro dominou a política maranhense de maneira concentradora, durante 20 anos, fundamentado na cultura e na prática política que remontam ao século XIX, ou seja, personalismo, violência, fraude, desestruturação partidária, faccionismo, adesivismo e continuísmo, características, como assinalado, da oligarquia maranhense.

⁵⁷ Consultar Paulo Rios Ribeiro (1997).

Já José Sarney, desde os primórdios do seu governo, dominou com suas conexões (rede de relações para manutenção do mando), a exemplo do controle de cargos e recursos públicos, controle do Legislativo, do Judiciário e do Tribunal de Contas, controle e uso dos meios de comunicação, uso, como recurso, das culturas populares, promovendo o grupo Sarney. Articulador da indicação ou eleição do Executivo, os Sarney tiveram, de 1966 a 2006, essas instituições, que corroboraram, decisivamente, com a sua manutenção de poder.

No processo sucessório, o sucessor de Sarney foi apoiado, mas, no final do mandato, eles divergiram; no caso, em foco, o senhor Pedro Neiva de Santana. Sucedendo Neiva de Santana, assumiu o Senhor Nunes Freire, que teve o apoio de Vitorino Freire, que, por sua vez, não teve o apoio de Sarney. Seguiram, no governo: João Castelo, Luis Rocha, Eptácio Cafeteira, Edson Lobão, Roseana Sarney e, mais recentemente, José Reinaldo. Todos foram pertencentes à oligarquia. A maioria chegou ao Executivo pela indicação de Sarney e/ou com os votos oriundos da rede de relações arquitetada por ele, mas, invariavelmente, no final de seus mandatos saíram com divergências, mas não se tratavam de divergências políticas de fundo ideológico.

O senador José Sarney, em *O Estado do Maranhão* – janeiro de 2006 –, ao classificar seus prepostos ao cargo de governador do Maranhão, assinala:

Este o balanço dos meus 40 anos de oligarquia. Todos que pertenceram a ela se auto-incriminam. Perderam a memória. Filhos renegam país. Governadores se confessam corruptos e abjuram o que fizeram.

O próprio Dr. Jackson Lago foi brindar com Roseana e comigo, com uma taça de champanhe, esses 40 anos, quando o apoiamos para prefeito. Meus filhos estão aí. Casaram-se no Maranhão, aqui têm suas famílias. Aqui vivemos e aqui morreremos. Somos gente da terra, que tem amor à terra. Meus irmãos, gente simples. Famílias humildes e unidas. E eu sou o que mais sofre. Pela injustiça, pela traição e, de acréscimo, ‘o grande oligarca’.

Depreende-se que, diferentemente de Vitorino Freire, que mandou 20 anos, José Sarney, em 40 anos, vive de fazer concessões, quando do tempo da política partidária, inclusive para velhos inimigos como Eptácio Cafeteira, ou para aliados que têm vãos próprios, como

Edson Lobão. João Castelo e Luís Rocha foram governadores biônicos e, mais recentemente, apoiaram um adversário político para prefeito de São Luís. Então, tem-se de relativizar, sobremaneira, não o sucesso eleitoral de Sarney nesses 40 anos, mas sua capacidade modulações para manter a unidade permanente de seu grupo, bem diferente de Vitorino Freire, em seus 20 anos, quando as práticas políticas o fizeram um vencedor nas urnas e mantenedor, até 1965, do poder de mando na política.

Esse fenômeno político ocorre por dois aspectos: primeiro, o que há na política maranhense e, em especial, nas elites políticas, é ausência de ideologia político, motivo pelo qual, como diz Soares (2002), analisando os escritos de João Lisboa no *Jornal de Timon*, as elites, naquela época provincianas, cuja análise pode ser aplicada a tempos contemporâneos, em que as ditas elites oligárquicas, tomadas pelo “egoísmo” e pelo “personalismo”, os partidos e seus respectivos governos são desprovidos de “fé política”, de “motivos importantes de luta que o possa elevar e enobrecer”.

Tanto os meios como os fins utilizados para preservar interesses são “mesquinhos”. Ou seja, a prevalência é o mexerico e a vingança; é nessa rede nada republicana que a política se define.

Nascimento Morais, jornalista, romancista e político de oposição, em “Neurose do medo”, de 1922, analisa a política maranhense na década de 1920, mormente as administrações de Urbano Santos e Raul Machado, compreendendo e refletindo sobre aspectos minúsculos da ação política desses gestores, em uma psicanálise política que é um verdadeiro dedo na ferida de governos carcomidos pela violência e pelo medo.

O presidente Raul Machado foi deposto e o Exército brasileiro o reconduziu ao comando do governo do Estado. Depois de reposto, o primeiro ato de Machado foi vingar-se, prendendo os militares e políticos envolvidos no golpe que o levou à deposição. Repreendido

pelo comandante do 24º. Batalhão de Caçadores, sobre tal atitude ser um erro, Raul Machado, em uma clara neurose peculiar aos potentados maranhenses, entrincheirou-se no Palácio dos Leões e montou um exército particular de facínoras, bajuladores e alguns militares, todos, também, medrosos, precavendo-se do que sua mente patológica inventara. Havia um novo golpe em curso, desferido por quem o recolocou no poder.

O aparato ilegal foi de tamanha violência que opositoristas e até oficiais do Exército, incluindo o comandante do Batalhão de Caçadores, eram vigiados, cotidianamente. Instaurou-se a neurose do medo, possivelmente inaugurada por seu antecessor, Urbano Santos, que andava, madrugadas a fio, na sala da sua residência, esperando um ataque inimigo que nunca existira. A anormalidade foi seguida, também, por outros mandatários, inclusive, José Sarney.

Por isso, para eles se justificam o ódio, a perseguição e o ataque, não político, mas eivado de questiúnculas, e, sobretudo, o medo, medo de perder as vantagens protagonizadas pelo poder, medo este desvelado por Moraes (1982) ao interpretar a política maranhense, no início do século passado, quando se analisa que continua atual o medo que era decorrente do apego patológico ao poder, à posição política etc. O próprio senador José Sarney, quando fala bem de seus apadrinhados como governadores e quando os denuncia, observa estas práticas: mania de perseguição, mania de traição ou, como frisou Nascimento Moraes, “neurose do medo”.

Castelo fez muitas coisas. Era acusado de meu filho e sofreu críticas da oposição de corrupção e violência contra os estudantes. Luiz Rocha, outro jovem talentoso e que sofreu muito. Acusado de corrupção e descalabro. José Reinaldo. Não vou falar. O Maranhão já o julgou. Seu caráter é a sua marca. Estou hoje, perseguido, gravado, com meus telefones grampeados, o Maranhão voltou ao tempo da chibata e da perseguição (O Estado do Maranhão, 1/2006).

Em entrevista concedida em setembro do ano em curso, C.X.H disse: “Há uma coerência no sentido de fortalecer o grupo, enquanto cada um vai tirando seus proveitos pessoais. Nada mais do que isso. Mas quando um desses agentes perde espaço, ou é contrariado, ou vai sentindo que é descartável, monta um espetáculo de rompimento, de “libertação”, nos moldes de

seu criador, dando continuidade às práticas em que foi acostumado, sem trazer nada de novo, em termos de possibilidades de reais mudanças ou de libertação do conjunto da sociedade. Foi assim em 1965, foi assim em 2006”.

Com relação ao período 1965/1970, centro desta análise. Mas, como pano de fundo, tecem-se algumas considerações em relação às últimas eleições. Houve, como em meados dos anos 1960, todo um discurso de libertação do Maranhão contra a tirania oligárquica. A semelhança é tão grande que até as manchetes dos jornais locais não têm originalidade, é a repetição daquele discurso de rompimento com a oligarquia de 1965.⁵⁸

Ademais, a campanha de 2006 inicia-se no momento em que o governador José Reinaldo⁵⁹ rompe com Roseana Sarney e seu irmão Fernando Sarney, empresário que gerencia o complexo de comunicação “Mirante”, da família Sarney, isto é, “quatro emissoras de televisão que retransmitem a Rede Globo, 14 estações de rádio de maior circulação, o moderno jornal *O Estado do Maranhão*”.⁶⁰ O conflito, a exemplo de outros, deu-se por mexericos de ordem particular, sobretudo a partir da disputa de vaidades entre as celebridades, a ex-governadora Roseana Sarney e a primeira dama Alexandra Tavares. O conflito rondou a vida privada dos Tavares, em seu sentido mais íntimo.

A vingança veio com a suspensão de exclusividade contratual do sistema “Mirante” com o governo estadual do Maranhão. Então, não foi difícil o governador atingir o resto da

⁵⁸ Consultar anexos.

⁵⁹ É relevante ressaltar que a eleição de José Reinaldo, em 2002, foi resultado de um golpe de mestre de José Sarney, em uma engenharia jurídico-política que envolveu o candidato ao governo, Ricardo Murad, cunhado da senadora Roseana Sarney. Ricardo atribuía a ela e a seu irmão Jorge Murad (marido de Roseana) – super-secretário de Estado no governo Roseana – a impugnação da sua candidatura ao governo estadual em 1998. A partir desse episódio, Ricardo passou a fazer oposição aos parentes. Em 2002 sua candidatura obteve 7% dos votos válidos, o que provocaria o segundo turno das eleições. No entanto, após as eleições, Sarney e Ricardo conseguiram com a justiça eleitoral o cancelamento da sua candidatura, favorecendo José Reinaldo, candidato dos Sarney, que venceu as eleições mesmo não atingindo os 50% mais 1%. Já Ricardo, em nome da unidade familiar, voltou aos braços da velha oligarquia.

⁶⁰ *Revista Época*, edição 196, de 18/2/2002.

família, inclusive o senador Sarney, que logo foi para a trincheira, exibindo sua vulnerabilidade agravada, cuidando de ferir o governador José Reinaldo com denúncias de corrupção e improbidade administrativa, suscitando o desprezo e a irrisão pública. Por outro lado, como bom afilhado político, Reinaldo transferiu os contratos publicitários do Estado para outros órgãos de comunicação de massa, principalmente para o *Jornal Pequeno* e o jornal *O Imparcial*, além de uma dezena de rádios, na capital e no interior do Estado.

Veio a campanha política e o acirramento da disputa eleitoral fez lembrar a disputa de 1965, em que a ausência de ideologia e partidos fortes deu lugar aos políticos máscaras e partidos fantasmagóricos. Sob o mando de José Reinaldo e os fartos recursos do Estado e de prefeituras, como da capital São Luís, lançaram-se três coligações. Uma liderada pelo ex-prefeito Jackson Lago - Partido Democrático Trabalhista (PDT), outra pelo primo do Dr. Jackson Lago, Aderson Lago⁶¹ Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), e a terceira pelo ex-ministro do Superior Tribunal de Justiça e amigo do senador Sarney, Edson Vidigal Partido Socialista Brasileiro (PSB).

Já no segundo turno, todos se aliaram contra a candidatura de Roseana Sarney, que tinha o apoio do candidato à Presidência, Luis Inácio Lula da Silva, contrariando a decisão do Partido dos Trabalhadores, no Maranhão, que, no primeiro turno, apoiou o candidato Vidigal, do PSB, e que decidiu apoiar Jackson Lago, no segundo turno das eleições. Percebe-se que a ideologia partidária fora para qualquer espaço, menos para o campo da disputa eleitoral, ou seja, não é só Sarney ou os membros de sua família que não têm ideologia partidária, o poder passa a ser o partido de muitos.

⁶¹ Aderson Lago conta que seu bisavô e de Jackson Lago foi deputado provincial na época do Império. Depois do bisavô, tios e primos ocuparam cadeiras na Assembléia e na administração pública. “A política está no sangue”, ele explica. “Dizem que os Lago são os Sarney que não deram certo” (Oficina de Informações, semana de 18 a 22 de novembro de 2002).

Com dinheiro como nunca antes disponibilizado em suas campanhas políticas e, também, com um discurso anti-oligárquico, com a insatisfação, principalmente de cidadãos das cidades médias do interior do Estado e da capital, São Luís, Jackson Lago sagrou-se governador do Maranhão. E as manchetes do *Jornal Pequeno* e do *O Imparcial*, a exemplo de 1965, anunciavam a libertação do Maranhão, novamente.

Depreende-se que quem não foram os filhos biológicos – José Sarney Filho e Roseana Sarney, que melhor aprenderam os ensinamentos políticos de José Sarney, mesmo a última tendo sido governadora por dois mandatos, ungida e preferida do chefe da oligarquia –, mas o que se sobrepujou foi a sua arrogância e ineficiência no jogo político com aliados. Um bom exemplo foi que, sem perceber ou por razões de escolhas mais racionais, na política, quando administrou o Estado, a governadora Roseana aceitou o malogro das gerências regionais em detrimento da rede de relações políticas, mediadas por seu pai. Deputados e prefeitos, em todo o interior do Estado, em que indivíduos, postos em funções administrativas, de acordo com seu *habitus*, foram postos ao largo. Por conseguinte, a governadora e, sobretudo, seu supergerente e marido concentraram todos os poderes de governo do Estado do Maranhão. Com efeito, foi gerado enorme descontentamento e conseqüente revoada de apoio à governadora Sarney, fato este de extrema relevância quando José Reinaldo admitiu rompimento com seu pai político José Sarney.

O aprendiz e herdeiro – José Reinaldo - mostrou toda a sua eficácia política em 2006, a exemplo de Sarney, em outros tempos, e, contrariando Jackson Lago e o PDT, que teimavam por uma disputa plebiscitária entre Roseana e o próprio Jackson.

José Reinaldo construiu uma engenharia política que contou com três candidaturas, no primeiro turno, todas apoiando o seu candidato, no segundo turno do pleito. Desarmado, José Sarney temeu um golpe mais duro como revanche.

Infere-se, com o advento do novo governo, que a alternância ocorrida, em outubro de 2006, não foi nada profunda, pelo contrário. O jornal *Estado de São Paulo*, de domingo,⁶² fez uma reportagem e mostrou que Jackson Lago colocara 23 parentes no governo, apenas ele. O importante, acredita-se, é entender o significado dessa permanência de prática. Então, torna-se relevante analisar as relações com o governo central, as relações familiares e a apropriação familiar do Estado. Portanto, o problema, muitas vezes, não é a inexistência de Estado, mas de quem o controla. Sua presença pode aumentar, ainda mais, a opressão.

Entende-se que o caminho é assim demonstrado com fatos e nomes, em que a conservação do poder oligárquico (poder oligárquico sim, pois oligarquia não é apenas uma família) é associada com uma presença, no poder central, fonte essencial para preservar o poder local. Sem o centro, o chefe local não se mantém. Na década de 1960, como hoje, há uma disputa entre dois chefes locais pela preferência do poder central, isto é, Vitorino Freire e José Sarney; José Sarney e Jackson Lago. O desafio parece ser encontrar os caminhos para o rompimento desse domínio nos marcos, evidentemente, da democracia.

Tem-se acompanhado o novo governo por meio de jornais e *blogs* do Maranhão e do Brasil, além de relatos de informantes. O atual mandatário do Maranhão criou, de acordo com o historiador Marcelo Pinto, 3.718 cargos comissionados⁶³ para amigos e parentes em menos de quatro meses; aceitou que o Chefe da Casa Civil, seu primo Aderson Lago, nomeasse, entre vários familiares, a mãe de 80 anos para a Assembléia Legislativa; ao que tudo indica, os Lago estão, finalmente, dando certo. Eis o que deve ser afirmado: que foram os maranhenses, mais uma vez, enganados. Sabe-se que não, sobretudo se Sérgio Buarque de Holanda, em “Raízes do Brasil” for lembrado:

⁶² Jornal *Estado de São Paulo*, 20 de maio de 2007.

⁶³ Consultar tabela em anexo.

Não é fácil aos detentores das posições públicas de responsabilidade, formados por tal ambiente, compreenderem a distinção fundamental entre os domínios do privado e do público. Assim, eles se caracterizam justamente pelo que separa o funcionário “patrimonial” do puro burocrata conforme a definição de Max Weber. Para o funcionário ‘patrimonial’, a própria gestão política apresenta-se como assunto de seu interesse particular; as funções, os empregos e os benefícios que deles auferem relacionam-se a direitos pessoais do funcionário e não a interesses objetivos, como sucede no verdadeiro Estado burocrático, em que prevalecem a especialização das funções e o esforço para se assegurarem garantias jurídicas aos cidadãos. A escolha dos homens que irão exercer funções públicas faz-se de acordo com a confiança pessoal que mereçam os candidatos, e muito menos de acordo com as suas capacidades próprias. Falta a tudo a ordenação impessoal que caracteriza a vida no Estado burocrático. O funcionalismo patrimonial pode, com a progressiva divisão das funções e com a racionalização, adquirir traços burocráticos. Mas em sua essência ele é tanto diferente do burocrático, quanto mais caracterizados estejam os dois tipos. (HOLANDA, 1980, p. 146).

Ademais, a experiência já tem mostrado largamente como a pura e simples substituição dos detentores do poder público é um remédio aleatório, quando não precedida e, até certo ponto determinada, por transformações complexas e verdadeiramente estruturais na vida da sociedade.

Essas vitórias nunca se consumarão enquanto não forem liquidados, por sua vez, os fundamentos personalistas e, por menos que o pareçam, aristocráticos, em que ainda assenta nossa vida social.

A alternância de poder é uma variável fundamental na democracia, desde que haja participação e cobrança popular, princípios alardeados, em época de campanha, mas que não foram viabilizados, nos três anos do governo Sarney, nos 37 sob sua influência, nem nos primeiros meses de governo Jackson. Muito pelo contrário.

Com efeito, eis os continuísmos na vida política maranhense, nada racional ou moderna em seu sentido clássico, cuja base social não existe, de modo a legitimar sua sustentação. Mas, em relação ao objeto deste estudo, as práticas discursivas de José Sarney, o que há, até hoje, efetivamente, é em decorrência da rede de relações, a construção de um sentimentalismo com relação ao conterrâneo bem-sucedido, que foi presidente do Senado e da República, que faz a saudação oficial em sessão magna da Academia Brasileira de Letras, que

lança livros de poesia e romance que viram filme etc., possibilitando-lhe essas redes de alianças bem estabelecidas, fortalecendo-as.

5. CONCLUSÃO

Entre as práticas discursivas do governador José Sarney e o resultado da ação de seu governo, percebe-se que ali foram edificadas (1966/1970) as bases para a entrada de capital, no Estado, de maneira mais organizada e mais global – local, nacional e internacional. Sem dúvidas, as ações de seu governo na montagem de infra-estrutura – sobretudo estradas e energia – foram de grande relevância para esse capitalismo, mormente após a Lei de Terras, instituída em 1969, ainda em seu governo, e efetivada, no governo de seu ex-secretário e sucessor, Pedro Neiva de Santana.

As tintas dessa nova “paisagem”, usando uma expressão do governador José Sarney, foram ejetadas com as cores da violência da grilagem cartorial, cuja prática tornou-se institucionalizada, no Maranhão, sendo o principal mecanismo de expropriação utilizado pelo governo, além, como salientado, anteriormente, do uso da força policial.

A grilagem de pequenas propriedades, as áreas devolutas ocupadas por posseiros ou comunidades tradicionais, faz surgir uma nova morfologia social, isto é, as grandes fazendas alocadas às margens das principais rodovias federais e estaduais, enquanto os pequenos produtores de unidade familiar, expulsos das terras onde moravam e trabalhavam, passaram a morar entre as rodovias e o arame farpado das cercas dos latifundiários.

Tais conseqüências sociais provocadas pelas “ações desenvolvimentistas” do “Maranhão Novo” foram possíveis porque omitiram da própria história o homem, a mulher e sua cultura. Restaria a eles respeitar suas estruturas e teias de significados, aprender com as suas realidades de mundo. Afinal, discurso desenvolvimentista não contribui, em nada, para esses grupos sociais. Pelo contrário, prende-os, definitivamente, ao objetivo dos que propõem desenvolvê-los, tendo como resultado a fome, a miséria e a desesperança.

Ressalta-se, nas estratégias discursivas, as modulações do discurso de José Sarney, por meio de alianças com ex-opositores, autocrítica de atitudes políticas, de esconder-se no momento de grades tensões políticas, bem como as ligações ou cimentação entre discursos aliados no poder central, no Judiciário, no Legislativo, nas imprensas escrita e falada, além de suas características camaleônicas – capazes de mudar, mesmos que seja para ficar no mesmo lugar. Quem é duro demais quebra. É o caso do Vitorino, Antonio Carlos Magalhães: muito duro. Em contato político direto, são facilmente observadas as suas fragilidades, e quebram. Já José Sarney – e seus *modus de operatum* – fez política e administrou a política com palavras, de maneira muito flexível (avançar e recuar), de acordo com seus interesses e estratégias, por 40 anos, em terras maranhenses.

Para além de qualquer interpretação ambígua, o discurso ou a política com palavras e o discurso técnico – a operação institucional da política ou o fazer política com palavras e números – não têm qualquer dissociação. São estratégias exitosas do governador Sarney, dentro de um novo contexto econômico e político no Maranhão. Porém, as conseqüências desse contexto capitalista são extremamente danosas aos maranhenses, notadamente aos mais humildes, como apresentam outros discursos.

Assim, no campo político, entende-se o senador José Sarney, como sujeito político híbrido⁶⁴, não melhor nem pior que um conservador bruto. Não! É mais perigoso, imprevisível, pois é mais complexo, com idas e vindas, coexistências desconcertantes e múltiplas combinações. Veja-se a comparação com o vitorinista Newton Belo, que, praticamente, destituiu o diretor de seu jornal, José Burnett, porque publicara, como manchete, que os russos tinham posto um

⁶⁴ Uma definição aproximada dessa categoria é a do jornalista Walter Rodrigues: “Sarney, talvez seja a fera mais astututa e perigosa de selva política brasileira. Tanto voa quanto galopa, mergulha e rasteja, dependendo da conjuntura. É mestre consumado na arte de se fingir de morto para na hora certa assombrar as almas do cemitério” (revista Teoria & Debate, n. 28, março/abril/maio de 1995).

homem no espaço. “Manchete comunista”, segundo o governador. Enquanto isso, Sarney, que fora um dos ideólogos pela suspensão do registro do Partido Comunista, no auge da ditadura militar, tinha como um de seus principais colaboradores de governo o economista, escritor e comunista Bandeira Tribuzi.

Foi com essas características de mimetismo político, no final de seu mandato de presidente, que José Sarney ganhou de seu novo-aliado, governador Eptácio Cafeteira, o Convento das Mercês, monumento arquitetônico seiscentista⁶⁵.

O contexto político maranhense e brasileiro, nesse período, remete ao livro “O leopardo de Giuseppe Tomasi di Lampedusa” ou “Príncipe de Lampedusa⁶⁶”, onde a velha aristocracia aliando-se à força ascendente da nova época: a burguesia, cuja percepção inspira frases como: “*se quisermos que tudo continue como está, é preciso que tudo mude*”.

Já no “Maranhão Novo”, a cultura política reinante parece ser uma eterna crisálida que, por mais nova que se mostre, é a velha repetição do passado, que teima em não passar. Lá, a metamorfose do casulo gera raposas, camaleões, carcarás, águias, gambás, lobões etc., nunca uma borboleta. O Estado continuou cheio de maranhas, em águas que correm brigando; onde palafitas,

⁶⁵ O governo do Maranhão investiu nove milhões de dólares na restauração dos 6.500m do velho Convento da Ordem dos Mercedários. Eptácio Cafeteira indicou à Assembléia Legislativa para incorporá-la à Fundação da Memória Republicana, entidade instituída em São Luís com o propósito de favorecer a amizade latino-americana e o intercâmbio luso-brasileiro, e, sobretudo, indicou o estudo da “instituição da Presidência da República, através dos arquivos do ex-presidente José Sarney”. Só depois de deixar o governo e romper com José Sarney é que Cafeteira quis desfazer o “negócio”. No entanto, a Assembléia Legislativa de maioria sarneísta já havia aprovado o projeto, que fora sancionado também por um sarneísta, desde a década de 1960, naquele momento governador do Estado, João Alberto de Sousa. O objeto fim do Convento, batizado de memorial José Sarney, será o mausoléu no pátio interno do Convento, com laje de granito guardada por palmeiras imperiais, buscando eternizar em glória o já imortal maranhense.

⁶⁶ Livro editado em 1958, narra a saga de uma família rica e poderosa da aristocracia siciliana, manifesta o autor, que o príncipe de Salina, Don Fabrizio, começa a perceber que atuação de Garibaldi iria alterar de forma inexorável a estrutura de poder então dominante na Sicília e na aristocracia local. Quando acontece o desembarque na Sicília de cerca de mil voluntários garibaldinos e a ameaça se torna iminente, Tancredi, sobrinho do príncipe, sussurra para ele a fórmula mágica: “*se quisermos que tudo continue como está, é preciso que tudo mude*”. Assim, ele também participa da luta pela unificação da Itália, garante a continuidade da influência da família no poder e, ao mesmo tempo, sua própria sobrevivência social, casando com a filha do latifundiário local.

desempregos, fome, violência dividem com os homens e mulheres sua sinceridade em uma eterna pororoca.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. W. B. de. **A ideologia da decadência**: leitura antropológica a uma história da agricultura no Maranhão. São Luís: IPES, 1983.

ANDRADE, Maristela de Paulo. A produção de carvão vegetal e o plantio de eucalipto no Leste Maranhense. In: Carajás: desenvolvimento ou destruição. **Relatório de Pesquisa**. São Luís: CPT, 1995.

_____. **Terra de índio**: identidade étnica e conflito em terra de uso comum. São Luís: UFMA, 1999.

ARISTÓTELES. **A política**. São Paulo: Edipro, 1982.

ARRUDA, José Jobson de Andrade. A economia brasileira no fim da época colonial, a diversidade da produção, o ganho de monopólio e a falsa euforia do Maranhão. **Revista de História**. São Paulo: USP, 1977.

ASSELIN, Vitor. **Grilagem**: corrupção e violência em terras do Carajás. Petrópolis: CPT/Vozes, 1982.

AZEVEDO, Emílio. Família Sarney mantém pobreza no Maranhão. **Jornal Pequeno**. São Luís, p. 5, 25 de janeiro, 2004.

BACHELARD, Gaston. **A formação do espírito científico**. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.

BARROS, Valdenira. **Imagens do moderno em São Luís**. São Luís: Unigraf, 2001.

BASTO, Oliveira. **O outro lado da história**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1979.

_____. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BEGER, Peter; LUCKMAN, Thomas. **A construção social da realidade**. Petrópolis: Vozes, 2002.

BELLO FILHO, Wilson. Rudimentos de uma análise relacional do plano de governo do estado do Maranhão (1971/1974). In: ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Maranhão: produção intelectual e planos de governo**. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas). São Luís: UFMA, 1997.

_____. **História do planejamento econômico no Maranhão: uma arqueologia dos planos estaduais de desenvolvimento**. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas). São Luís: UFMA, 1998.

BLOCH, Marc. **Apologia da História**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BORGES, Arleth Santos. **Conexão eleitoral e atuação parlamentar: Representantes e bases eleitorais no Maranhão**. Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro – IUPERJ, 2005.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.

_____. **A economia das trocas lingüísticas: o que falar quer dizer**. São Paulo: EDUSP, 1992.

BUZAR, Benedito. Sarney: trajetórias de lutas. **Jornal O Estado do Maranhão**. São Luís, 1996.

_____. **O "vitorinismo": lutas políticas no Maranhão de 1945 a 1965**. São Luís: Lithograf, 1998.

_____. **Vitorinismo & Oposicionistas (biografias)**. São Luís: Lithograf, 2001.

CALDEIRA, José de Ribamar Chaves. As eleições de 1974 no Maranhão. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**. Belo Horizonte: UFMG, separata do n. 46, 1978a.

_____. Estabilidade político social e crise política. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**. Belo Horizonte: UFMG, 1978b.

_____. **Escritos**. São Luís: Lihograf, 2001.

CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados**: Rio de Janeiro a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1982.

_____. **Mandonismo, coronelismo, clientelismo**: uma discussão conceitual., Rio de Janeiro, *Dados*, v. 40, n. 2, 1997.

_____. As metamorfoses do coronel. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 2001.

CORRÊA, Rossini. **Formação social do Maranhão**: o presente de uma arqueologia. São Luís: SIOGE, 1993.

COSTA, Wagner Cabral da. **Do "Maranhão Novo" ao "Novo Tempo"**: a trajetória da oligarquia Sarney no Maranhão. São Luís: UFMA, 1997. [mimeo.]

_____. **Novo Tempo/Maranhão Novo**: quais os tempos da oligarquia? São Luís: UFMA, 2001. [mimeo.]

_____. **Sob o signo da morte**: decadência, violência e tradição em terras do Maranhão. Dissertação (Mestrado). Campinas: UNICAMP, 2001 [mimeo.].

_____. **O "Salto do Canguru"**: ditadura militar a reestauração oligárquica no Maranhão pós-1964. São Luís: UFMA, 2003. [mimeo.]

CRUZ, Arlete Nogueira da. **Nomes e nuvens**: ligeiras considerações em torno da paisagem literária maranhense — 1889/1996. São Luís: Unigraf, 2003.

DANTAS NETO, Paulo Fábio. **Governo, políticas e elites políticas nos estados brasileiros**. Rio de Janeiro: Ed. Revan, 2006.

D'ELBOUX, Paulo César. **A trajetória comunicacional de José Sarney**. São Bernardo do campo: IMESP, 2004.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **Do getulismo ao reformismo (1945-1964)**. Belo Horizonte: PUC/MG, 2003.

DIAS, Sonia; LEMOS, Renato. **Dicionário Político do Brasil: José Sarney**. Disponível em: http://www.cpdoc.fgv.br/dhbb/verbetes_htm/490915.asp. 16.12.2006. Acesso em: 02/02/2007.

DISCRIMINAÇÃO de terras públicas. **Relatório**. Rio de Janeiro: AJUP/FASE, 1986.

DURKHEIM, Emile. Representações individuais e representações coletivas. In: *Sociologia e Filosofia*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1970.

_____. **As formas elementares da vida religiosa: o sistema totêmico na Austrália**. São Paulo: Ed. Paulinas, 1989.

DURKHEIM, Emile; MAUSS, Marcel. Algumas formas primitivas de classificação – contribuição ao estudo das representações coletivas. In: MAUSS, Marcel. **Ensaios de sociologia**. São Paulo: Perspectiva, 1981.

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

ESTEVA, Gustavo. Desarrollo. In: VIOLA, Andreu (Org.). **Atropologia del desarrollo: teoría y estudios etnográficos en América Latina**. Barcelona: Paidós Ibérica S.A, 2000.

FALCON, Francisco. História e poder. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**. Rio de Janeiro: Globo, 1991.

FEITOSA, Raimundo Moacir Mendes. **O processo sócio-econômico do Maranhão**. Belém: UFPA, 1998.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. Curitiba: Positivo, 2004.

FERREIRA, Jorge. **O populismo e sua história: debate e crítica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FIGUEREDO, Argelina Cheibub. **Democracia ou reformas? Alternativas democráticas à crise política - 1961-1964**. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. São Paulo: Vozes, 1972.

_____. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: Nau, 1999.

_____. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 2003.

_____. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2006.

FREIRE, Vitorino. **A laje da raposa**. Rio de Janeiro: Guavira, 1978.

FURTADO, Celso. **Teoria e política do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Companhia Editorial Nacional, 1968.

_____. Idéias para o país. **Jornal Carta Capital**. São Paulo, 2001.

GONÇALVES, Maria de Fátima da Costa. **A reinvenção do Maranhão dinástico**. São Luís: UFMA-PROCIN-CS, 2001.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1980.

HOMENAGEM a José Sarney. Programa PMDB. São Luís, Maranhão: Studio V. 1 videocassete, contendo programa, VHS, som, color. Filme Vídeo Áudio.

JORNAL DO DIA. São Luís, 1965/1966/1968/1970.

JORNAL DO POVO. São Luís, 1962/1963.

JORNAL O ESTADO DO MARANHÃO. São Luís: Sistema Mirante de Comunicações, 1996/2003/2006.

JORNAL O IMPARCIAL. São Luís: Diários Associados, 1964/1965/1966/1968/1970.
JORNAL PEQUENO. São Luís: 1965/1966/1968/1969/1970/2001/2005.

KYMLICKA, Will. **Ciudadania multicultural**. Paidós: Buenos Aires, 1996.

LACROIX, Maria de Lourdes Lauande. **A fundação Francesa de São Luís e seus mitos**. São Luís: EDUFMA, 2001.

LAMBERT, Jacques. Obstáculos ao desenvolvimento decorrente de uma sociedade dualista. In: DRRAND, José Carlos Garcia (Org.). **Sociologia do desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

LEAL, Vitor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**. São Paulo: Alfa-Omega, 1975.

LISBOA, João Francisco. **Jornal de Timom: partidos e eleições no Maranhão**. (Introdução e notas de José Murilo de carvalho.) São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

MARANHÃO. **Discurso de Posse de José Sarney**, 1966.

_____. **Mensagem-MA do Governador José Sarney à Assembléia Legislativa do Estado**. 1967/1968/1969/1970

_____. **I Programa de Governo do Estado do Maranhão**. São Luís: Superintendência do Desenvolvimento do Maranhão, 1969.

MESQUITA, Francisco de Assis Leal. **Vida e morte da economia algodoeira no Maranhão: uma análise das relações de produção na cultura do algodão 1850/1890.** Dissertação (Mestrado). Recife: PIMES/YFPE, 1987.

NASCIMENTO, Moraes. **Neurose do medo e 100 artigos.** São Luís: SECMA/Civilização Brasileira, 1982.

ORLANDI, Eni. **Interpretação: autoria, leitura e efeito do trabalho simbólico.** Rio de Janeiro: Vozes, 1996.

ORLANDI, Eni. **A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso.** Campinas: Pontes, 2003.

_____. **Análise de discurso: princípios e procedimentos.** Campinas: Pontes, 2005.

PACHÊCO FILHO, Alan Kardec Gomes. **A construção midiática do político José Sarney: 1962-1970.** Dissertação (Mestrado). Recife: UFPE, 2001.

PALHANO, Raimundo Nonato. **O poder público e a questão do desenvolvimento econômico maranhense (1956/63): o Maranhão na nova divisão nacional do trabalho e a interpretação das idéias e ideologias sobre o desenvolvimento do Maranhão.** São Luís: IPES, 1983.

PEREIRA, Robison R. Silva. **Desenvolvimento para quem? O caso do Projeto Salangô no município de São Mateus-MA.** Monografia (Curso de Ciências Sociais). São Luís: UFMA, 2003. mimeo.

PEREIRA, Robison R. Silva; SOUSA, Arinaldo Martins de. Maranhão: viver aqui é bom demais... Para quem? **Jornal Pequeno.** São Luís, p. 7, 24 de outubro, 2003

PINTO Bilac. **Guerra revolucionária.** Rio de Janeiro: Ed. Forense, 1970.

POLARY, José Henrique Braga. **Reflexões sobre o quadro global e setorial maranhense.** São Luís: IPES, 1981.

PRADO JUNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1976.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira. **O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios**. São Paulo: Alfa Omega, 1975.

RAMOS, Guerreiro. **Mito e verdade da revolução brasileira**. Rio de Janeiro: Zahar, 1963.

REIS, Flávio. **Grupos políticos e estruturas oligárquicas no Maranhão**. São Luís: Unicamp, 1992.

REIS, Flávio. O mito francês e a dança dos historiadores. **Jornal Pequeno**. São Luís, 9 de outubro de 2001.

RÉMOND, René. **Por uma História política**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.

RIBEIRO, Amaral. **O que fez em dois anos: Maranhão Novo**: governo de José Sarney. São Luís: SIOGE, 1968.

RIBEIRO, Paulo Rios. **Greve de 51, mito ou verdade?** Monografia (Curso de História). São Luís: UFMA, 1997.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SARNEY, José. **Falas de bem querer**. (Conferências e discursos.) Brasília: Artenova, 1983.

_____. **Brejal dos Guajas e outras histórias**. Rio de Janeiro: Alhambra, 1985.

SOARES, Flávio José Silva. **Barbárie e simulacro no Jornal de Timon de João Francisco Lisboa**. Recife: UFPE, 2002.

SOUSA, Arinaldo Martins de. **Dando nomes aos bois**: o bumba-meu-boi maranhense como artefato político. Monografia (Curso de Ciências Sociais). São Luís: UFMA, 2003.

TRIBULZI, Bandeira. **Formação econômica do Maranhão**: uma proposta de desenvolvimento. São Luís: IPES, 1981.

UM IMPLACÁVEL farsante. **Revista Teoria & Debate**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, n. 28, mar./abr./maio, 1995.

UM NOVO Maranhão. **Revista Veja**. São Paulo: Abril S.A, 11 mar. 1970.

VELHO, Gilberto. Observando o familiar. In: NUNES, Edson (Org.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

VELHO, Otávio G. **Capitalismo autoritário e campesinato**: um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento. Rio de Janeiro: Difel, 1976.

VILLA, Marco Antonio. **Jango**: um perfil (1945/1964). São Paulo: Globo, 2004.

VIOLA, Andreu. **Atropologia del desarrollo, teoría y estudios etnográficos en América Latina**. Barcelona: Paidós Ibérica SA, 2000.

VIVEIROS, Jerônimo de. **História do comércio do Maranhão**. São Luís: Associação Comercial, 1964.

WEBER, M. **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. Brasília: UNB, 1994.

ANEXO A – Fotografias da posse do governador.



Da esq. para dir.: Manuel Gomes, Fernando Cunha Lima, João Alberto de Souza, Clésio Muniz, José Sarney, Coronel Braga, o vice Antonio Dino, dona Enide Dinho e

Foto 01 – Laboratório do Sistema Mirante de Comunicação

Posse de José Sarney, 31 janeiro de 1966.

Fonte: Jornal O Estado do Maranhão, 31 de janeiro de 1996.



Foto 02 – Laboratório desativado.

Família Sarney – José e Marly Sarney, Roseana, Fernando e José Sarney Filho.

www.zill.com.br/opinião/artigo.asp?id. Acesso em 15/09/2007.



Foto 03 – Laboratório de imagens – Líder cine laboratório.



Foto 04 – Laboratório de imagens – Líder cine laboratório.

Na foto 03 - José Sarney em Palanque na posse de Governador, 1966. Abaixo, foto 04 - A multidão que o esperava entre a Igreja da Sé e o Palácio dos Leões.

Fonte: Filme – Maranhão 66 de Glauber Rocha.

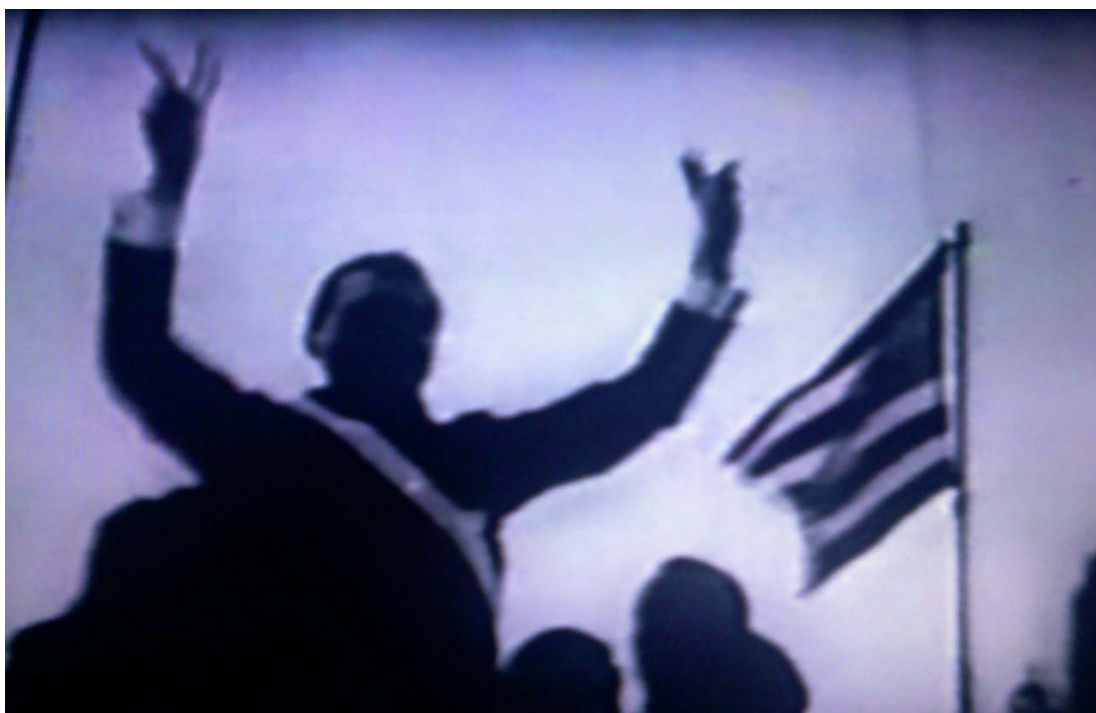


Foto 05 - Laboratório de imagens – Líder cine laboratório.



Foto 06 – Laboratório de imagens – Líder cine laboratório.
Em ambas as fotos o governador eleito, José Sarney acena para maranhenses.
Fonte: Fonte: Filme – Maranhão 66 de Glauber Rocha.

ANEXO B – A pobreza estampada no rosto

Foto 07 – Laboratório de imagens – Líder cine laboratório.



Foto 08 – Laboratório de imagens – Líder cine laboratório.
A câmera de Glaube Rocha capta a condição de pobreza e subjugação de maranhenses.
Fonte: Filme – Maranhão 66 de Glauber Rocha.

ANEXO C – O desenvolvimento.

Foto 09 – Studio V. 1



Foto 10 – Studio V. 1.

O Maranhão é planejado, divulgado pela TV e cortado por estradas no governo José Sarney.
Fonte: Homenagem a José Sarney, programa do PMDB. São Luis-Ma, Studio V.1.

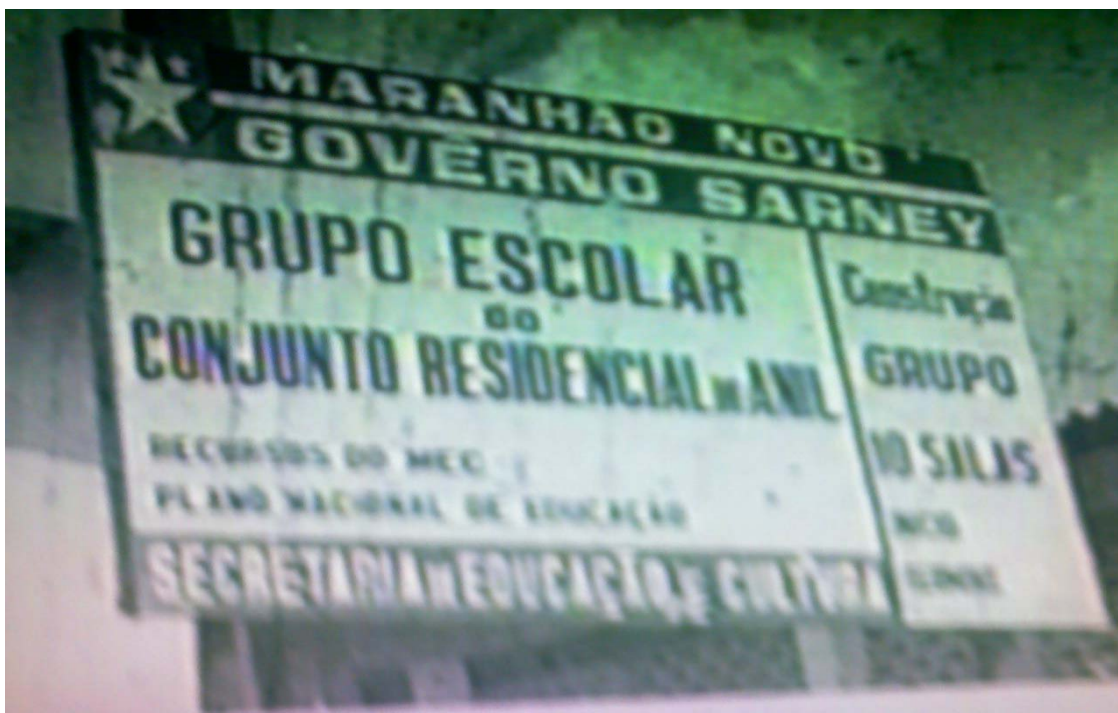


Foto 11 – Studio V. 1.

No governo José Sarney a educação mereceu placa na capital São Luís.

Fonte: Homenagem a José Sarney, programa do PMDB. São Luís-Ma, Studio V.1.

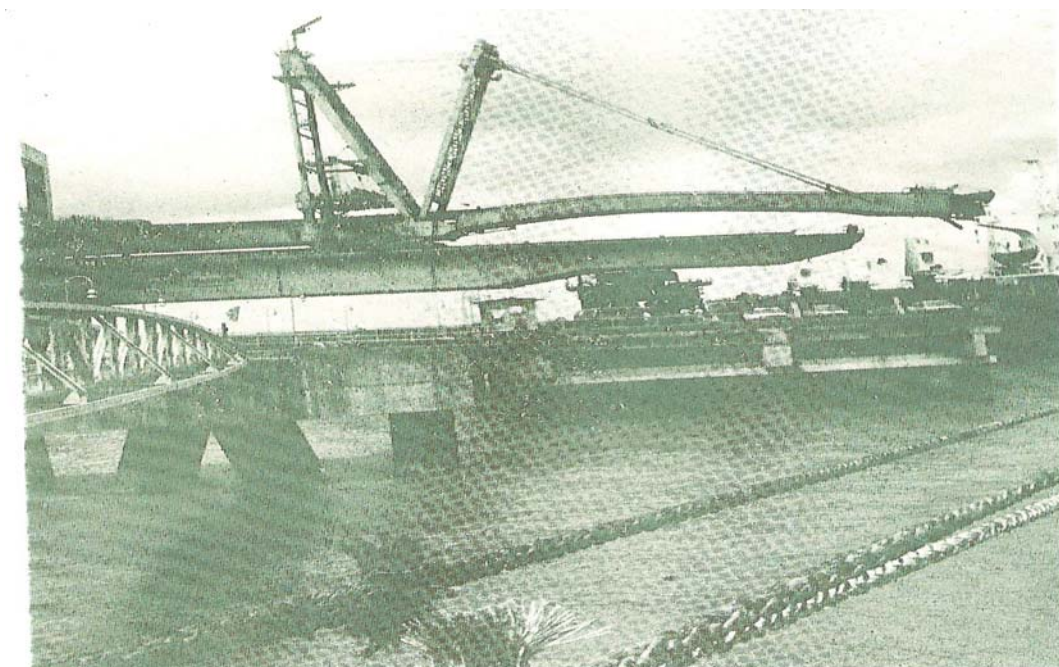


Foto 12 – Laboratório desativado.

Porto do Itaqui – sinônimo de modernidade para o governo Sarney.

Fonte: Ivan Sarney. São Luís: Uma bela Ilha por natureza. Global editora.

ANEXO D – As conseqüências do desenvolvimento.



Foto 13 – Laboratório desativado.
Como conseqüência da modernidade do “Maranhão Novo” – desmatamento e destruição de babaçuais.



Foto 14 – Laboratório desativado.
Trabalhadores rurais reunidos para fazer frente à violência da grilagem.



Foto 15 – Laboratório desativado.

Trabalhadores rurais expulsos das suas terras de origem preparam suas casas entre o asfalto e a cerca do latifundiário.



Foto 16 – Laboratório desativado.

Casa típica de trabalhador rural e pescador da Baixada Ocidental Maranhense.

Fonte: As fotos 13, 14, 15 e 16 são do autor.



Foto 17 - Laboratório Roberto K' Zau.
Família de Remanescente de quilombo – Município de Alcântara, década de 1990.
Fonte: Sueli Dias.



Foto 18 – Laboratório Roberto K' Zau.
Cozinha de uma família remanescente de quilombo – município de Alcântara, década de 1990.
Fonte: Sueli Dias.

ANEXO E – Matérias e títulos jornalísticos, concernentes ao período pesquisado.

O SIGNIFICADO, DA VITÓRIA

LAGO BURNETT

A primeira coisa que se observa ao chegar ao Maranhão é que o Estado está atrasado pelo menos uma hora: o povo não aceitou o Horário de Verão decretado pelo Governo. Um contato mais demorado, já no percurso entre o Aeroporto e a Cidade, nos conduz à constatação de que o atraso tem uma dimensão muito maior no tempo — é de anos, não de horas. E a culpa disso tem que ser debitada à conta do Governo. Não evidentemente, do que se instalou há dias nos Leões, usufruindo das regalias da interinidade de emergência. Mas desse Governo que saiu às pressas para evitar um encontro com a realidade — essa realidade tão ardentemente entressonhada pelo povo do Maranhão, que a mudança radical numa estrutura político-administrativa marcada por 20 anos ininterruptos de corrupção.

Não esperem de mim que vá falar mal do ex-Governador Newton Belo. Nunca fiz oposição póstuma. Mas permitam-me — ao contrário do que sempre esteve na trincheira da imprensa — um protesto contra o abandono a que foi relegada a nossa terra, tão imponente em sua tradição cultural, tão bela em sua fisionomia histórica, tão fascinante em seu esplendor colonial, tão frágil, como um brinquedo, nas mãos dos governos irresponsáveis.

Tenho visto muitos governos medíocres no Maranhão. Aliás, nascido sob o signo da ditadura, só tenho visto governos medíocres no Maranhão. Isoladamente, durante anos seguidos, foi possível suportá-los. E por, que os suportamos o Maranhão, aguenta hoje as consequências dessa mediocridade, a soma desses anos todos de incompetência e desamor à terra.

Chegou a hora da desforra, pelo que me é dado verificar em contatos diretos com a nossa gente. Não de vinganças mesquinhas, de perseguições pessoais, de ódio, vindicta, terror. É hora de revanche, no melhor sentido esportivo do vocábulo. É a oportunidade que tem afinal a oposição de mostrar ao adversário que sempre esteve mais apta para as funções que ele ocupava, sabemos nós, maranhenses, através de quantos processos sinistros.

Sente-se no povo, no sorriso franco dos homens e mulheres, que a Cidade respira aliviada e uma doce esperança brota, ainda que tímida, nos lábios de todos.

Nessa esperança, nesse sorriso, começam as responsabilidades de nosso jovem Governador. Sua vitória, caracterizada pelo anseio de libertação, não pode, entretanto, ser vista apenas por uma angustiação. Fatores diversos contribuíram para consolidá-la e, entre esses, se destaca a moralizadora revisão do eleitorado, que liquidou de uma vez com o voto fantasma. Outro impulso da vitória foi o desejo de acabar com a hidra vitorinista e, mesmo quando ela se b'cartuou como uma ameba, reproduzindo-se por cissiparidade, o povo soube distingui-la como ameba usasse o nome de Renato Archer ou o de Costa Rodrigues.

Mas a principal tônica dessa vitória, pelo que sinto, é a reivindicatória. O maranhense precisa de um Governo que lhe restitua a confiança na moralidade administrativa e que se empenhe a fundo na execução de um plano de obras que coloque o Estado em nível de igualdade às demais unidades da Federação. Um Governo que restitua ao povo, ao menos, essa coisa insípida, incolor e inodora, que se chama água; que use a energia, não para punir os inimigos e multar os adversários, mas para iluminar as ruas e as residências permitindo ao maranhense pôr em prática as suas noções de Higiene; um Governo enfim que tenha mais amor ao povo que aos políticos e seja capaz de recompor, em cinco anos, o que se decompôs em vinte.

JORNAL DO DIA. São Luís, 1966.

São Luís Maranhão, 30/1/1966 (DOMINGO) JORNAL DO DIA

SARNEY AO ANUNCIAR SECRETARIADO

VAMOS LIMPAR O ESTADO DO PRIMARISMO POLITICO

JORNAL DO DIA. São Luís, 1966.

- 2 -

JORNAL DO DIA

CHUVA E GOVERNO

JOSE CHAGAS

O dia da posse do governador José Sarney amanheceu chuvoso, como prova de que havia ser mesmo um dia diferente de todos os que temos vivido neste começo de ano.

Na cidade, o espoucar dos foguetes, desde a madrugada, traduzia já a explosiva alegria do povo. O Maranhão acordava todo para o primeiro dia de sua sonhada libertação. E a chuva a cair de manso sobre a cidade, como que era o sinal prenunciador do quinto de fecundação há de ser o Estado dentro da nova era que se inicia.

Essa manifestação de céu e terra ao mesmo tempo não deve ser tomada como uma simples coincidência. As coisas estavam encaminhadas para isso. Tudo parecia indicar que o Maranhão necessitava de chuva e governo e que ambos teriam de começar juntos, como num ajuste consciente de natureza e homens, para o árduo empenho de trazer à terra tudo aquilo que a terra está a exigir.

O governo anterior, principalmente no caso do DAES, punha sempre a culpa na chuva, que estava tardando a vir e que só por isso a cidade começava a morrer de sede. Havia, portanto, sede de água e de governo.

Os administradores na era que felizmente passou, comportavam-se, conforme afirmam como botis peadores, mas esperavam que o céu resolvesse todos os nossos problemas. Era preciso chuva para o DAES. Mas que é que eles podiam fazer? Em verdade, não podiam mesmo mandar chuva. Eles só "mandavam brasa".

São Pedro não havia sido nomeado Secretário de Viação e Obras Públicas e ninguém chegava a convencer-se de que

fôsse ele responsável pelas falhas dos administradores da terra.

Acontece que os homens daquele tempo não se diziam falhos. Até o céu era falvel, menos eles. Tanto que a falta d'água em São Luís deixou de ser um problema do DAES para ser um problema de DEUS.

Com a chuva que amanheceu caindo precisamente no dia da posse do novo governador, os opositoristas de hoje trouxeram a sua modalidade de bajulação, como se não fôsse para uma bênção que a chuva veio agora, como se aquela água do céu não tivesse vindo para o batismo do alegre Maranhão que acaba de nascer.

Chuva e Governo, meus amigos. Dádiva dos céus a todos e dádiva do povo a si mesmo, na mais admirável manifestação democrática a que já se assistiu no Maranhão.

Chuva para fecundar a terra, para tornar verde tudo. Governo para fecundar nossas esperanças e transformar em realidade os sonhos de um povo que, por vinte anos, comeu o pão que o diabo amassou e que ainda agora a SUNAB enchece todos os dias.

Desde ontem que o Maranhão já não é o mesmo nem no ar nem na terra. Há uma nova atmosfera em tudo. Desde ontem que o Estado é outro. Se não ainda materialmente, pelo menos em espírito, pelo menos em idéias que acreditamos em pouco o conduzirão ao seu verdadeiro destino e dia do Maranhão um futuro que não envergonhe o seu passado, como o presente tanto o envergonhou.

JORNAL DO DIA. São Luís, 1966.

4 PAGINAS
Cr\$ 50
JORNAL PEQUENO
 Director-Proprietario: José Ribamar Bogéa
 ANO XIII - S. LUIS - MARANHÃO, 1.º DE FEVEREIRO DE 1966 - N. 2.166 - (TERÇA-FEIRA)
 TELEFONE 1127

Sarney no Poder sob Aplausos do Povo

Fato Inedito na Historia Politica do Maranhão



Perante a Assembléa do Estado, na tarde de ontem, o deputado José Sarney prestou compromisso de Governador do Estado, numa solenidade em que estavam presentes autoridades civis, militares e eclesiásticas, deputados federais e convidados especiais, além de crecido numero de jornalistas do sul do país. O novo governador prestou compromisso às 16 horas, fazendo o juramento, sendo mais tarde declarado Chefe do Poder Executivo, pelo presidente Aidenir Silva.

MESA
 A mesa que presidiu o ato solene estava assim composta: Presidente Aidenir Silva, Secretário Frederico Leda, outras autoridades, Cel. Mario Diegues, Representante do Presidente Castello Branco, Governador Lomanto Junior, da Bahia, ten. cel. Alberto Braga, Comandante do 24.º BC e representante do gen. Tibério, Comandante da 10.ª Região Militar, des. Eugénio de Lima, Presidente do Tribunal de Justiça, des. Tício, Caldas, presidente do TIRE, sr. Epitácio Cafeteira, Prefeito Municipal, capitão Washington Viégas, Capitão dos Fortes, Mr. Robert Bentley, representante do Embaixador Lincoln Gordon, sr. Azevedo do Metropolitan, dr. João José da Mota, Marechal Hugo da Cunha Machado, além do Governador e do Vice-Governador.

ORADORES
 Depois de composta a Mesa o Ten. Cel. Braga fez do Pavilhão Nacional e o major Medeiros, Comandante da PME, a Bandeira do Estado, respectivamente ao som dos Hinos Nacional do Maranhão. Após o presidente Aidenir convidou o Governador e o Vice a prestarem Juramento, seguindo discursos dos srs. Manoel Gomes, pela maioria da Cissa, Pereira dos Santos, pela minoria. No encerramento fez uso da palavra o Governador Sarney, cuja oração publicamos em outro local.

REVISTA E DESFILE
 A porta do Legislativo, o Governador José Sarney passou revista a tropa da PME, seguindo-se o desfile militar.

RUMO AO PALACIO
 Depois de romper a multidão que se comprimia nas laterais da Avenida Gomes de Castro pôde o veículo governamental tomar o rumo do Palácio, seguido de grande cortejo de autos.

NA FEDE II
 No palanque oficial na Pedra II o Governador Sarney recebeu o cargo das mãos do dr. Alfredo Dusilibe, precisamente as 18 horas, tendo sido lido o colóquio a 24.ª Assembleia Governamental. O sr. Dusilibe fez um discurso curto e elegante. O ato de colocação da faixa foi precedido de baile, de verdadeiro bombardeio de foguetes e ao som de tambores, das Escolas de Samba e das palmas da multidão incontrolável, que lotava a referida Avenida.

FALA DO GOVERNADOR
 Ante delírio popular, o Governador iniciou seu discurso às 18.10 horas, para terminar às 18.40 horas, debaixo de monstruosa aclamação popular. Após esta solenidade de o Governador se dirigiu para o Palácio ali chegando por volta das 18.50, deixando o mesmo às 19.15 horas saindo para sua residência.

RUMO A RECIFE
 Depois de amanhã o Governador Sarney deverá seguir para Recife onde irá tratar de assuntos de interesse do Maranhão, junto a SUDENE.

CIDADÃO DE S. LUIS
 Em reunião solene à noite de ontem a Câmara Municipal fez entrega do titulo de "Cidadão de São Luís" ao sr. Lomanto Junior, Governador da Bahia.

Luis Rocha fez a saudação em nome do Parlamento Municipal, seguindo-se discursos dos srs. José Sarney, João Gomes, Lomanto Junior e Valdivino Castello Branco.

'JURAMENTO DO MEU GOVERNO FOI FEITO PARA SER CUMPRIDO'

JORNAL PEQUENO. São Luís: 1966.

4 PAGINAS
Cr\$ 50
JORNAL PEQUENO
 Director-Proprietario: José Ribamar Bogéa
 ANO XIII - S. LUIS - MARANHÃO, 14 DE ABRIL DE 1966 - N.º 2.170 - (QUINTA-FEIRA)
 TELEFONE 1127

Reunião da SUDENE é Luto Para o Ceará

Virgílio Tavora ficou bastante revoltado

Custo da reunião



Durante a 70ª Reunião do Conselho Deliberativo da SUDENE o participante que mais se exaltou foi o Governador do Ceará, sr. Virgílio Tavora, o qual chegou mesmo a retirar-se do plenário, sendo mais tarde conduzido pelo Governador do Ceará para a madrugada de hoje seguirão outros Governadores assim como o pessoal técnico da SUDENE.

PROXIMA
 A 71ª reunião do Conselho Deliberativo da SUDENE será realizada em 11 de maio na cidade de Manaus.

COMISSOES
 Embora a reunião do Conselho já se tenha encerrado as diversas Comissões deverão reunir-se para assinatura de convênios com diversos Governos Federais, em caráter de urgência projeto de Mensagem Governamental, abrindo crédito especial de 15 milhões de cruzeiros, com a finalidade de atender às despesas com a instalação da reunião.

Reunida na tarde de ontem a Assembleia Legislativa do Estado aprovou, em regime de urgência projeto de Mensagem Governamental, abrindo crédito especial de 15 milhões de cruzeiros, com a finalidade de atender às despesas com a instalação da reunião.

o Governo Federal, em caráter de urgência, foi aprovado sendo contada retirado da ordem do dia para que sejam anexados os documentos necessários para o referido plano de aplicação e pagamentos.

JORNAL PEQUENO. São Luís: 1966.

NA ROTA DO DESENVOLVIMENTO

Integrado no Governo desenvolvimentista que ora se instalou, com a direção do Governador Sarney, o DER já iniciou o seu plano de ação visando ligar o Estado de ponta a ponta, através de estradas, por onde possam escoar o progresso, unindo capital e interior para a feita integração do Estado na nova era que já estamos vivendo. Assim é que em poucos meses o DER, já pôde fazer publicar editais para construção de importantes obras e ao mesmo tempo concluiu estudos e Projetos de maior significação para a nova política rodoviária.

PINDARÉ — STA. LUZIA
— STA. INEZ

CONVENIOS
Sem perda de tempo e sentindo a necessidade de aproveitar bem a ajuda de organismos internacionais que vem colaborar na obra redentora do Estado o DER já assinou convenios com a USAID, com a finalidade de preparar estudos geotécnicos a serem postos em prática na edificação de outras estradas. Logo que abertas as concorrências e conhecidos os vencedores, dentro criterioso selecionamento, o DER assinará os devidos contratos possibilitando assim a imediata execução.

EM CONSTRUÇÃO
Administrativamente o DER está construindo trecho

do o DER vem de elaborar o Ante-Projeto de uma daquelas, dando acesso do porto do Itaqui à margem esquerda do Bacanga. Terá uma largura de 40 metros, com duas pistas onde, em cada, trafegarão, lado a lado, quatro veículos havendo o devido alinhamento central de três metros, dividindo-a em duas pistas, as quais serão totalmente revestidas de asfalto.

VALORIZAÇÃO

Além de propiciar a melhor viagem para aquele Porto a primeira auto-estrada construída no Maranhão vai dar a maior valorização para as extensas terras que ficam a margem, onde, se-

JORNAL PEQUENO. São Luís: 1968.

São Luís, 18.10.68

JORNAL PEQUENO

8a pag.

Rodovia Sata Luzia - Açailândia:

TRAÇO DE UNIAO ENTRE O NORDESTE E A AMAZÔNIA

Arrôjo de um govêrno jovem

Com uma grande concentração popular na Praça do Trevo, em Carolina, cidade plantada num dos vales mais ricos do Maranhão, o Governador José Sarney inaugurou, a 8 de outubro, a Rodovia Carolina — Estreito, integrando o Alto Tocantins à Belém — Brasília e, futuramente, a S. Luís, através da estrada Santa Luzia — Açailândia. De 103 quilômetros de extensão e construída pelo DER, a Carolina — Estreito é o escoadouro das riquezas de uma região que vivia isolada nos confins do Estado, salvando a sua economia.

A Praça do Trevo, no antigo Alto da Sucupira, marca a chegada daquela Rodovia à Carolina, onde foi edificada um obelisco com uma placa de bronze, assinalando o histórico acontecimento que não tinha acesso à região a este município. A Rodovia, que hoje inauguramos, veio dar vida à Carolina que morria, zona do sertão que não era do Maranhão e não estava integrado. Os caminhões do sul chegam e entram pela Carolina — Estreito.

Carolina não podia ser marginalizada no processo de desenvolvimento da região. Esta rodovia é o início da interligação de Carolina com a nossa capital, para que o Alto Tocantins participe da vida de S. Luís através do Porto de Itaqui.

Uma nova civilização maranhense surge à margem do Tocantins, com a Rodovia Carolina — Estreito, que abriu nova frente de progresso, no sentido da integração nacional.

Estamos construindo o Novo Maranhão, do grande

TEXTO DE EYDER FAES



construída no trecho da mata amazônica nunca penetrada pelo homem, rasgada pelas máquinas da Mendes Júnior, numa afirmação do arrôjo, do esforço e do espírito pioneiro de um govêrno jovem que se preocupa com o desenvolvimento do Maranhão.

É preciso ver os tratores desbravando a terra para sentir a grandiosa êxito empreendimento, que só a coragem e a capacidade de luta de José Sarney poderiam realizar.

A rodovia Santa Luzia — Açailândia, porta de entrada dos nordestinos na Amazônia, atinge a BR-14, no Impulso Imperatriz, no local em que faleceu Bernardino Sáiz, que, com audácia, desbravou a floresta para a construção da Belém-Brasília.

Engenheiro Vicente Filho, Diretor-Geral do DER, quando falava sobre a importância da estrada Santa Luzia — Açailândia.

JORNAL PEQUENO. São Luís: 1968.

SARNEY: TRAJETÓRIA DE LUTAS

■ BENEDITO BUZAR

Os primeiros tempos do homem que se consagrou nos campos político e intelectual

Se os pinheirenses tivessem a facilidade de prever o futuro, teriam, com certeza, no dia 24 de abril de 1930, preparado uma animada festa popular para saudarem o nascimento de um menino que, anos depois, entre os cargos importantes ocupados por ele ao longo de 75 anos, realçariam-se os de deputado federal, governador do Estado do Maranhão, senador da República, presidente da República e presidente do Congresso Nacional. Mas como não eram providos de capacidade premonitória ou tivessem bola de cristal, só no curso do tempo foram percebendo que aquela criança foram destinadas missões e tarefas importantes, especialmente na vida pública.

Nome dessa criança: José de Ribamar Ferreira de Araújo Costa, que, mais tarde, por sugestão de um amigo de geração e intelectual como ele, passou a ser racionalmente conhecido por José Sarney.

Hoje, quando completa 75 anos de vida, embora seja complicado separar o José de Ribamar do José Sarney, vamos deixar o José de Sarney de lado, até porque a mídia impressa e a eletrônica, em função das diversas ações e atividades públicas por ele exercidas e assumidas, já se encarregaram de mostrá-lo em todos os seus aspectos.

lo em todos os seus aspectos.

O que nos compete neste dia é ressaltar a figura humana de José de Ribamar Ferreira de Araújo Costa, buscando, para tanto, a sua origem familiar, onde e como veio ao mundo, a educação que recebeu na infância e na adolescência, as cidades nas quais morou em razão da atividade profissional do pai, sem esquecer os primeiros passos dados na cena intelectual, a outra vertente de sua vida, que o levou a se consagrar como escritor e membro da Academia Brasileira de Letras.

■ OS PAIS

Os pais de José chamavam-se Kiola França Ferreira e Sarney de Araújo Costa. A mãe, nordestina da cidade de Conetes, em Pernambuco, filha do piauiense Assureto Leopoldino Ferreira e da paraibana Maria Augusta França Ferreira.

Assureto, que havia se separado da esposa, com a qual havia deixado os cinco filhos em Recife, depois de tentar a vida em várias cidades do Brasil, afinal chegou ao Maranhão, onde fixou residência definitiva. De São Luís, mudou-se para cidade de São Bento. Ali, achou que era o lugar ideal para instalar os filhos. Por isso, mandou buscá-los tão logo as condições o permitiram.

A 29 de maio de 1927, Kiola e os irmãos desembarcaram do navio do Lóide e, no mesmo dia, em viagem de barco, tomaram o destino de São Bento. Como era a primeira filha, coube a ela, com a idade de 16 anos, a tarefa de cuidar dos irmãos mais novos.

O pai, nascido em São Bento a 4 de setembro de 1901, filho de Rita Amélia de Araújo e de José Adriano da Costa, após concluir o curso primário na cidade em que nasceu, por causa de seu potencial intelectual, em 1915 desloca-se para São Luís, onde estudou em vários estabelecimentos de ensino. Como precisava trabalhar, aos 18 anos fez-se funcionário da Estrada de Ferro São Luís-Teresina e depois escriptorário da Secretaria Geral do Estado do Maranhão. Em 1925, reali-

portaram com extremo cuidado para não permitir que ela sofresse qualquer problema no parto.

■ NASCIMENTO DE JOSÉ

Conduru Pacheco, sendo padrinho o Dr. Ivan de Araújo Costa e madrinha Dona Dulce. Naquela cidade, José iniciou seus estudos, alfabetizado pela respeitada professora Maria Menezes de

meta seguinte era o exame de admissão para ingressar no ginásio, mas, no interior do Estado, não existia curso secundário, fato que levou Kiola e Sarney, em 1942, a mandarem José, com 12 anos, para São Luís, onde, no Colégio dos Irmãos Maristas, foi aprovado em primeiro lugar no exame de admissão ao ginásio.

Em São Luís, José viveu uma verdadeira via-crucis. Além da separação dos pais, hospedou-se em pensionatos, casas de amigos e de parentes. Essa angústia só findou com a renúncia de Paulo Ramos, em 1945, quando o país deixou o regime ditatorial e ingressou na democracia.

Nomeado Clodomir Cardoso para governador do Maranhão, este convidou Edison Brandão para ocupar o cargo de procurador-geral do Estado, o qual trouxe Sarney para São Luís, a fim de trabalhar na Procuradoria, após o que ingressou, por concurso, na magistratura. Mais tarde, deixou a carreira de juiz e retornou aos quadros do Ministério Público, onde exerceu postos e funções relevantes.

■ FORMAÇÃO INTELCTUAL

Estruturada a família em São Luís, Kiola e Sarney passaram a dar maior assistência aos filhos e a orientá-los para o futuro. José, então, com 14 anos e cursando o terceiro ano ginasial, resolve deixar os Maristas e transferir-se para o Liceu Maranhense, onde, pela manhã, assistia às aulas, e, à tarde, frequentava a Biblioteca Pública, na Rua da Paz. Ali, adquiriu o hábito de ler autores nacionais e estrangeiros.

Ainda que adolescente, contava com invejável bagagem intelectual e potencial liderança política. Por isso, os colegas o fizeram candidato à presidência do Centro Liceista. Passou no seu primeiro teste nas urnas. Além da militância política estudantil, fundou o jornal "O Liceu", do qual era um dos redatores.

No correr de 1945, José enfrentou duas lutas. A reeleição para o Centro Liceista, da qual foi o vencedor; e a participação nos embates travados nas ruas contra a ditadura getuliana, fato que levou o ditador Paulo Ramos a mandar prendê-lo.

No ano seguinte, após submeter-se ao vestibular para a Faculdade de Direito de São Luís, no qual logrou êxito, tomou a decisão de buscar o caminho da independência financeira. Por isso, quando "O Imparcial", jornal dos Diários Associados, lançou o concurso de reportagem, com o pseudônimo de Zé da Ilha, produziu o melhor trabalho, o que lhe valeu a imediata contratação na função de repórter.

A década de 50 modificou literalmente o seu modo de vida. Ainda era universitário, em que participou das lutas nacionalistas encabeçadas pela União Maranhense dos Estudantes e pela União Nacional dos Estudantes, quando aconteceram alguns episódios marcantes, que tiveram enorme repercussão em sua existência, mas todos produtos de sua obstinada tenacidade e fulgurante inteligência.

O primeiro, ao cooptar um lugar de relevo no cenário cultural maranhense, em torno de um movimento jovem, que se reunia sistemati-



1 Casa onde nasceu Sarney. 2 Sarney no colo da avó materna, em Pinheiro. 3 Dona Kiola, aos 15 anos, ao lado do irmão Albérico. 4 Jornal "Cidade de Pinheiro" anuncia o nascimento de Sarney. 5 Sarney aos 14 anos, aluno do Liceu Maranhense em São Luís. 6 Sarney se destaca como estagiário no curso de Direito no Fórum de São Luís. 7 Igreja de São Bento, onde José Sarney foi batizado. 8 Sarney Costa, pai de José Sarney, aos 22 anos. 9 Sarney pronto para a parada de 7 de setembro como aluno do Liceu. 10 Sarney (l) com o pai (r) e amigos na praia do Olho d'Água. 11 Sarney e amigos divertindo-se na praia do Olho d'Água. 12 Sarney e Dona Marly recém-casados.



FOT. GERALDO GUIMARÃES

Na Usina Boa Esperança, divisa do Piauí, logo depois do sucesso do primeiro teste de funcionamento: um apêto de mãos e um sorriso

REPORTAGEM ESPECIAL

*Revista VEJA
4403/70*

Um novo Maranhão

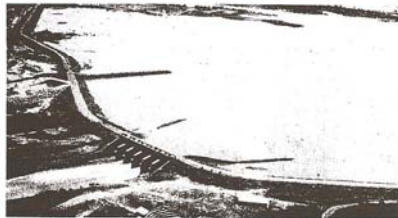
Nova Iorque não existe mais. No lugar dessa pequena povoação de mil habitantes, fundada no interior maranhense por americanos derrotados na Guerra de Secessão, existe hoje um imenso lago de 50 quilômetros formado pelas águas do rio Parnaíba, represadas com a construção da barragem de Boa Esperança, na divisa sul do Maranhão com o Piauí. Quando o presidente da República acionar, no fim deste mês, a primeira das quatro turbinas de 54 000 kW cada uma da usina hidrelétrica, cerca de quarenta cidades do interior dos dois Estados e parte do Ceará estarão recebendo não apenas a luz elétrica, como também a possibilidade de desenvolvimento só comparável ao que foi Paulo Afonso para o nordeste, na década de 50.

Salto — Para os antigos moradores de Nova Iorque, Guadalupe e de outras pequenas povoações, que formam o grupo social mais pobre do país (renda anual per capita: 48 cruzeiros novos) e que hoje estão instalados em outras cidades construídas pela Companhia Hidrelétrica de Boa Esperança (Cohébe), ainda será preciso algum tempo para descobrir se fizeram ou não um bom negócio, trocando suas terras atualmente inundadas pela nova fronteira aberta pela usina. Mas, para a maior parte da população nor-

destina, Boa Esperança tem um valor inestimável. "Não fizemos apenas uma obra hidrelétrica de 440 milhões de cruzeiros novos, mas coordenamos a usina com as necessidades sócio-econômicas de toda a região", explica o presidente da Cohébe, o coronel-engenheiro do Exército César Cals Filho, ao falar dos benefícios da usina para o Maranhão, Piauí e Ceará.

Na realidade, é o Maranhão que parece em condições melhores para aproveitar agora a energia a ser produzida em Boa Esperança. Ali, onde vivem 3,5 milhões dos 5 milhões de habitantes da área beneficiada pela usina, ocorre um surto de desenvolvimento que o Banco do Nordeste do Brasil considera o mais alto entre os Estados nordestinos. Nos

últimos quatro anos, o Maranhão deu um salto: seu orçamento passou de 18 milhões para 370 milhões de cruzeiros novos, o Estado pulou de zero para 500 quilômetros de estradas asfaltadas — e mais 2 000 quilômetros de estradas de terra. Criou-se, além disso, uma rede de telecomunicações que cobre 85 municípios; elevou-se de um para 54 o número de ginásios; e ampliaram-se de 100 000 para 450 000 as matrículas escolares. Como resultado, o Maranhão saltou de quinto para quarto lugar entre os Estados nordestinos (abaixo da Bahia, Pernambuco e Ceará). "Estou admirado com o progresso que ocorreu aqui", comentou a VEJA durante visita às obras do Estado o General Itiberê Gouveia do Amaral, comandante da 4.ª Região Militar (Juiz de Fora) e antigo chefe da 10.ª Região (Fortaleza).



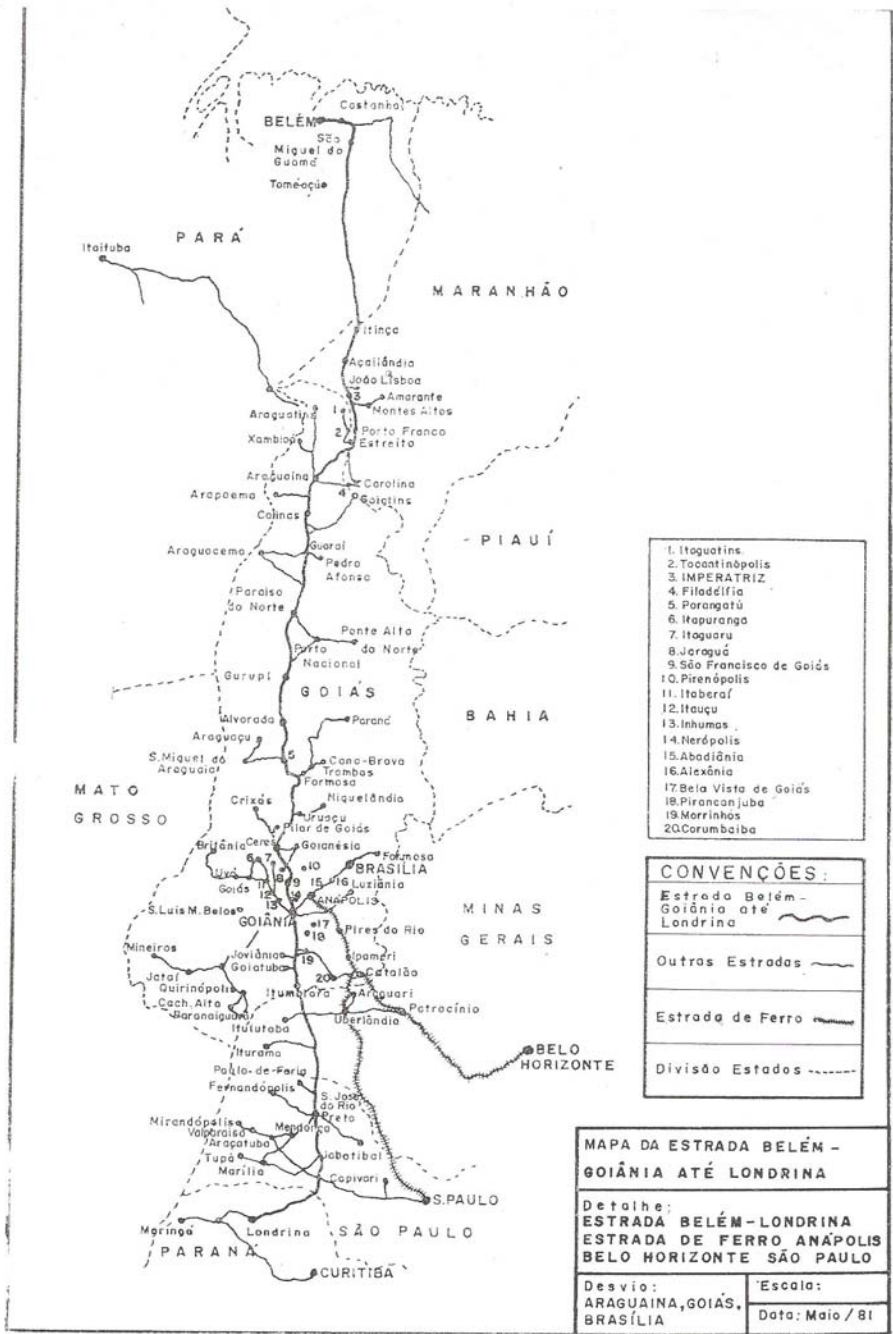
Entre Maranhão e Piauí, lago de 50 quilômetros quadrados

Carro-chefe — Esse progresso é relativo, como tudo no nordeste. As linhas de transmissão, que custaram 15 milhões de cruzeiros novos, partem da Usina Boa Esperança, cortam centenas de quilômetros de matas nativas de babaçu e carnaúba rumo à capital do Estado, São Luís, onde se espalham em postes e lâmpadas pelas ruas dessa capital de 360 000 habitantes, fundada em 1612.

VEJA

33

ANEXO F – Carta cartográfica.



Mapa com os caminhos da grilagem na década de 1960 – Do Paraná ao Maranhão.
 Fonte: Victor Asselin. Grilagem: Corrupção e violência em terras do carajás, Petrópolis, Editora Voze, 1982.

ANEXO G – Carta de JK para Sarney.

Meu caro Governador José Sarney,

Ao chegar ao Maranhão no dia 12 de dezembro de 1968, tive uma das mais agradáveis surpresas que um homem público no Brasil pode receber. Encontrei o Estado entregue a um governador jovem, inteligente, corajoso, digno e que realizava uma obra indispensável ao seu progresso e desenvolvimento.

Conhecia-o muito de nome, já o havia encontrado, porém, só depois de nossa conversa em São Luiz é que dimensionei bem o valor e a capacidade do jovem governador.

Aquele discurso pronunciado no jantar do Club, realizado em minha homenagem, deixou-me muito sensibilizado e, ao mesmo tempo, preocupado. Temi, sinceramente, pelas consequências de suas palavras generosas a meu respeito, porém, graves e corajosas no tocante às afirmações que fazia.

Voltei para o sul convencido de que na fileira das boas figuras do país, o governador do Maranhão se colocava, incontestavelmente, em primeiro lugar.

Acabo de receber, agora, o "Norte das Águas" e lhe confesso o outro grande prazer que você me proporcionou.

O livro é uma coleção de contos admiráveis e a linguagem que emprega, os motivos que escolheu, são autênticas fotografias desse pobre interior do Brasil que você, num raio lampago de gênio, retratou.

Lí-o de um só fôlego. Não consegui me deter no meio da leitura e, quando virei a última página, tive um grande pesar de que ele ainda não prosseguisse por muitos e muitos capítulos.

Achei justo o que Josué Montello fez, comparando-o a Afonso Arinos, o velho, aquele que, também, bateu todas as estradas do sertão mineiro e as reproduziu, depois, em admiráveis páginas que constituem orgulho para a literatura mineira e brasileira. Embora sejam diferentes os cenários em que trabalharam, ambos recolheram com uma fidelidade fascinante, os instantes que fixam e guardam para a posteridade, os hábitos de um povo.

Queira aceitar, meu caro governador, as palavras do meu sincero e caloroso entusiasmo pelo seu livro, com os votos que formulo para que prossiga com o mesmo trilhar nos dois difíceis caminhos que escolheu: A política e a literatura.

O abraço do amigo e admirador,

Júlio Falcão de Oliveira

Av. Copacabana, 1072 C/01
Copacabana - RJ

Carta de JK para José Sarney, 1970.

Fonte: Oliveira Bastos, Sarney: O outro lado da história. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2001.

ANEXO I – Os cargos comissionados.

TOTAL DOS CARGOS COMISSIONADOS POR SECRETARIA CRIADOS NO GOVERNO JACKSON LAGO

SECRETARIA	Nº C.C Total
Casa Civil	569
Secretaria de Estado da Administração e Previdência Social	371
Secretaria de Estado da Saúde	343
Secretaria de Estado da Fazenda	265
Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural	209
Secretaria de Estado da Segurança Cidadã	209
Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento	195
Secretaria de Estado da Educação	190
FUNAC	161
Secretaria de Estado da Cultura	145
Secretaria de Estado da Infra-Estrutura	92
Secretaria de Estado da Indústria e Comércio	66
Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social	65
Secretaria de Estado do Turismo	62
Secretaria de Estado de Esporte	62
Departamento Estadual de Infra-Estrutura e Transporte – DEINT	59

Assessoria de Comunicação	59
Departamento Estadual de Trânsito	59
Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia, Ensino	53
Secretaria de Estado Procuradoria Geral do Estado	50
Agência Estadual de Defesa Agropecuária do MA	45
Controladoria Geral do Estado	42
Junta Comercial	42
Secretaria de Estado das Cidades e do Desenvolvimento Sustentável	41
Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais	40
Defensoria Pública do Estado	38
Secretaria do Estado Extraordinária do desenvolvimento do Sul do MA	30
Secretaria de Estado Secretaria de Estado da Articulação Política	28
Secretaria de Estado do trabalho e Economia Solidária	25
UNIVIMA	17
Corregedoria Geral do Estado	16
Secretaria de Estado Extraordinária da Juventude	15
Secretaria do Estado Extraordinária de Direitos Humanos	13
Fundação do Amparo a Pesquisa e ao Desenvolvimento Técnica do Estado do MA – FAPEMA	12
Secretaria de Estado Extraordinária de Articulação com Órgãos Nacional e Internacional	11

Secretaria de Estado Extraordinário de Minas e Energia	10
Secretaria de Estado da Mulher	09
TOTAL	3.718

Fonte: Professor Marcelo Pinto Dias para o Blogue do Colunão. www.walter-rodrigues.jor.br/ acesso em 20 de maio de 2007.